

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

ELLEN DA SILVA

**AS PARLAMENTARES DE BRASIL E COSTA RICA:
UMA ANÁLISE DE CARREIRAS POLÍTICAS**

Brasília
Março de 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

ELLEN DA SILVA

**AS PARLAMENTARES DE BRASIL E COSTA RICA:
UMA ANÁLISE DE CARREIRAS POLÍTICAS**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados sobre as Américas pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dr^a. Délia Dutra

Brasília
Março de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

Apresentado em 24 de março de 2017:

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Délia Dutra – Orientador

Prof. Dra. Danusa Marques

Prof. Dr. Camilo Negri

Brasília
2017

AGRADECIMENTOS

Este é o momento que mais esperei desta empreitada. Pesquisar a trajetória de mulheres consolidou em mim a ideia que, na verdade, não existe trabalho individual. Esta dissertação foi gestada com o suporte consistente de dezenas de humanas/os que me deram tempo, amor, estímulo, cuidado e ombro. Neste sentido nomear estas/es humanas se torna imperativo.

Destaco a importância da minha orientadora. Délia foi muito além do que a sua função compreendia. Foi uma humana que ofereceu possibilidades. Foi uma professora que além da teoria, ensinou sobre a vida. Isso não cabe no lattes. Ela tem características fundamentais em uma cientista social: a generosidade, o trabalho duro, a disciplina e a humildade. No mundo da vaidade que é a academia, ela está aqui genuinamente para colaborar e construir. Em consonância com a generosidade com que faz ciência, ela apoiou incondicionalmente todos os meus projetos paralelos, me recomendando para diversas oportunidades ao longo dos últimos dois anos. Oportunidades estas que foram tão importantes quanto o próprio mestrado e me levaram duas vezes para a Costa Rica, uma para a Espanha, a discursar nas Nações Unidas e me deu o emprego que eu queria. No final, quando a dissertação não fazia mais sentido nenhum, com paciência e a maturidade de pesquisadora experimentada, me carregou até a linha de chegada. Não sei se existem palavras suficientes para agradecer, mas vou usar a óbvia: obrigada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que ofereceu uma bolsa de pesquisa que sustentou a humana que realizou a pesquisa.

Gostaria de agradecer, de forma geral, a formação oferecida pelo CEPPAC e o financiamento para a minha visita técnica à Costa Rica. Homenageio ainda o professor Christian Teófilo por ter tomado seu tempo para mostrar - com sua prática - que produzir nas ciências sociais é trabalho artesanal. Como mestre excepcional que é, em sua disciplina obrigatória, pacientemente se deu ao trabalho de corrigir três versões de nossas “costuras” errantes. Sua disciplina me inspirou a querer ser docente em algum momento da vida. Se algum dia eu for metade do professor que você é estarei mais do que satisfeita.

Agradeço imensamente ao professor Camilo Negri pelos apontamentos na qualificação. Agradeço também à professora Danusa Marques, do IPOL, por ofertar a disciplina de Elites Políticas, com muita qualidade, desconstrução e bom humor. Agradeço a ambos pelo aceite de participar da banca final.

Gostaria de nominar também as pessoas que fizeram a pesquisa acontecer na Costa Rica: primeiramente à Oscar Gutierrez, que ofereceu informação, coração, casa, e seus amigos nas minhas visitas. À Antonio Trejos, que agendou entrevistas e sanou inúmeras dúvidas sobre a história e o sistema político tico. Agradeço ainda aos pesquisadores Steffan Gómez Campos, Marianela Munoz e Montserrat Sagot, por passarem referências e sanarem dúvidas. Ao Montserrat agradeço também por gentilmente agendar a entrevista com a vice-presidenta.

No Brasil, agradeço aos funcionários da Câmara Rosenildo Figueiredo e Lin que surgiram no meu caminho na reta final da pesquisa e conseguiram agendar diversas entrevistas. Agradeço ainda às inúmeras assessoras/es que tentaram genuinamente me auxiliar, especialmente à que sugeriu que eu acampasse no salão verde e convencesse algum deputado a me botar para dentro do plenário. Sem essa dica a pesquisa ficaria comprometida.

Às protagonistas dessa empreitada, as entrevistadas dos dois contextos, obrigada por gentilmente abrirem suas carreiras políticas e, conseqüentemente, suas vidas. Para além das informações que utilizei na pesquisa, as entrevistas também me enriqueceram na esfera pessoal. Conseguir as entrevistas não foi fácil. Esperando sempre o pior, foi uma surpresa escutar frases como: “Vem aqui que eu quero que você conheça o pessoal”, “Vem comer que eu fritei um ovo para você”, “Obrigada pela oportunidade”, “Me conta mais da sua pesquisa” e “Pode voltar se precisar de mais informação”.

Gostaria de agradecer as/os colegas de classe que na sala de aula e na mesa de bar fizeram o mestrado ser uma experiência inesquecível. Dentre estes gostaria de destacar o aporte da Carolina Albuquerque que me incluiu em vários *freelancers* que possibilitaram uma estadia mais digna por aqui.

Aos colegas que conheci no programa “Many Languages, One World” meu muito obrigada por expandirem minha percepção sobre o mundo em apenas uma semana. Levo vocês pra vida.

Agradeço as pessoas que moraram comigo nas duas repúblicas que passei: Paula Franco, Vanessa Dourado, Renata Albuquerque, Juliano Griebeler, Larissa Fafá, Husani Durans, Malcolm Campbell e Fernanda Natasha. Obrigada pelas boas risadas, conversas e aprendizado.

Agradeço a Thais Moraes, Gabriela Antunes e Michael Dantas por terem oferecido casa quando vim fazer a prova e amizade quando cheguei. Sem vocês teria sido bem difícil. Agradeço a Noelle Silva, que topou passar três dias de sua vida corrigindo essa dissertação.

Agradeço também a amiga Camila Tribess, que em sua passagem aqui tanto abrilhantou nossas vidas.

Queria destacar a presença das cerramigs Letícia Carvalho – que por trabalhar na Câmara também agendou entrevistas -, Isadora Harvey, Luiza Cerioli e, no final, Guilherme Menezes. Amigos de todas as horas, que fizeram isso aqui virar lar com um vínculo presente e seguro. Não tem como esquecer de todas as nossas noites de alegria aqui em casa (ao som da lista black da net). Vocês são sem dúvidas, a melhor parte de ter estado aqui. Carrego vocês no coração.

Agradeço também aos de sempre: Mariana Dutra, com quem compartilho tantos sonhos e projetos. Minha querida amiga, meu coração está sempre perto do seu.

Lucas Gomes, que a despeito do Atlântico que nos separa tem mostrado cada vez mais o grande amigo que é. Obrigada por corrigir essa dissertação, pelas gargalhadas versão cerrado/mochilão na Europa e pela presença constante – via skype - na minha passagem por Brasília.

Às amigas irmãs Jaqueline Borges (agora habitante da nossa Vila SQN 410-411) e Flávia Bozza, que além de corrigirem essa dissertação, me corrigem a vida. Pessoas que eu tenho a abertura de ser humana por inteiro e com quem eu posso compartilhar meus dramas mais elementares até os mais estruturais. Sem o ombro e o apoio de vocês nunca daria, nem a dissertação, nem a vida.

Agradeço as/os integrantes de minha família estendida, que está sempre presente e ativa no estímulo dos meus sonhos. Em consonância com o tema da dissertação, queria destacar o aporte da minha Vó Salvelina. Pesquisar gênero faz a gente revisitar a vida das mulheres da nossa família com mais responsabilidade. Queria agradecer pela sua força. A senhora é muito inspiradora. Destaco também as crianças com quem tenho convívio: Arthur, Julia, Estella e Catherine, porque o desejo de um futuro mais generoso para vocês é combustível de absolutamente tudo que eu faço na vida.

E, por último, exatamente porque são os primeiros, quero agradecer o meu núcleo familiar. À minha mãe, que, de certa forma, é uma das inspirações deste trabalho. Te observar na vida sempre me fez achar que mulheres deveriam estar na política – “Você já viu minha mãe negociando?”. Como algumas das mulheres dessa pesquisa, você precisou adiar seus próprios sonhos e me emociona muito te ver, finalmente, na universidade. Nada te descreve melhor do que a frase da pensadora contemporânea Beyoncé Knowles no álbum *Lemonade*: “*Your mother is a woman and women like her cannot be contained*”.

Ao meu pai gostaria de agradecer porque com seu exemplo de ser humano e profissional, me inspira a constantemente querer me recriar e me forçar a fazer sempre mais. Você é enorme pai. Além disso, agradeço pelo aporte financeiro que me faz ter menos medo de arriscar. Ao meu irmão Victor agradeço pela generosidade. Com você eu aprendo sempre o dom de servir. Além disso, tenho que destacar o bom humor . À minha irmã Kamilla agradeço por compartilhar as lutas políticas que me movem. Nos últimos anos você se tornou uma fagulha capaz de incendiar o país inteiro. Estamos juntas e sempre “estaremos lá”.

Finalizo agradecendo à Deus(a). Este ser que me foi apresentado de forma limitada e que venho resignificando, a duras penas, na última década. Neste processo de escrever esta dissertação foi possível te reencontrar para além de muros de instituições religiosas falidas e tem sido ótimo.

Dedico este trabalho às mulheres latino-americanas, que nas últimas décadas tem driblado nossa cultura e instituições patriarcais e protagonizado, dia-a-dia, voto a voto, a consolidação do nosso ingresso na esfera pública.

“We teach girls to shrink themselves, to make themselves smaller. We say to girls, you can have ambition, but not too much. You should aim to be successful, but not too successful”
Chimamanda Ngozi Adichie

“Mil veces venceremos, del cielo al suelo, y del suelo al cielo”
Ana Tijoux

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo o mapeamento do perfil e das carreiras políticas das parlamentares de Brasil e Costa Rica, com enfoque em perceber como a desigualdade de gênero opera em diferentes sistemas políticos. A pesquisa conta com três objetivos específicos: 1) Em uma perspectiva mais panorâmica, identificar se existem padrões nas carreiras políticas que as entrevistadas de ambos os contextos tiveram antes de ingressar na Câmara dos Deputados e *Asamblea Legislativa*, no período compreendido entre 2002 e 2010; 2) Comparar estes resultados entre parlamentares homens e mulheres para identificar se existem diferenças e 3) Em uma perspectiva qualitativa, analisar os capitais políticos e as percepções mais subjetivas sobre a construção da carreira e de ambição política de 17 deputadas (11 no Brasil e 6 na Costa Rica). Os dados quantitativos necessários para realizar os objetivos 1 e 2 são provenientes do Observatório de Elites Parlamentares da América Latina (Elites). Já os dados atinentes ao objetivo 3 foram coletados pela autora, através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Carreiras Políticas; Elites Parlamentares; Mulheres na Política; América Latina; Brasil; Costa Rica.

ABSTRACT

This research had as goal mapping the Brazilian and Costa Rican parliamentary women's profiles and political careers, focusing in how gender inequality operates in different political systems. The dissertation has three specific objectives. First, in a panoramical perspective, is to identify patterns in the interviewed women's political path before they began their mandate at the *Câmara dos Deputados* and the *Asamblea Legislativa*, from 2002 to 2010. Second, is to compare those results among men and women to consider if there are differences between genders. Third, in a qualitative perspective, to analyze the political capitals, and the subjective perception that the 17 interviewed deputies (11 Brazilian, 6 Costa Rican) have about how they shaped their career and how they define their political ambition. The quantitative data employed in the first and second specific objectives are taken from the *Observatório de Elites Parlamentarias de la América Latina* (Elites). On the another hand, the data for the third goal were collected by the author, through semi-structured interviews, applied from December 2015 to December 2016.

KEY-WORDS: Political Career; Parliamentary Elites; Women in Politics; Latin America; Brazil; Costa Rica.

LISTA DE SIGLAS

BRASIL

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
DEM – Democratas
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Projeto de Emenda à Constituição
PEN – Partido Ecológico Nacional
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMB – Partido da Mulher Brasileira
PMDB – Partido do Movimento Democrático
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SD – Solidariedade
REDE – Rede Sustentabilidade
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

COSTA RICA

INAMU– *Instituto Nacional de La Mujer de Costa Rica*

PAC–*Partido Acción Ciudadana*

PADC - *Partido Alianza Demócrata Cristiana*

PASE - *Partido Accesibilidad Sin Exclusión*

PFA–*Partido Frente Amplio*

PLN – *Partido Liberación Nacional*

PML – *Partido Movimiento Libertario*

PRC - *Partido Renovación Costarricense*

PRN - *Partido Restauración Nacional*

PUSC–*Partido Unidad Social Cristiana*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura da carreira política no Brasil	30
Figura 2: Fluxo de recrutamento político	32
Figura 3: Carreira das deputadas da Costa Rica	86
Figura 4: Carreira das deputadas do Brasil (Parte 1)	92
Figura 5: Carreira das deputadas do Brasil (Parte 2).....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de mulheres na câmara baixa em Brasil e Costa Rica (1934-2018).....	24
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos dados sobre parlamentares de Brasil e Costa Rica (2002-2010).....	66
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estado Civil por país (Brasil e Costa Rica -2002-2010)	52
Tabela 2: Faz atividade remunerada paralela? (Brasil e Costa Rica -2002-2010)	53
Tabela 3: Primeira organização que militou (Brasil e Costa Rica -2002-2010).....	57
Tabela 4: Ocupação de cargos eletivos (Brasil e Costa Rica -2002-2010)	59
Tabela 5: Número de cargos eletivos progressos por sexo (Brasil e Costa Rica- 2002-2010)	60
Tabela 6: Razão que atribui para ter sido eleita/o (Brasil e Costa Rica-2002-2010)	62
Tabela 7: Tinha familiar político? (Brasil e Costa Rica -2002-2010).....	63
Tabela 8: Grau de parentesco (Brasil e Costa Rica -2002-2010)	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE SISTEMA ELEITORAL, PARTIDÁRIO E A LUTA DAS MULHERES: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE BRASIL E COSTA RICA	15
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS	27
2.1 Elites Políticas: o princípio da discussão.....	27
2.2 Carreira Parlamentar e Capital Político.....	28
2.3 A ambição política na perspectiva de gênero	40
3 APÊNDICE METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	47
4 UM OLHO NO TELESCÓPIO: O PERFIL E A CARREIRA POLÍTICA DE PARLAMENTARES DE BRASIL E COSTA RICA (2002-2010).....	51
5 UM OLHO NO MICROSCÓPIO: PERCEPÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE CARREIRAS POLÍTICAS FEMININAS EM NO BRASIL E COSTA RICA	69
5.1 Background familiar e escolha da graduação	70
5.2 O princípio na política, ingresso no partido e o lançamento da primeira candidatura ...	74
5.3 Chegando ao poder legislativo nacional: capital e carreira política	85
5.4 Algumas Considerações Sobre Ambição Política	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 1990, com a pressão de movimentos feministas e de organismos internacionais, surgiram na América Latina políticas de cotas legislativa de gênero – usualmente leis eleitorais que definem um determinado percentual de candidaturas femininas para cargos eletivos. Embora a Argentina tenha sido a primeira nação a aderir, em 1991, nos anos que se seguiram outros 14 países da região aderiram à política: Brasil (1995), México (1996), Paraguai (1996), Bolívia (1997), Costa Rica (1996), Equador (1997), Panamá (1997), Peru (1997), República Dominicana (1997), Venezuela (1998), Colômbia (2000), Honduras (2000), Guiana (2000), Uruguai (2009), Haiti (2012), Nicarágua (2012) e El Salvador (2013). A concentração de adesões nos anos 1996 – 1998 foi resultado direto do compromisso assumido durante a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, com sede em Beijing em 1995.

Entre os diversos países que adotaram a política de cotas de gênero, está o Brasil e a Costa Rica. No primeiro, a política foi implementada nas eleições municipais de 1996, sendo aplicada a primeira vez em nível federal em 1998, quando houve 5,6% de eleitas na Câmara dos Deputados. Desde início da política pública, o maior percentual de mulheres eleitas foram os 9,9% na eleição de 2014. Já a Costa Rica, em 1996 reformou seu código eleitoral incluindo as cotas que foram implementadas nas eleições de 1998. O país já tinha uma representação feminina superior à do Brasil atual em 1997 com 15,8% de mulheres no legislativo nacional. Com a adoção de cotas, eles atingiram percentual máximo de 38,6%¹ em 2006, repetindo o mesmo percentual em 2010.

Tendo em vista este contexto, em um primeiro momento, o objeto dessa pesquisa era captar os determinantes institucionais e culturais que faziam as cotas alcançarem o objetivo de inserir mulheres em um país e no outro não. No entanto, tendo em vista que diversas autoras (ARCHENTI, 2014; TORRES, 2010; PESCHARD, 2002) já discutiram os determinantes que facilitam o êxito da política – tais como a lista fechada e bloqueada e o mandato de posição - decidimos focar em outro ponto: o resultado da política. Com isso deslocamos nosso foco de análise para entender, através de suas carreiras políticas, como as mulheres se inserem na política institucional – mais especificamente na Câmara dos Deputados no Brasil e na *Asamblea Legislativa* na Costa Rica.

¹Inter-Parliamentary Union. Women in national parliaments: World classification. 21.03.2016. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> Acesso em: 21.mar. 2016.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar as carreiras políticas das parlamentares do Brasil e da Costa Rica, com enfoque nas desigualdades de gênero. A pesquisa conta com três objetivos específicos: 1) Em uma perspectiva mais panorâmica, identificar se existem padrões nas carreiras políticas que as entrevistadas de ambos os contextos tiveram antes de ingressar, na Câmara dos Deputados e *Asamblea Legislativa*, no período compreendido entre 2002 e 2010; 2) Comparar os resultados entre as/os² parlamentares para identificar se existem diferenças e 3) Em uma perspectiva mais qualitativa, analisar os capitais políticos e as percepções mais subjetivas sobre a construção da carreira e de ambição política de um grupo de 17 deputadas (11 no Brasil e 6 na Costa Rica) com as suas. Os dados quantitativos necessários para realizar os objetivos um e dois são provenientes do Observatório de Elites Parlamentares da América Latina (Elites). Já os dados atinentes ao objetivo três foram coletados pela autora através de entrevistas realizadas entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016.

A principal relevância para esta pesquisa é visibilizar a importância da inserção igualitária de mulheres na política institucional, com vistas a efetivar o direito democrático de representatividade de metade da população. Em adição, o exercício de comparação entre essas duas nações é fecundo para o campo de estudos latino-americanos, ao se propor analisar experiências regionais de dois países. É relevante, especialmente, para o campo acadêmico das políticas públicas, que visam diminuir a brecha histórica que privilegia a participação política dos homens. Ao comparar a experiência costa-riquenha com a brasileira, podemos indicar caminhos para aprimorar nossa experiência local, levando em conta os melhores resultados obtidos por aquele país.

O texto está estruturado da seguinte forma: No capítulo um são feitas algumas considerações sobre o sistema político e a luta das mulheres nos países em questão. No capítulo dois são apresentadas as discussões teóricas atinentes à carreira, capital e ambição política. Já no capítulo três, é apresentado os desdobramentos metodológicos que nortearam a pesquisa. Com uma visão mais panorâmica, trazemos no capítulo quatro uma perspectiva comparada do perfil e carreira das/os parlamentares. No capítulo cinco, com um olhar mais microscópico, está dividido em quatro seções contendo os resultados das dezessete entrevistas realizadas com as parlamentares. E, por fim, são feitas considerações finais acerca do tema estudado com sugestões de possíveis agendas futuras de pesquisa.

² O presente trabalho utilizará a linguagem inclusiva de gênero com o objetivo de visibilizar a presença e o aporte das mulheres.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE SISTEMA ELEITORAL, PARTIDÁRIO E A LUTA DAS MULHERES: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE BRASIL E COSTA RICA

Antes de apresentar os referenciais teóricos que embasam esta investigação, se faz necessária uma contextualização apresentando as principais características do sistema político e partidário, bem como um breve histórico dos direitos políticos e lutas das mulheres, em ambos os países.

Vale começar com uma das diferenças mais características da Costa Rica em relação aos demais países da América Latina: a estabilidade do sistema político. Esta estabilidade relaciona-se com a particularidade histórica do país. Depois de sua independência em 1821, o país passou por dois momentos de rompimento da ordem constitucional, um em 1917 e outro em 1948. Dessa forma, enquanto outros países da América Latina - como a Argentina (1966 a 1973 e 1976 a 1983), a Bolívia (1964 - 1982), o Brasil (1964-1985), o Chile (1973-1990), a Colômbia (1953-1957), o El Salvador (1931-1979), o Equador (1972-1979), a Guatemala (1954-1996), o Haiti (1988-1990 e 1991-1994), Honduras (1963-1974), a Nicarágua (1936-1985), o Panamá (1968-1989), o Paraguai (1954-1989), o Peru (1968-1980), a República Dominicana (1930-1966), o Uruguai (1973-1984) e a Venezuela (1948-1958)- passavam por guerras civis e ditaduras a Costa Rica consolidava seu sistema democrático.

Após passar, nos anos 1940, por um período de agitação social, com o aumento da sociedade civil organizada na cena política nacional, o crescimento das organizações sindicais³, polarização e violência política, a Costa Rica se envolveu em uma guerra civil em 1948 – a qual divide historiadores nas interpretações sobre suas causas⁴ - que teve como o estopim a anulação por parte do *Congreso* da eleição de Otilio Ulate Blanco. Diante disso, seu grupo político se insurgiu e venceu o conflito levando o representante José Figueres ao poder. Este presidiu a *Junta Fundadora de la Segunda República* que culminou na elaboração da constituição de 1949, ainda vigente, inaugurando um período de universalização do voto que tirou regras censitárias e permitiu que mulheres votassem.

³ Para exemplificar: entre 1943 e 1948 os sindicatos saltaram de 85 a 204, além da criação de duas confederações sindicais (AGUILAR, 1989 apud PEN, 2001).

⁴ A causa defendida pelos “vencedores” é que José Figueres –conhecido como Don Pepe- quis preservar “a pureza” do sufrágio quando o *Congreso* anulou a eleição. No entanto há versões antagônicas que apontam que no período anterior não havia tido nenhuma eleição sem fraude e portanto a motivação real seria dar uma saída militar a crescente polarização política que estava se acirrando no país. Uma leitura mais estrutural do conflito privilegia a explicação que foca no grande enfrentamento entre classes sociais em um contexto de constantes crises econômicas (PEN, 2001).

As reformas institucionais impulsionadas pela nova constituição também limitaram os poderes do executivo, fortaleceram os processos eleitorais - tornando-os autônomos em relação aos outros poderes - e aboliram o exército. No entanto, um ponto autoritário foi incluído na constituição: a possibilidade da *Asamblea Nacional* excluir da competição partidária agremiações que fossem consideradas “antidemocráticas”. Esta regra foi utilizada para alijar os partidos de esquerda da disputa até que fosse revogada em 1975 (PEN, 2001).

O grande protagonista deste novo momento da vida política do país foi o *Partido Liberación Nacional* (PLN), que foi fundado em 1951 como a versão eleitoral do movimento vencedor da guerra civil. Com partidos pouco institucionalizados na disputa (AGUILAR, 1977; SALAZAR Y SALAZAR, 1992; BOOTH, 1998 apud PEN, 2001) o PLN se tornou força dominante, sendo o período marcado por uma disputa dele contra “a oposição”.

Mais tarde, a situação política do país se caracterizaria pelo bipartidarismo, com o PLN disputando com o *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC). Ambos se revezaram ininterruptamente no poder executivo nacional vencendo os pleitos de 1982 até 2010. No entanto, o domínio do bipartidarismo já começou a ruir no final dos anos 1990 com denúncias de corrupção o que provocou um desencanto com a política conduzida pelos partidos supracitados.

O descontentamento da população com a política passou a impulsionar ações coletivas e movimentos sociais que não eram comuns nas décadas anteriores. Segundo Rosales-Valladares (2015), este desencanto gerou um cenário atual que pode ser demarcado por cinco pontos: 1) o aumento do abstencionismo: nas eleições anteriores a 1998 este variava de 18 a 20%, mas superou os 30% nos pleitos seguintes; 2) A disputa presidencial começar a ter segundo turnos: o segundo turno sempre foi permitido no país, no entanto como a barreira eleitoral é baixa (40%) nunca havia sido usado antes de 2002, se repetindo em 2014; 3) o sistema, que na prática era bipartidarista, se transformar em um pluripartidarista moderado 4) a eleição do Partido Ação Ciudadana (PAC), o qual tinha como discurso a superação da forma tradicional de fazer política empreendida pelos partidos dominantes (PUSC e PLN) e 5) a erosão da confiança e da legitimidade das instituições na percepção da opinião pública (ROSARES-VALLADARES, 2015).

Partindo para o contexto atual, geograficamente a Costa Rica é organizada na esfera nacional, provincial (7) – que seria um equivalente ao nosso estado -, *cantonal* (81) – um equivalente ao nosso município- e distrital (481) – uma subdivisão do *cantón*. Os partidos

podem se organizar nos três primeiros níveis. Sendo assim, há 16 partidos em escala nacional, 12 em escala provincial e 57 na escala cantonal⁵. (TSE, 2015).

O sistema político atual, tem o poder executivo nacional composto pela Presidenta/e e duas Vice-Presidentas/es, todas/os eleitas/os. As eleições são majoritárias, com maioria simples e como mencionamos no parágrafo anterior a barreira eleitoral é de 40%. Se não atingem este porcentual, o segundo turno é com as/os candidatas/os que receberam mais votos. A reeleição só é possível desde que não consecutiva e com o interstício de dois mandatos (TSE, 2015).

O poder legislativo na Costa Rica é unicameral; a *Asamblea Legislativa* é a sede da representação do povo. As eleições são proporcionais, com lista fechada e bloqueada. Este tipo de lista, como veremos a diante, facilitou a implementação das cotas no contexto nacional, no entanto esse formato tem o ônus de concentrar nos partidos um poder de decisão altíssimo⁶.

Os mandatos têm duração de quatro anos, com reeleição não consecutiva. As circunscrições eleitorais são as mesmas que a divisão político-administrativa (províncias) do país desde o século XIX. A literatura aponta que as circunscrições eleitorais costa-ricenses são médias tais como a de outros países da região como El Salvador, Guatemala e Honduras, com uma média de 6 a 9 vagas por província (PAYNE, 2006, apud VEGA, 2012).

Há cinquenta e sete vagas para deputadas/os, o que na atual legislatura está dividido entre nove partidos. A maioria é do *Partido Liberación Nacional* (PLN), o partido mais consolidado do país, com dezoito representantes, em seguida o partido do atual presidente, *Partido Acción Ciudadana* (PAC), com treze. O *Partido Frente Amplio* (PFA) tem nove deputadas/os e o *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC) tem oito. Já o *Partido Movimiento Libertario* (PML) tem quatro, o *Partido Renovación Costarricense* (PRC) tem dois. Os partidos *Partido Restauración Nacional* (PRN), *Partido Accesibilidad Sin Exclusión* (PASE) e *Partido Alianza Demócrata Cristiana* (PADC) contam cada um com um representante⁷.

⁵ Dados fornecidos pelo *Tribunal Supremo de Elecciones*. Disponível em: http://www.tse.go.cr/partidos_inscritos.html. Acessado em 09.02.2017 as 01:30.

⁶ Neste sentido vale mencionar o cenário dos partidos que a literatura diagnostica: 1) Os novos partidos estão ainda em processo de institucionalização; 2) Há vida partidária limitada fora dos processos ou períodos eleitorais; 3) Os principais partidos a nível nacional seriam “*catch-all parties*” e 4) em consonância com uma característica comum na região, os partidos são muito dependentes do personalismo dos seus líderes históricos (ROSARES-VALLADARES, 2015).

⁷ Dados obtidos no site da *Asamblea Legislativa*. 21.03.2016. Disponível em: http://www.asamblea.go.cr/Diputadas_Diputados/Lists/Diputadas/Diputadas%20y%20diputados%20por%20Fraccin.aspx. Acesso em: 21. mar. 2016.

Em relação ao Brasil, é possível dizer que a primeira experiência democrática no país se deu entre 1945-1964. Os adventos internacionais como a Guerra Fria e ascensão do comunismo, representado na região com a Revolução Cubana (1959), foram razões fundamentais para o Golpe Militar que depôs o presidente eleito João Goulart. Em termos políticos, uma das especificidades do regime ditatorial no Brasil, em comparação com países como a Argentina e Uruguai, é que o Congresso funcionou – com poderes limitados- ao longo dos 21 anos do regime. Além disso, os partidos não foram exterminados, o regime os concentrou no bloco da situação (ARENA) e no da “oposição” (MDB). Outro ponto importante é que no Brasil não eram as forças armadas que tomavam as decisões executivas diretamente, eles indicavam um líder militar que ocupava o posto de presidente. Esse conjunto de medidas dava um “verniz democrático” à ditadura brasileira⁸, diminuindo o fato do poder estar concentrado no executivo e da sistemática violação de direitos humanos fundamentais como a censura e a repressão às perspectivas divergentes ao regime.

A ditadura começou a arrefecer somente no fim dos anos 1970. Em 1982, foi possível que outros partidos competissem nas disputas eleitorais e em 1985 foi eleito Tancredo Neves, por um Colégio Eleitoral, iniciando um período de retorno do poder político aos civis, seguido da Constituição de 1988 e com as primeiras eleições diretas em 1989.

Nesse período pós-ditadura o país passou a contar com muitos partidos, o que implicou em um multipartidarismo com alta fragmentação partidária. Essa grande quantidade de partidos, por um lado seria positiva, pois a priori permitiria a representação de diversos setores da sociedade. Por outro lado, ela é negativa porque dificulta a inteligibilidade do sistema para o eleitorado. Além disso, a governabilidade brasileira é impactada pela alta fragmentação partidária, visto serem precisos muitos aliados para conseguir aprovar a agenda do Executivo Nacional. Nesse sentido, o Brasil é reconhecido amplamente por seu *presidencialismo de coalizão*⁹.

⁸ Quanto a este ponto cabe mencionar o trabalho de Borges e Martins (2014) que compara a adesão democrática da opinião pública brasileira e argentina. A hipótese confirmada no artigo era que tendo em vista estes desenhos institucionais com traços democráticos que permaneceram ao longo do regime militar, os respondentes do Brasil tinham menor adesão à democracia tanto na dimensão valorativa desta quando na dimensão mais pragmática do que os argentinos, que tiveram um regime sem estes traços. A ideia é que “A presença estável das instituições, nesse caso, teria contribuído para deixar resquícios autoritários nas instituições políticas e, portanto, no comportamento político dos indivíduos” (Borges; Martins, 2014 p.192).

⁹ Presidencialismo de Coalizão é um termo do cientista político brasileiro Sergio Abranches que, em síntese, significa que o presidente constrói uma base de apoio alocando os membros dos partidos aliados (da coalizão) em postos ministeriais, recebendo em troca o apoio destes aliados para aprovar a agenda do Executivo no Congresso. Para mais informações consultar obra “Presidencialismo de coalizão: dilema institucional brasileiro” de Sergio Abranches.

No período democrático pós 89, houve duas crises políticas que levaram a *impeachments*. O primeiro, em 1992, ocorreu quando Fernando Collor presidia o país, em um contexto comprovado de corrupção o processo de impeachment foi aberto mas o presidente renunciou antes de ele ser finalizado. O então vice Itamar Franco assumiu e o sistema se reacomodou seguindo com as eleições de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, cada um por dois mandatos, e o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Já o segundo impedimento, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff em seu segundo mandato foi justificado pelas *pedaladas fiscais*, dividindo especialistas e a população sobre a validade desta justificativa. Este impeachment tem um cenário político mais complexo e coloca na agenda novamente o debate sobre o *presidencialismo de coalizão* tendo em vista que Dilma foi reeleita com uma coligação de 9 partidos que a princípio lhe garantiria 60% dos votos na Câmara e uma das razões para o *impeachment* ser aceito e aprovado seria exatamente a instabilidade de sua base aliada (BEDRITICHUK, 2016). Atualmente o país é presidido pelo ex-vice Michel Temer.

Em relação ao sistema atual, enquanto uma República Federativa Presidencialista, o Brasil está organizado em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Geograficamente, o país é dividido em 26 Estados e o Distrito Federal, e estas são as circunscrições eleitorais da disputa nacional, distritos considerados de magnitude média e grande (MARQUES, 2012).

Segundo a Constituição de 1988, a/o Presidenta/e da República é, ao mesmo tempo, Chefa/e de Estado e Chefa/e de Governo. Sua eleição acontece através de voto direto em pleito majoritário de maioria absoluta; em casos que não se alcança essa maioria, realiza-se um segundo turno eleitoral. A reeleição é possível, no entanto caso a/o candidata/o queira ser presidenta/e por uma terceira vez é preciso aguardar quatro anos. A/o Presidenta/e possui o poder de definir quem serão as/os ministras/os de seu governo e seu mandato é de quatro anos.

O poder legislativo brasileiro organiza-se na forma de um Congresso Nacional, uma instituição bicameral formada por uma câmara alta – Senado –, composta por 81 senadoras/os, e uma câmara baixa – Câmara dos Deputados –, constituída de 513 deputadas/os. As/os senadoras/es são eleitas/os pelo voto majoritário e possuem mandato de oito anos – com renovação de um terço e dois terços da casa a cada quatro anos - podendo ser reeleitas/os. São escolhidas/os três representantes por estado. Na Câmara dos Deputados, a votação acontece pelo método proporcional, com lista aberta, e as cadeiras são divididas na mesma proporção que a população de cada estado, também sendo possível ser reeleita/o indefinidamente.

No que se refere ao tipo de lista, se fechada tem o ônus de possivelmente concentrar o poder de decisão em poucos líderes partidários, a aberta tem como ônus o destaque na/o candidata/o, estimulando que estas/es busquem o voto para si. Este fenômeno contribui para promover uma “personalização” da disputa e conseqüentemente o enfraquecimento dos partidos, além de criar um clima de competição intra-partidária no momento da eleição ao invés de cooperação (NICOLAU, 2006).

Um dos pontos positivos da lista aberta é que a/o eleitor teria mais liberdade de escolha. No entanto, no contexto brasileiro, esta possibilidade é discutível, uma vez que a literatura aponta que no país existe uma espécie de “lista virtual”, existindo algumas candidaturas específicas que recebem mais apoio da organização e, portanto, se tornam mais capazes de vencer o pleito. Neste sentido, vale mencionar a pesquisa de Schmitt, Carneiro e Kushnir (1999) que conclui que “o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral pode ser definido como uma espécie de ordenamento informal das listas partidárias no Brasil” (SCHMITT, CARNEIRO e KUSHNIR, 1999 apud MARQUES, 2012).

O sistema partidário brasileiro, como mencionamos anteriormente, é multipartidário, e segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há trinta e cinco partidos¹⁰ registrados. No entanto, a representação desses partidos na Câmara dos Deputados é bastante fragmentada¹¹. O bloco parlamentar com maior número de deputadas/os é composto pelo Partido Progressista (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Humanista da Solidariedade (PHS), com oitenta e uma deputadas/os. Em seguida, com setenta e nove deputadas/os, está o bloco parlamentar do Partido da República (PR), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Já o bloco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Ecológico Nacional (PEN) contam com sessenta e nove representantes. O Partido dos Trabalhadores (PT), é a quarta força dentro da Câmara com cinquenta e oito deputadas/os. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tem cinquenta representantes. O bloco parlamentar composto por Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), Partido Social Liberal (PSL) tem trinta e nove deputadas/os. Com menos representantes, estão o Partido Socialista Brasileiro (PSB) com trinta e três, Democratas (DEM) com vinte e três, Partido Democrático Trabalhista (PDT) com dezoito, Solidariedade

¹⁰Dados obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.21.03.2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse> Acesso em: 21.mar.2016.

¹¹ Dados obtidos no site da Câmara dos Deputados. 21.03.2016. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bancada.asp>. Acesso em: 21.mar. 2016.

(SD) com dezesseis, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com doze, Partido Popular Socialista (PPS) com dez e Partido Verde (PV) com sete. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede sustentabilidade (Rede) possuem cada um com cinco deputadas/os e o Partido da Mulher Brasileira (PMB), quatro. Se desagregarmos as bancadas, seriam 25 partidos com representantes eleitas/os.

*

No que se refere aos direitos políticos e lutas das mulheres, no Brasil, o sufrágio feminino foi conquistado em 1932, com alguma pressão de organizações feministas (MIRANDA, 2012). Embora no período democrático de 1945 até o golpe militar de 1964, não tenha havido ascensão de grandes grupos feministas, existiram grupos de mulheres, de classe média, que engrossaram as fileiras em apoio ao Golpe Militar; sob a justificativa de proteção à família (MARQUES, 2012).

Os diversos movimentos feministas só tiveram uma organização mais relevante no país ao fim da década de 70, quando vários outros movimentos sociais também apresentavam ascensão; como o Movimento Sindical e as Comunidades Eclesiais de Base por meio das teorias da libertação (POLANCO apud MARQUES, 2012). Essa “segunda onda feminista” brasileira é fortemente marcada enquanto reação à ditadura, configurando-se como um movimento em favor da democracia, sem deixar de lado certas demandas específicas derivadas da condição feminina. Há destaque para o *Movimento Feminino pela Anistia* que demandava o fim da tortura, o fim da ditadura, a anistia e retorno de todas as/os exiladas/os políticas/os. Com a Lei de Anistia de 1979, e o regresso de exiladas/os, muitas mulheres trouxeram na bagagem a experiência vivida nos movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa (MIRANDA, 2012).

Com o fim da ditadura no Brasil, houve uma sinergia entre os recém estruturados movimentos feministas e o poder institucional na Constituinte de 1988. Foram eleitas 26 deputadas, que ficaram conhecidas como o *lobby do batom*, as quais trabalharam juntas a despeito de suas diferenças partidárias e aprovaram aproximadamente 80% de sua agenda. Algumas de suas demandas eram pela ampliação da licença-maternidade; a aposentadoria para donas de casa; o 13º salário e férias anuais de 30 dias para as empregadas domésticas (MIRANDA, 2012).

Com o retorno do regime democrático, diversas vertentes dos movimentos feministas também queriam se ver representadas no poder institucional. No Brasil, o primeiro projeto aprovado de cotas para nas candidaturas parlamentares surgiu em 1995, como proposta da

deputada federal Marta Suplicy; que já tinha conhecimento da cota interna do Partido dos Trabalhadores, criada em 1991. A deputada apresentou um projeto no qual 20% das candidaturas eram reservadas para mulheres. A partir disso, foi aprovada a lei 9.100/1995 e as cotas foram implementadas pela primeira vez em 1996. Em 1997, o percentual das cotas subiu novamente, sendo implementado o número de 25% nas eleições de 1998. Em 2000 houve uma nova adaptação da lei que definiu percentual de 30% (MARQUES, 2010).

Dentre todos os países latino-americanos que implementaram a política de cotas de gênero, um dos que menos avançou no aumento da representação foi o Brasil. Com a política em funcionamento desde 1998, o país conseguiu subir sua representação em apenas 3,6 pontos percentuais (de 6,2 para 9,9), ocupando a 154ª colocação no ranking do *IPU – Women in Parliament*¹². Com lista aberta, um texto de cotas que não estabelece como as cotas devem ser aplicadas, uma penalidade baixa e sem fiscalização para fazer a lei o país não manejou o emplacamento dessa política.

Mas o tema ainda está em debate no país. Em agosto de 2015, por exemplo, o plenário do Senado aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/15 que prevê reserva mínima de assentos para mulheres diretamente nos cargos de deputada federal, estadual e para vereadora. A proposta é que nas três legislaturas seguintes àquela em que a PEC for promulgada, tenham pelo menos 10% de mulheres na primeira legislatura; 12% na segunda e 16% na terceira¹³. Em novembro de 2016 a proposta foi aprovada em Comissão especial na Câmara por unanimidade, precisando ainda ser votada em dois turnos no Plenário da casa¹⁴.

No que diz respeito à Costa Rica, é preciso lembrar que sua própria ideia de cidadania, como ocorreu também em outros países, foi construída a partir de uma perspectiva androcêntrica. Ela surge embasada na separação entre as esferas pública e privada, gerando direitos para a primeira esfera, que nesse período era praticamente exclusiva dos homens. A invenção da nacionalidade na Costa Rica também partiu de uma perspectiva de exclusão-inclusão, na qual mulheres, indígenas, negros e qualquer pessoa de outra nacionalidade não possuíam direitos (HERRERA, 2000).

¹² Inter-Parliamentary Union. Women in national parliaments: World classification. 21.03.2016. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> Acesso em: 21.mar. 2016.

¹³ Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/senado-conclui-aprovacao-de-cota-para-mulheres-no-legislativo.html>. Acesso em: 28. fev. 2017.

¹⁴ Notícia disponível em <http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/POLITICA/519108-COMISSAO-ESPECIAL-APROVA-RESERVA-DE-VAGAS-PARA-MULHERES-NO-LEGISLATIVO.html>. Acesso em: 28.fev.2017.

Com a reforma eleitoral de 1913, há uma primeira expansão da democracia costaricense. Com a criação do voto direto garantiu-se uma ampliação de direitos para todos os homens com mais de 21 anos. Neste sentido, Herrera defende que até o alcance do voto feminino – que como mencionamos anteriormente só viria na constituição de 1949 –, existiu um período de **cidadania negada** para as mulheres, inviabilizando qualquer participação feminina na cena política e em lutas populares, devido à falta de institucionalização.

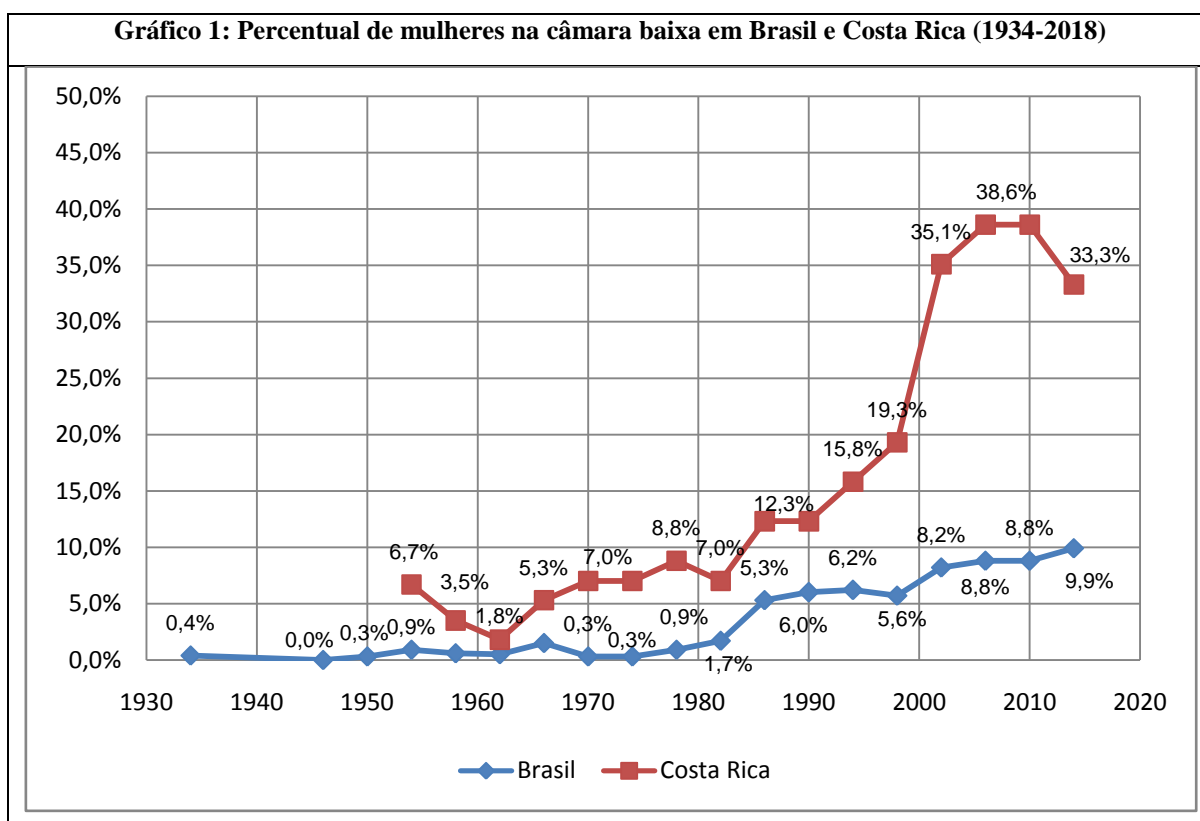
No período que se seguiu, a Costa Rica passou por reformas liberais no país que estabeleceram a educação gratuita e obrigatória para todos, incorporando muitas mulheres à esfera pública como professoras. Após participarem ativamente da derrocada da ditadura dos Tinoco nos anos 20, a organização dessas professoras começou a tomar contornos de movimento social, através da fundação da Liga Feminista, em 1923; cujo objetivo era conquistar o sufrágio feminino, abrindo o debate sobre o tema tanto na *Asamblea Legislativa*, quanto na sociedade civil. A Liga Feminista entregou pedidos pelo voto feminino em 1925, 1929, 1931, 1932, 1934 e 1939.

No final da década de 40, as mulheres da Costa Rica deixaram suas demandas sufragistas em suspenso para somar aos protestos contra o partido da então posição, processo que culminou em guerra civil, no ano de 1948, e na formulação de uma nova constituinte. Na nova constituição de 1949, após décadas de luta, finalmente o sufrágio feminino foi aprovado. Está aprovação não foi apenas uma resposta à pressão histórica exercida pelas feministas, como também um reconhecimento por parte dos partidos sobre a necessidade de consolidar e legitimar uma efetiva democracia representativa (BARAHONA *apud* HERRERA, 2000, p. 9).

Com a conquista do voto, começa um período que duraria até o final do século XX, o que Herrera chama de **cidadania parcial**, já que as mulheres conseguiram o direito ao voto, mas não conseguiram traduzir seu potencial eleitoral em ocupação em postos do poder institucional. No entanto, surge nos anos 90 uma medida para mudar esse quadro. A *Asamblea Legislativa* da Costa Rica lança a lei 7.142, como objetivo de promover igualdade social às mulheres. Este projeto vale ser ressaltado pelo interesse em demonstrar o quanto o machismo apresentava-se como obstáculo à participação feminina na política. Através de normas bem específicas, os partidos foram fortemente encorajados a incluir mulheres em suas listas de candidatos e direções partidárias; além de promover o treinamento das novas candidatas. A lei 7.142 foi responsável pela ampliação do debate público em torno do tema, mas infelizmente, a ausência de obrigatoriedade de suas normas teve pouco resultado efetivo.

Em 1996, como fruto da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada no ano anterior, e do compromisso assumido por outros países da região, houve a aprovação das cotas no legislativo do país. Com uma obrigatoriedade de 40% de cotas destinadas às mulheres, na época foi o maior percentual destinado às cotas de gênero na América Latina. Entretanto, de saída à política não obteve o êxito planejado por que na primeira eleição com cotas, os partidos colocaram as mulheres em lugares irrelevantes na lista. Isso ocasionou um percentual de eleitas de 19,3%¹⁵. Como reação a esta prática das organizações partidárias criou-se o mandato de posição, uma decisão do Tribunal Eleitoral (2002), que obrigava os partidos a colocarem as candidatas em posições elegíveis.

Como podemos observar no gráfico abaixo, após muitos anos de baixa representação feminina houve um considerável aumento percentual no começo dos anos 2000, elegendo 35,1% de mulheres, seguido por 38,6% na eleição de 2006 e repetindo o percentual na de 2010 (PESCHARD, 2002; TORRES, 2010).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados; Cepal; Marques, 2012; Pinheiro, 2007; TSE Brasil e Costa Rica¹⁶.

¹⁵ É relevante mencionar que na Costa Rica quando a política foi “mal - sucedida” no começo dos anos 2000 o percentual da representação feminina já era mais que o dobro do que o do Brasil.

¹⁶ Os dados do Brasil de 1934 a 1978 foram extraídos de Pinheiro (2007); os de 1982-2010 de Marques, (2012); e os de 2014 do site da Câmara dos Deputados. Os dados sobre a quantidade de cadeiras respectivas a cada legislatura foram confirmados no Tribunal Superior Eleitoral e no da Câmara de Deputados. Os dados da Costa

Ao observar o gráfico é possível ver também como a representação brasileira ficou estagnada para ter um crescimento mínimo nos anos 2000. É importante mencionar que a literatura identifica algumas características do sistema eleitoral que nas experiências latino-americanas se demonstraram mais fecundas em relação à implementação das cotas como a lista fechada e o mandato de posição. Estas, como foi possível observar, estão presentes no sistema da Costa Rica (DA SILVA e HARVEY, 2016).

Os processos decorrentes da implementação das cotas na América Latina foram capazes de inserir a agenda da participação paritária das mulheres no debate público, reivindicando a ocupação de 50% das vagas no Parlamento. Com esse objetivo em mente, em 2007 ocorreu, a *X Conferencia Regional sobre La Mujer de América Latina y el Caribe*, em Quito. Nela, os países participantes firmaram o “Consenso de Quito”, um acordo sobre a necessidade de estabelecer a paridade entre os gêneros no continente. A *XI Conferencia Regional sobre La Mujer de América Latina y el Caribe*, que ocorreu três anos depois, reafirma esta prioridade.

O país compõe o grupo seletivo, de quatro países, que instituíram uma norma de paridade política nos cargos representativos nacionais recentemente. O Equador o fez constitucionalmente em 2008, a Bolívia e a Costa Rica em 2009 e Honduras em 2012. O novo Código Eleitoral de 2009 inclui o princípio da paridade. O artigo em que trata sobre a paridade é bem preciso, especificando que os nomes das candidatas/os devem estar revezados na lista e quando houver candidaturas ímpares, a diferença não pode ser superior a um (ARCHENTI, 2014). A sanção é explícita: partidos que não aderirem à norma não terão suas respectivas listas de candidatas/os aceitas.

Apesar do engajamento com a paridade, como pudemos ver no gráfico acima, em 2014 o número de deputadas baixou em relação à legislatura anterior. Isso se deu por que a interpretação do *Tribunal Supremo de Elecciones* era que a paridade só era obrigatória nas listas de forma vertical, sendo assim as mulheres estavam alternadas, mas sempre começando em segundo lugar, o que muitas vezes não garantia a vaga. Neste sentido foi apresentada, em 2015, uma ação de inconstitucionalidade à Sala Constitucional - parte da instância mais alta do poder judicial nacional costaricense - proposta pela deputada Maureen Clarke e a técnica legislativa Haydée Hernández. A proposição foi aceita o que significa que para as eleições nacionais de 2018 as mulheres têm que encabeçar três ou quatro províncias (das 7) para a

Rica de 1953 a 2006 foram coletados no website do *Tribunal Supremo de Elecciones* e os de 2010 e 2014 foram extraídos do website da Cepal.

campanha de ingresso na *Asamblea Nacional*, e em 2020 o mesmo exercício deve ser feito para as *regidorías*– poder legislativo local - com 40 ou 41 *cantones* encabeçados por mulheres.

Nas palavras da deputada Clarke o aceite desta ação é “o último marco histórico no que se refere ao exercício político das mulheres¹⁷”. Quando souberam da nova regra lideranças partidárias nacionais declararam, que ela: “complicará mais as negociações para repartir as candidaturas, pois será mais um condicionante que se soma aos critérios de quem vai de candidato a deputado. Ou candidata a deputada¹⁸”.

¹⁷ Frase extraída da entrevista realizada com a deputada.

¹⁸ Tradução livre de “que esta nueva regla complicará más las negociaciones para el reparto de candidaturas, pues será un condicionante más que se suma a los criterios para ver quién va de candidato a diputado. O candidata a diputada, como dirían en sus discursos”. Disponível em: http://www.nacion.com/nacional/politica/Sala-IV-contradice-TSE-mujeres_0_1521847816.html. Acesso: 28. fev. 2017.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

“O mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”

(Bourdieu, 1989, p. 166)

2.1 Elites Políticas: o princípio da discussão

No início do século XX, com a contribuição dos teóricos clássicos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, o estudo de elites passou a ser visto em uma perspectiva científica na qual se partia do pressuposto que “em todas as sociedades – desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas- aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida” (MOSCA, 1966, p.51). Em uma clara oposição à ascensão das massas, característica marcante do contexto em que produziam, os autores mencionados, cada um com sua especificidade, defenderam esta máxima e a partir dela surgiram diversos desdobramentos teóricos.

Um dos desdobramentos mais reconhecidos foi o debate entre os estadunidenses Wright Mills (1981) e Robert Dahl (1961; 1958). O primeiro, em sua obra “A Elite do Poder¹⁹” lançada em 1956, chegou à conclusão de que apesar do “verniz democrático” o que acontecia na prática nos Estados Unidos pós-guerra é que uma minoria composta por três segmentos- grandes capitalistas, líderes políticos e chefes militares - tomavam todas as decisões relevantes. Para o autor, o principal motor da coesão desta *elite do poder* seriam os interesses compartilhados gerados e retroalimentados por uma socialização muito similar. No entanto, diferentemente dos elitistas clássicos, que optavam por uma narrativa pessimista que impossibilitava a democracia, sua obra seria uma espécie de denúncia da incapacidade das democracias vigentes de serem de fato governos do povo.

A perspectiva de Mills ficou reconhecida como método posicional, por considerar a elite do poder quem de fato ocupava cargos formais. Já Robert Dahl, teorizou em uma direção oposta, defendendo através do seu conceito de *poliarquia* que o que existia era uma

¹⁹ Miguel (2003b) ressalta que apesar da conclusão de Mills parecer se alinhar a crítica marxista em um primeiro momento por denunciar a democracia burguesa como “*pro forme*”, é necessário observar que ele entendia a propriedade dos meios de produção como uma das facetas da elite, que valia exatamente o mesmo que qualquer outra. Por isso ele não se alinha ao conceito marxiano de classe dominante, utilizando o conceito “elite do poder” (MIGUEL, 2003b, p.127).

diversidade de grupos na arena política em disputa pelo poder, sem que nenhum tivesse a capacidade de impor totalmente seus desejos. Para ele, estar no posto não define que um grupo é uma *elite do poder*. Ele defende que só seria viável afirmar essa máxima após um exame sistemático de uma série de decisões concretas nas quais os desejos do grupo que supostamente seria a elite dirigente estão em choque com o de outro grupo e que as preferências dela fossem sempre vencedoras (DAHL, 1970, p. 96). Seu modelo, reconhecido como método decisional, foi utilizado em uma pesquisa em que ele estuda processos decisórios de questões importantes relativas a nomeações de funcionários públicos, urbanização e educação na comunidade de *New Haven*, Connecticut, com resultados que demonstram que existiam líderes que protagonizavam a iniciativa política, no entanto nenhum deles monopolizava a influência nos três temas.

A proposta teórico-metodológica de Dahl não ficou isenta de críticas. Bachrach e Baratz (2011) criticam a máxima que o poder é identificado somente em decisões concretas de questões polêmicas decididas *a priori* pelo pesquisador. Eles propõem a relevância da ideia da face oculta do poder, que envolveria mais do que a capacidade de um grupo de fazer e vetar propostas, mas também o de evitar que os temas que são importantes para ele entrem na disputa. Miguel (2003b) sintetiza essa face oculta como o controle da agenda pública. Evidentemente, dentre as três perspectivas esta é a mais difícil de operacionalizar em uma pesquisa, mas os autores defendem que só porque é desafiador de mensurar não significa que não seja real (BACHRACH e BARATZ, 2011, p.156)

O desenvolvimento dos debates supracitados foi fundamental, por um lado, para gerar informações empíricas sobre os grupos dirigentes do contexto estadunidense e, por outro, que é o que mais nos interessa aqui, para estimular o debate do enfoque e metodologia para estudar elites políticas. Apesar de não haver consenso da melhor forma entre as abordagens propostas, fica claro que cada uma das perspectivas tem seu ônus e bônus. Conscientes da diversidade de enfoques, para o objeto em questão no presente trabalho, partiremos da perspectiva posicional tendo em vista que é razoável partir da premissa que um dos pilares da democracia é a representação e, portanto, saber quem é eleita/o ainda importa.

2.2 Carreira Parlamentar e Capital Político

O perfil e carreira política das elites é uma discussão que pode ser encontrada desde os elitistas clássicos. Mosca, Pareto e Michels já apontavam que mesmo com o sufrágio

universal o cidadão médio teria muita dificuldade de ingressar nas elites governamentais (NORRIS, 2007, p.149). E sendo ainda mais específico, Mosca (1966), por exemplo, destaca como no mundo ocidental a posição social ocupada pelas/os advogadas/os, por exemplo, privilegia o acesso à elites uma vez que o domínio das leis associado a retórica torna estas pessoas especialmente poderosas (MOSCA, 1966, p.61). Sendo esta discussão de tamanha importância na área, nesta sessão discorreremos sobre as principais referências teóricas da presente pesquisa, enunciando os pontos centrais abordados pela literatura que se debruça sobre este o perfil e carreira política das elites parlamentares.

Quando o termo “carreira política” aparece na literatura consultada ele não está definido como um conceito propriamente dito, mas é possível dizer que ele é operacionalizado como o período em que o agente passou a ocupar cargos e/ou passou por instituições político-partidárias, que podem lhe gerar capital político (PINHEIRO, 2006; MIGUEL et al, 2015; MARQUES, 2010; MARQUES, 2012).

Segundo Marques (2012), a produção brasileira sobre carreiras políticas²⁰ com enfoque em gênero é limitada. Há trabalhos que usam a variável “sexo” na análise de perfis de origem social das/os parlamentares²¹, mas há poucos que realmente abordam a desigualdade de gênero na política como uma questão central a ser explicada. Dentre estes poucos, estão os trabalhos de Miguel (2003; 2008 apud MARQUES, 2012), e Pinheiro (2007). A estes, adicionamos o trabalho de Ferreira (2015), o qual aborda especificamente as deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público, eleitas no período compreendido entre 1982 e 2010. Há ainda o trabalho qualitativo, de Araújo (2010), que compara as rotas de ingresso das parlamentares brasileiras e argentinas e que exploraremos mais no capítulo cinco.

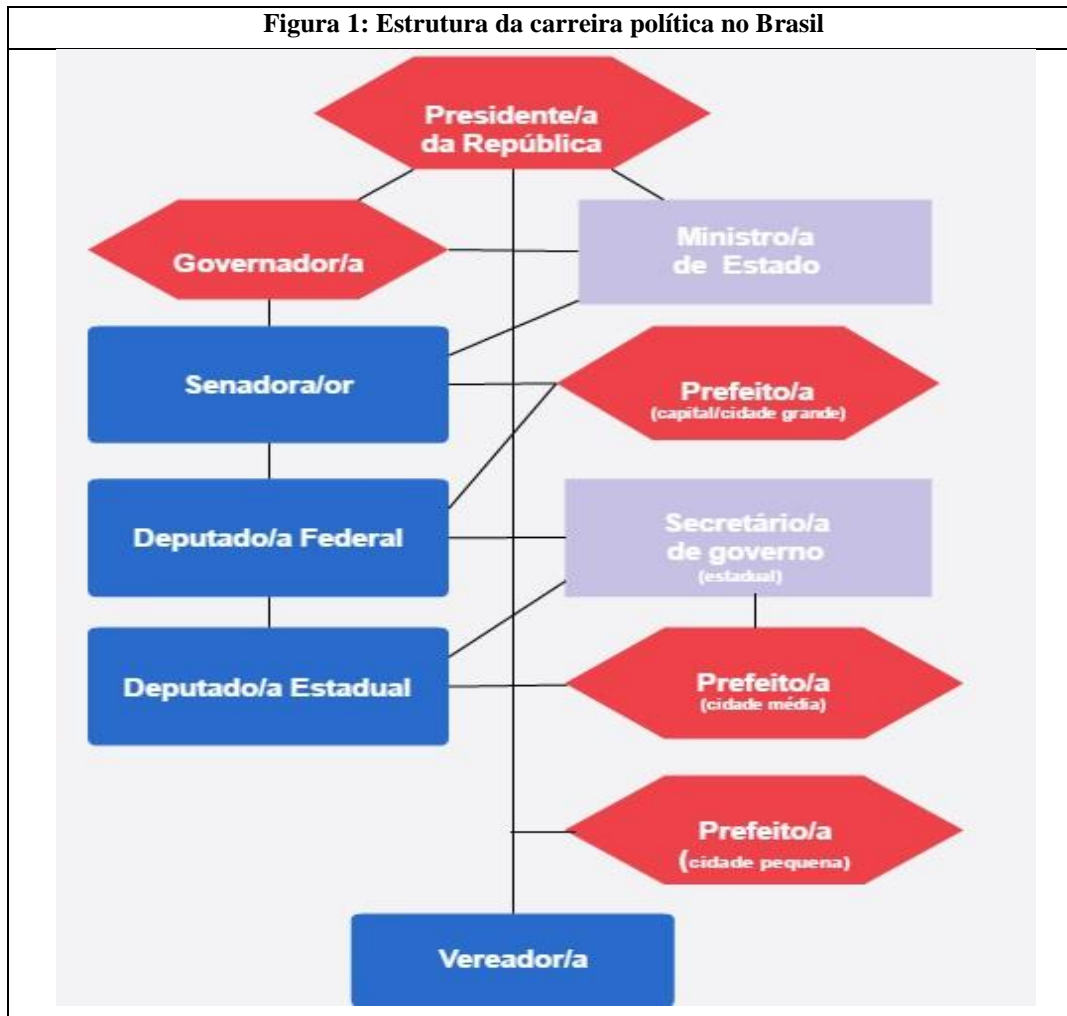
A estes, somamos a tese da própria Marques (2012), a qual tem como objetivo comparar as trajetórias e as formas de capital político entre homens e mulheres parlamentares no Brasil (2007-10), Argentina (2007-11) e Uruguai (2005-10), para observar como as desigualdades de gênero impactam nas carreiras políticas em diferentes sistemas políticos. Há também o trabalho mais recente de Miguel et al (2015), que identifica os tipos de capital

²⁰ A autora identifica que a produção sobre carreiras políticas no contexto brasileiro se concentra em alguns temas específicos como: “lealdade partidária (SANTOS, 2001), reeleição (PEREIRA e RENNÓ, 2001; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003), origem do capital político e a influência da mídia (MIGUEL, 2003), estratégia e tipos de ambição política (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003) e ideologia partidária (SANTOS e SERNA, 2007)” (MARQUES, 2012, p.86).

²¹ A autora cita dois trabalhos em especial: “Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa” de Perissinotto, Costa e Tribess e o “Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006” de Perissinotto e Miriade (MARQUES, 2012).

político que as/os deputadas/os eleitas/os utilizaram no Brasil nas legislaturas de 2002, 2006 e 2010.

No que se refere à carreira política no contexto brasileiro, Miguel (2003a) após a primeira década do curto ciclo democrático nacional, aponta que é possível identificar uma espécie de “estrutura” de carreira política, que ele sistematizou da seguinte forma:



Fonte: Extraído e adaptado de Miguel, 2003a²².

Sem dúvida o cargo mais baixo da hierarquia é a vereança e o máximo é a presidência da República. No entanto a ascensão não tem necessariamente um sentido inequívoco. O autor ressalta que esta sistematização não significa uma estrutura rígida²³ e exemplifica com Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, os últimos dois presidentes eleitos,

²² A figura possui as mesmas categorias que Miguel (2003a) no entanto foi editada pela autora para as diferenças nos cargos ficarem mais evidentes visualmente e também para colocar a linguagem inclusiva de gênero.

²³ Um dos argumentos defendidos no artigo em questão sugere que quando há um capital convertido –conceito que explanaremos mais a frente- do campo midiático ele opera como um facilitador, possibilitando que a/o agente pule etapas.

que terminaram seus mandatos, e não exerceram cargos da base da pirâmide. Apesar das incontáveis exceções, é a partir dessa estrutura que os agentes fazem seus cálculos racionais sobre quais cargos concorrer.

Miguel (2003a) afirma que a carreira “ideal” envolve passagens no poder executivo (cargos em vermelho) e no legislativo (cargos em azul). Os cargos do primeiro conferem à/ao agente a maior possibilidade de visibilizar sua atuação, uma vez que quando ganha um pleito majoritário a pessoa é a única a responder pelo cargo. Já em relação aos cargos do legislativo, o autor define como “o espaço por excelência da socialização da elite política em seus diferentes níveis (local, estadual, nacional)” (MIGUEL, 2003^a, p.118). A passagem neste tipo de cargo permite certa popularidade, fundamental para ser reconhecida/o no momento eleitoral pela/o cidadã/o comum, e reconhecimento dos pares, que por sua vez é fundamental para galgar candidaturas e cargos não eletivos na burocracia estatal ou partidária (MIGUEL, 2003a).

No que tange à carreira na Costa Rica, não foi possível encontrar produções que sistematizassem qual seria o fluxo e a hierarquia da carreira política no país. No entanto, a partir das entrevistas realizadas e com o auxílio da literatura (FURLONG e RIGGS, 1996) é possível afirmar que, hierarquicamente, o cargo de deputada/o é um dos postos mais altos da esfera pública. Quanto ao fluxo da carreira, como não há instituições a nível provincial, os cargos políticos disponíveis estão no nível nacional, *cantonal* – que seria o equivalente ao municipal no Brasil- e distrital –uma subdivisão do cantón. A nível nacional estão os cargos de Presidenta/e Vice como poder executivo, e estas/es definem quem serão as/os ministras/os e embaixadoras/es. No Poder Legislativo estão as/os deputadas/os (que é um cargo nacional, mas que são eleitas/os por província).

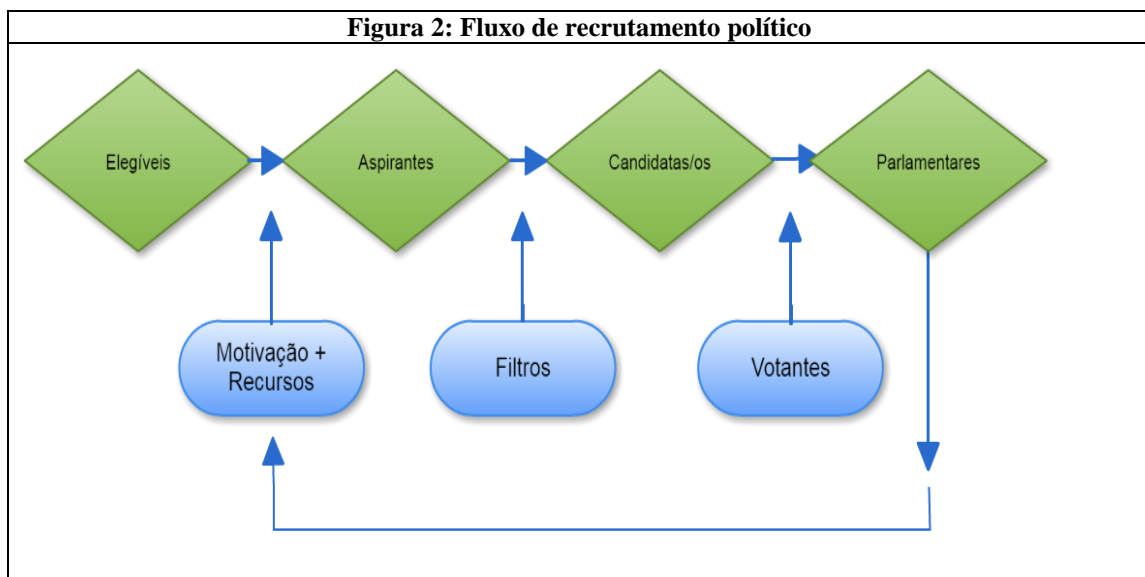
No nível *cantonal* tem a/o *alcaldesa/alcade* –equivalente a/o prefeita/o- e sua vice como poder executivo e como poder legislativo o *Concejo Municipal*, composta/o por *regidoras/es*. Em consonância com o número de cantones, há 81 destes no país. Há ainda no nível distrital um *Concejo de Distrito*²⁴, que é composto por *concejales/es*. Há 472 no país (TSE, 2015, p.36), este *Concejo* tem direito a ter um/a representante no *Concejo Municipal*, a/o síndica/o, que representa o distrito com voz, mas sem voto²⁵.

²⁴ O *Concejo Municipal de Distrito* é uma instância que tem apenas oito unidades no país inteiro, e ela existe por que havia uma distancia considerável entre alguns distritos em relação ao *cantón* central que eles pertencem. Estes *Concejos Municipales* possuem um *intendente* e os *concejales*, ambos os cargos com seus respectivos suplentes (TSE, 2015, p.36)

²⁵Explicação em organograma no anexo.

Há duas regras no contexto costa-riquenho que ainda não foram mencionadas e possivelmente incidam na construção da carreira: a) O fato de existir partidos a nível nacional, provincial e *cantonal* e b) o fato de na Costa Rica existir a possibilidade da/o candidata/o a presidência escolher um determinado número de pessoas para incluir na lista e concorrer a um posto na *Asamblea Legislativa*²⁶.

Se expandirmos a discussão para a carreira política parlamentar legislativa de forma geral, cabe citar os estudos empreendidos por Pipa Norris (2007). Em uma perspectiva neoinstitucionalista, a autora aporta no debate do recrutamento legislativo demonstrando que o voto é apenas uma das etapas da escolha de nossas/os representantes, como podemos ver na figura abaixo:



Fonte: Extraído e adaptado de Norris, 2007

Este fluxo sistematizado por Norris demonstra bem como o escrutínio das/os eleitoras/es é uma etapa muito avançada do processo que leva as pessoas aos cargos. Há uma massa de elegíveis e a principal diferença entre ela e as/os aspirantes a uma candidatura é a motivação. Vencida esta primeira etapa a/o aspirante passará pelo crivo do partido que continua sendo o principal filtro de acesso aos cargos de representação política. Uma vez candidata/o, aí sim, por fim, o crivo do/a eleitor/a é definidor.

²⁶ Esta regra está prevista nos estatutos dos partidos. No do PAC por exemplo lê-se o seguinte: “*La persona designada candidata a la Presidencia de la República podrá proponer hasta un máximo de siete candidaturas a diputaciones en las provincias y lugares que considere conveniente*”. Estatuto do Partido da Acción Ciudadana. Disponível em: <https://pac.cr/wp-content/uploads/2017/01/accionciudadana.pdf>

Os partidos políticos e movimentos sociais canalizam estas atividades políticas. Mas a autora afirma que grupos de interesse, comentaristas políticos, apoios financeiros e personagens notáveis também podem ser relevantes nesta escalada ao poder. As regras do jogo, notadamente as que estão estabelecidas no sistema legal, eleitoral e de partidos estruturam todo este processo.

O presente trabalho não pode ser categorizado como um estudo de recrutamento político propriamente dito, uma vez que não analisa todas estas etapas que a/o agente passa até ser eleito. Apesar disso, acreditamos que o exercício empreendido aqui ainda assim é válido. Principalmente por que variáveis sobre o perfil social e carreira política das elites dizem algo sobre a sociedade em que estas elites são recrutadas, sendo os estudos de longo prazo capazes de medir também possíveis mudanças na estrutura social (PUTNAM, 1976; SEKULIC e SPORER, 2002 apud PERISSINOTO et al, 2009). Além disso, analisando o caso da Costa Rica, que tem literatura limitada sobre o tema, em perspectiva comparada com o Brasil, podemos identificar se existem padrões gerais entre as mulheres, apesar das enormes diferenças culturais e político-institucionais. Em outra vertente aos trabalhos mais institucionalistas, como o de Norris, está a perspectiva do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989), que complexifica a experiência prévia em cargos que podem levar ao parlamento, através do conceito de “capital político”. Este conceito tem sido amplamente utilizado na literatura na análise das construções das carreiras parlamentares. Segundo Miguel et al (2015), é um conceito que consegue transcender as análises centradas apenas nos cargos públicos progressos à entrada no parlamento, tendo uma flexibilidade que permite identificar as diversas possibilidades de recursos que a política aceita.

O capital político é um capital simbólico – “um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 1989, p. 188) que reveste o agente de legitimidade para atuar na política. Para entendê-lo melhor é preciso associá-lo ainda a outros dois conceitos da produção bourdieusiana: o de *campo social* e o de *habitus*. Segundo o autor, há determinadas estruturas sociais com hierarquia e lógica próprias, o que ele denomina como um *campo*. Nessa perspectiva, podemos entender *campo* enquanto um espaço no qual há uma série de regras aos quais os agentes que o integram, ou querem integrar, se submetem. Para compreender a gênese de um campo é preciso “compreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 1989, p. 69).

A lógica que rege cada *campo* da vida social gera uma forma específica de se conceber e agir no mundo, o que o autor chama de *habitus*, uma “espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional em um espaço” (BOURDIEU, 1989, p.62). Conhecer e dominar o *habitus* de um *campo* é fundamental, não só para tornar-se parte dele, mas para se estabelecer dentro do *campo*. Ao nos debruçarmos sob o *campo* da política, não é preciso pensar muito para nos darmos conta que ele pede alguns tipos de recursos específicos.

Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: [...] o *habitus* do político supõe uma preparação especial [...] E, em primeiro lugar, toda, a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido. (BOURDIEU, 1989, p.169-170).

Compreender o *habitus*, que no caso do *campo político* envolve conhecimentos específicos que são mobilizados através de determinada retórica, é pertinente não só para entrar e se manter no *campo*, mas é também importante para os eleitores que estão fora do *campo*. O processo de “inculcamento” do *habitus* nos processos de socialização na política faz com que a/o agente aprenda a se sujeitar a ela e a reproduza.

A relação que se estabelece entre o capital político e a carreira política é direta, logo não ter capital limita as possibilidades do agente em ascender. O capital político, ao revestir o agente de legitimidade, transforma alguns indivíduos em mais aceitáveis ou adequados como atores políticos do que outros (PINHEIRO, 2006). Em um primeiro momento, a ascensão na carreira depende do candidato conseguir cativar sua base eleitoral, mas sua manutenção depende também do reconhecimento de seus pares, que é fundamental para obter apoio não só à candidatura, mas também à postos de importância efetiva dentro do parlamento.

Bourdieu (1989) define que há três tipos ideais de *capital político*: o capital delegado, o capital convertido e o capital heroico. Em linhas gerais o primeiro é entendido como uma transferência pontual de um capital pertencente a uma instituição, como os partidos políticos ou a família. Neste sentido é um capital que é passado através de uma transmissão, ou nos

termos do autor “investidura”, da instituição a um agente que dedicou tempo e trabalho a instituição em questão (BOURDIEU, 1989)

O capital *convertido*, por sua vez, é uma notoriedade em outra área que é traduzida como um capital para o campo político. O autor defende que mesmo quando as pessoas são reconhecidas por sua “boa reputação”, é, na verdade, resultado “da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios” (BOURDIEU, 1989, p. 191). Um bom exemplo seria as profissões liberais as quais a/o agente geralmente possui capital cultural e permitem maior flexibilidade de horários garantindo algum tempo livre. Por último o autor menciona o capital *heroico* – um desdobramento do capital convertido, que é definido por uma iniciativa mais individual, uma acumulação de uma vida.

Tendo em vista que estas categorias foram criadas por um sociólogo francês, Miguel (2003a) defende que, para o contexto nacional brasileiro, é preciso adaptar sua abordagem. O autor retira o capital *heroico* da análise e defende que o capital *delegado* seja utilizado de forma a levar em consideração que, no Brasil, dificilmente as frágeis instituições partidárias serão a fonte do capital político. Já o capital *delegado* no Brasil, seria fruto do campo político/estatal. Já no que tange ao capital *delegado* a partir da instituição familiar, o autor não tem ressalvas. Quanto ao capital *convertido*, o autor define que, no contexto nacional, ele vem, além da notoriedade de outros campos, da transferência de capital econômico para o sucesso eleitoral (MIGUEL, 2003a, p.121).

No trabalho mais recente de Miguel et al (2015), a partir da tipologia bourdieusiana de capital *delegado* e capital *convertido*, os autores identificaram nos dados alguns tipos de capital político nas trajetórias de deputadas/os federais eleitos de 2002 a 2010: a) econômico – quando a/o parlamentar tem propriedades ou vínculo direto com grupos econômicos; b) midiático – parlamentares que são proprietárias/os de veículo de imprensa e/ou celebridades conhecidas pelo grande público através dos meios de comunicação; c) direção de sindicatos e federações de trabalhadores; d) direção de sindicatos e associações patronais; e) vínculo com religião organizada – como sacerdote, pastor/a ou líder; f) capital político do próprio campo – ter ocupado previamente cargos públicos/ partidários; e g) capital familiar – quando a/o parlamentar se beneficiou do prestígio ou contatos de algum parente (MIGUEL et al, 2015, p.727).

Dentre estes capitais citados, geralmente o que é automaticamente associado no senso comum às trajetórias femininas é o capital familiar. Segundo Pinheiro (2006), diversos estudos mostram que a entrada de mulheres na carreira política se dá majoritariamente através

de movimentos sociais ou de parentesco, especialmente como filhas ou esposas de políticos (BARREIRA, 1998; GROSSI e MIGUEL, 2001; COSTA, 2001; AVELAR, 2001; RODRIGUES, 2002; ARAÚJO, 2001 apud PINHEIRO, 2006).

No entanto, Miguel et al (2015) salientam que muitas vezes essas pesquisas que abordam como o capital familiar pode jogar um papel especial nas trajetórias femininas no parlamento, focam somente nas deputadas, não podendo afirmar com certeza que este capital é central somente para elas. Já a pesquisa de Miguel et al (2015) e de Marques (2012) são mais abrangentes e fazem a comparação entres todos. No capítulo quatro desse trabalho, identificaremos os tipos de cargos e experiências que as/os parlamentares tiveram previamente em perspectiva comparada entre parlamentares homens e mulheres, e assim testaremos se esse padrão se reproduz nas elites em questão.

No que tange especificamente a literatura costa-riquenha, há, por um lado, uma abundância de produção quando o tema é cotas femininas no parlamento, e, por outro, poucas produções no tema específico de perfil de elites e carreiras políticas parlamentares. Nos principais periódicos do país apareceram cinco trabalhos. Entre eles dois – Morales e Zeledón (2010) e Campos e Rodríguez (2015) - eram provenientes do mesmo projeto de pesquisa: “*Élites y Perfil de la Representación Política en Costa Rica (1949- 2014)*”, realizado no *Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP)*. A principal diferença entre os dois é o número de legislaturas incluídas, sendo o último o mais completo. Os outros três trabalhos - Saint-Germain (1993), Furlong e Riggs (1996) e o de Herrera (1999) - são específicos sobre mulheres no poder.

A contribuição de Saint-Germain (1993) e Furlong e Riggs (1996) são similares. A primeira, em perspectiva comparada com a Nicarágua, faz um levantamento do crescimento feminino no legislativo considerando as diferenças culturais, do sistema eleitoral, dos partidos políticos, dos movimentos de mulheres, das condições socioeconômicas e do papel do estado em cada nação. Nos dois pleitos anteriores a pesquisa havia apenas 14 mulheres eleitas na Costa Rica. Saint-Germain (1993) faz um levantamento do perfil e da carreira política destas. Apesar de não ser preciso os percentuais, ao usar termos como “a maioria” e “várias”, a autora consegue dar um panorama geral do perfil das eleitas: a média de idade de 50 anos, casadas e com filhas/os (2-4), nível superior, formação na área de educação (e várias foram professoras por muitos anos). A maioria foi para a política depois de criar filhos e de se destacar em suas carreiras profissionais. Também foi encontrado pela autora que a maioria teve exposição à política muito cedo e tinha capital familiar.

No que tange à carreira, todas foram eleitas pelos partidos tradicionais (PUSC e PLN) e contavam com uma história de ativismo e ocupação de cargos dentro da máquina partidária. Ela identificou ainda que apenas uma havia sido deputada antes, mas uma havia sido embaixadora e algumas outras foram vice-ministras. Em síntese, o quadro era de “mulheres que ascenderam na estrutura hierárquica dos seus partidos através de dedicação, reputação sólida, trabalho duro e habilidade demonstrada de conseguir votos na época das eleições²⁷” (SAINT GERMAN, 1993, p. 128).

Já a contribuição de Furlong e Riggs (1996) abrange a participação de mulheres na esfera nacional em cargos de eleição e de indicação, notadamente as deputadas, embaixadoras e ministras. Apesar de abordarem rapidamente o perfil e a carreira das 23 entrevistadas – e encontrarem resultados semelhantes aos de Saint-German (1993) -, a questão central das autoras é inspirada em um estudo de Chaney (1979 apud FURLONG e RIGGS, 1996) que ao analisar a atuação de líderes políticas no Peru e no Chile nos anos 1960 apontou que elas se enquadravam em papéis “esperados” de gênero sendo definidas e se definindo pelo modelo “supermães”, no qual a esfera pública é a extensão de seu papel na esfera privada. No que se refere às respondentes costa-ricenses do começo da década de 1990, as autoras definem que elas têm posições esperadas dentro destes estereótipos, tais como achar que devem ser as responsáveis pelos cuidados, mas não viam o seu papel na esfera pública como uma extensão disso.

A pesquisa de Herrera (1999), já citada na sessão anterior, discorre sobre como foi a construção que levou a conquista do voto feminino e a dificuldade que existia no país em eleger mulheres. No entanto, segundo a autora, apesar de muito se falar nas dificuldades de participação da mulher, pouco se fala no exercício da cidadania a partir da ocupação de postos de poder. Por isso, o cerne da reflexão dela está em apresentar as características pessoais, a condição socioeconômica, a trajetória política e a consciência de gênero de nove mulheres que ocuparam cargos eletivos entre 1986 e 2000.

A contribuição da autora não nos é útil para dar um panorama do perfil das deputadas do período sob escrutínio na Costa Rica, pois ela utiliza estudos de caso de apenas nove entrevistadas. Ainda assim, seu trabalho demonstra alguns indicadores que fomentaram questionamentos interessantes para o nosso trabalho.

²⁷Tradução livre de “*The picture that emerged was one of women who had ascended in the hierarchical structure of their political party through dedication, solid reputation, hard work, and demonstrated ability to deliver votes at election time*” (SAINT GERMAN, 1993 p. 128).

Apesar de não ser estritamente sobre a carreira política, um dado de perfil nos chamou atenção: o fato de, dentre as nove entrevistadas, apenas três serem casadas (entre as demais quatro são divorciadas, uma solteira e uma viúva) quando entraram para a política, dado que, segundo a autora, pode reforçar a máxima de que o casamento, com destaque para a jornada dupla e tripla, pode obstaculizar a entrada e permanência das mulheres na política.

Uma variável importante para quem deseja se dedicar a política é o tempo. Das nove entrevistadas, quatro decidiram entrar para a vida política depois de terem se aposentado. Além disso, seis entraram depois dos filhos já terem crescido (oito delas tem filhas/os) e três destacaram contar com a ajuda de uma empregada doméstica. Essas informações reforçam o peso de que a esfera doméstica estar atrelada às mulheres tem um peso decisivo no ingresso e na manutenção das entrevistadas na vida pública.

Esta fala das entrevistadas da Costa Rica de terceirização da responsabilidade da esfera privada para uma trabalhadora doméstica indica que, para além da exclusão de gênero na política institucional, se articulam também as categorias de classe e raça. No que se refere a esta última, é sabido que no Brasil, por exemplo, o trabalho doméstico é fortemente associado às minorias raciais, o que pode traduzir-se em uma falta de capital político definidora para galgar cargos eletivos entre este segmento da população. Segundo Carvalho (2014), no período compreendido entre 1959 até 2015²⁸, apenas 30% das deputadas eleitas no país eram negras (CARVALHO, 2014, p.48). Apesar do enfoque deste trabalho não ter a variável raça como central, salientamos a relevância do desenvolvimento de uma agenda de pesquisa que aborde as especificidades desta questão.

Voltando para os dados da Costa Rica, Herrera afirma que no que tange a presença de familiares em cargos públicos, seis das nove entrevistadas disseram que já tiveram parentes próximos (avós, pais, primos ou filhos) que ocuparam cargos públicos em períodos anteriores ou posteriores ao que elas ocuparam. Para a autora, estes dados demonstram que o capital familiar pode ser um impulso interessante para o ingresso na política. No entanto, a autora ressalta que esse incentivo não é necessariamente exclusivo das parlamentares: pode ser que homens de famílias parlamentares tenham a mesma possibilidade de fazer o mesmo (HERRERA, 1999). Um aprendizado metodológico que obtivemos nessa questão é pensar que, como a autora formulou a pergunta “se haviam parentes em cargos em período anterior ou posterior” ao que as entrevistadas foram parlamentares, esse dado não permite que afirmemos que elas utilizaram um “capital familiar” para ingressar na política, por que há a

²⁸A autora ressalta que este recorte temporal foi definido por que a Câmara só possui arquivos com fotos dos deputados federais a partir da 41ª Legislatura (1959) (CARVALHO, 2014, p.48).

possibilidade desses parentes terem ingressado a partir da experiência delas. Uma solução possível para análises mais robustas é complementar o dado de capital familiar com pesquisas prosopográficas²⁹.

Na carreira política das entrevistadas destacou-se o fato de oito delas terem militado em seus partidos por toda a vida. Dentre as nove entrevistadas, seis já haviam ocupado cargos políticos antes de ingressar na *Asamblea Legislativa*. Destas, três foram *regidoras*, duas foram embaixadoras e consulesas³⁰ e duas foram vice-ministras. Nenhuma das entrevistadas foi deputada antes, o que pode indicar que as trajetórias políticas dos parlamentares têm carreiras políticas que não necessariamente passam pelo poder legislativo nacional.

Os trabalhos de Morales e Zeledón (2010) e Campos e Rodríguez (2015), por sua vez, já brindam o leitor com uma perspectiva mais panorâmica do perfil e da representação política na Costa Rica. Ambas as produções são fruto de um projeto de pesquisa coletiva, já mencionado anteriormente, que analisa o perfil da representação política na Costa Rica entre 1949 e 2014.

Os autores supracitados apontam que os estudos sobre elites políticas na Costa Rica têm algumas produções específicas, mas em geral é uma área de pesquisa pouco desenvolvida no contexto nacional. O primeiro trabalho sobre o tema é o de Samuel Stone, publicado em 1975, cujo objetivo era mapear a genealogia do poder nacional. O autor encontrou que desde o período colonial até o período de seu estudo havia três famílias específicas que obtiveram destaque no desenvolvimento político nacional, com 44 chefes de Estado e Presidentes relacionados a estes clãs. Há também o trabalho de Oscar Arias, publicado no ano seguinte, que mapeou as características socioeconômicas das/os ministras/os, legisladoras/es e magistrados da Corte Suprema no período entre 1948 e 1974 (CAMPOS E RODRÍGUEZ, 2015)³¹.

²⁹ O método prosopográfico, também conhecido como biografia coletiva, é resultado de um debate entre historiadores e cientistas sociais e articula a análise de documentos históricos biográficos com métodos quantitativos, utilizando um enfoque mais sociológico na pesquisa histórica. Na prática ele é uma consulta a fontes biográficas a partir das quais se formula questões padronizadas. Esta metodologia é interessante, mas como qualquer outra tem limitações, a primeira é contar apenas com as informações que foram selecionadas por quem produziu a fonte e a segunda é por este tipo de fonte ser produzida geralmente para grupos dirigentes, o que torna a aplicabilidade desta metodologia para a população em geral um desafio (MORAES, 2016).

³⁰ Na Costa Rica o cargo de embaixadora e consulesa é indicado pelo Poder Executivo.

³¹ Os autores ressaltam que no contexto costa-riquenho o campo de pesquisa que analisa a conexão entre elites econômicas e poder político é fecundo com trabalhos sobre: a) mapeamento da influência da elite empresarial e bancária em reformas políticas dos anos noventa (SOJO, 1991;1992;1995 apud CAMPOS e RODRÍGUEZ, 2015); b) mapeamento das empresas e famílias que compõe elites econômicas no contexto do ajuste estrutural até a consolidação do modelo liberal no começo dos anos 2000 (LEÓN,2012; ROBLES, 2012 apud CAMPOS e RODRÍGUEZ) e c) Relações entre elites econômicas e poder executivo (BLANCO,2010 apud CAMPOS e RODRÍGUEZ,2015)

Mais recentemente, semelhantemente ao trabalho de Stone, surgiu um estudo genealógico com enfoque nos laços familiares das/os candidatas/os a presidência de 1949 a 2010 (MATA, 2012 apud CAMPOS e RODRÍGUEZ, 2015) e há ainda o trabalho de Coto (2013 apud CAMPOS e RODRÍGUEZ, 2015) que apresenta alguns dados demográficos das/os deputadas/os nacionais em comparação com os da população entre 1953 e 2013.

O fato de encontrarmos poucos trabalhos sobre perfil das/os parlamentares e da questão de gênero na construção das carreiras políticas parlamentares, por um lado, contribui para a relevância e certo ineditismo do presente trabalho, mas, por outro lado, deixa alguns questionamentos sobre a produção sobre carreiras políticas na Costa Rica. A suposição é que a academia nacional não dê muito destaque a este tema tendo em perspectiva a regra eleitoral que impossibilita a reeleição consecutiva, o que pode dar uma ideia que existe uma dinâmica mais aleatória para a construção destas carreiras políticas. É uma diferença muito grande em relação ao Brasil, que tem uma média de apenas 37,4% de representantes novos (MIGUEL et al, 2015, p.723).

2.3 A ambição política na perspectiva de gênero

Um tema recorrente gerado no debate sobre carreira política é a *ambição política*. Em um texto clássico de 1979, David W. Rohde, nele o autor afirma que “A ambição está no centro da política. A política prospera com base na ambição de progredir e no ímpeto por cargos” (SCHLESINGER, 1966 apud ROHDE, 2012).

Partindo desta premissa, o autor analisa os casos das/os deputadas/os federais nos Estados Unidos que optaram – ou não - por ascender na carreira política disputando para os postos de senador/a ou governador/a. Ele parte da premissa que todas/os as/os deputadas/os possuem *ambição progressiva*, ou seja, desejam ocupar postos mais altos na carreira, sendo a *ambição estática* – o desejo de permanecer no mesmo cargo- uma resposta aos riscos que a ascensão apresenta e sua propensão a assumi-los. O autor embasa essa premissa em relatos de ex-parlamentares que indicaram que uma cadeira no senado é mais atrativa por contar com um mandato maior (6 anos) e, principalmente, por possibilitar que as ações do indivíduo fossem imediatas e, portanto, com maior impacto e visibilidade do que as que um/a

deputado/a poderia ter na Câmara. Já o cargo de governador/a, por sua vez, tem o maior atrativo, uma vez que é o poder da execução e da capacidade de controlar os resultados³².

Algumas das variáveis que o autor elenca como motores da ambição são: a) se a/o atual ocupante do cargo vai disputar ou não a eleição, tendo em vista que o risco de competir com um/a candidato/a que está buscando a reeleição é maior; b) se a aceitação do seu partido no seu estado, no contexto do bipartidarismo estadunidense, é maior do que a da/o concorrente; c) no caso específico da disputa ao senado: a proporção de sua base eleitoral em relação ao estado e d) a antiguidade na casa, tendo em vista que o poder na Câmara é definido pelo tempo do parlamentar na casa.

Ao elencar a multiplicidade das variáveis que podem impactar na decisão da/o deputada/o estadunidense de ascender na carreira política, o autor complexifica a vontade de concorrer a um cargo, demonstrando que ela é resultado de uma série de variáveis e cálculos que podem estimular, ou não, as/os postulantes a concorrer a um cargo. Evidentemente as hipóteses não são simplesmente transponíveis do caso estadunidense da década de 70 para o caso brasileiro e costa-ricense. Mas o debate nos inspira a inquirir ao longo da análise dos dados quais seriam as hipóteses plausíveis para os contextos dos países em questão.

É possível começar a aterrizar este debate sobre ambição política, no que tange ao nosso objeto, quando a produção estadunidense – onde o debate se desenvolveu mais³³ - inclui a variável gênero. De saída, a possibilidade de partir da premissa da *ambição progressiva* de Rohde é complexificada, uma vez que para as mulheres há escolhas vinculadas às expectativas relacionadas ao mundo doméstico que podem obstaculizar a vontade de ascender na carreira política. Um bom exemplo é pensar que cargos da esfera nacional usualmente envolvem um deslocamento para a capital, o que pode ser especialmente difícil se a/o agente em questão é responsável pelo cuidado de filhas/os. Sendo assim, este progresso na carreira pode se tornar mais custoso (BURT- WAY e KELLY, 1992 apud MIGUEL e BIROLI, 2011).

Abordar o tema da ambição, ou das carreiras políticas de forma geral, a partir da perspectiva de gênero é incorporar a máxima de Simone de Beauvoir do “ninguém nasce

³² Vale mencionar que ainda assim Rohde (2012) defende que o mais atrativo para um deputado federal entre os dois postos em geral é o Senado pelas seguintes razões: 1) o longo mandato em contraposição ao de governador que pode durar entre 2 e 4 anos; 2) por que de acordo com as estatísticas da época a reeleição de um governador era mais passível de derrota do que a de um senador; 3) a possibilidade de fazer carreira em um mesmo cargo e 4) a semelhança de funções.

³³ A despeito de o debate ter se desenvolvido mais nos Estados Unidos, Fox e Lawless apontam que quando produziram uma obra sobre ambição política, nenhum dos 16 livros sobre o tema disponíveis no país abordavam a intersecção da questão com gênero. Havia um único estudo sobre o tema de 1982, quando Virginia Sapiro relatou que as mulheres delegadas em convenções nacionais em 1972 eram menos ambiciosas politicamente que os homens (Fox e Lawless, 2012, p. 58).

mulher, torna-se” à análise. As discussões que envolvem gênero não consideram as diferenças na inserção masculina e feminina na sociedade como biológicas: parte-se do pressuposto que elas são produtos sociais e, portanto, o foco está em entender como elas se constroem e se reproduzem socialmente. Além disso, o conceito de gênero se constrói também partindo do pressuposto que o poder não é distribuído igualmente entre homens e mulheres (Pinheiro, 2006).

Pinheiro (2006) aponta que o termo gênero surge e se consolida, trazendo uma noção relacional, demonstrando que os papéis sociais esperados de homens e mulheres são definidos reciprocamente. Então falar de um dos sexos necessariamente nos leva a considerar o outro. Neste sentido, vale ressaltar algumas das expectativas que historicamente se construíram nas relações de gênero da região. Saint-German (1993) e Furlong e Riggs (1996) discutem em seus respectivos trabalhos sobre a Costa Rica, e acabam generalizando para a região, que a cultura machista é um dos obstáculos contundentes para as mulheres no poder. Saint-German (1993) define o fenômeno do machismo como um conjunto de comportamentos exagerados que dita condutas agressivas, intransigentes, arrogantes e de demonstrações de grande apetite sexual para os homens, enquanto para as mulheres cria expectativas que sejam humildes, abnegadas passivas e submissas, o que a autora chama de *marianismo*.

Furlong e Riggs (1996) adicionam que uma das facetas deste *marianismo* é que “diviniza-se” as mulheres, “tratando as como moralmente superior e espiritualmente mais fortes que os homens” (FURLONG e RIGGS, 1996 p.634). E em decorrência disso espera-se que incorporem estas características, desempenhando os papéis de mães e esposas submissas aos homens de seus núcleos familiares³⁴. Tendo em vista estas expectativas, a régua que mede o sucesso feminino é o quanto as mulheres conseguem se enquadrar neste estereótipo, em detrimento de suas capacidades, suas conquistas e suas contribuições para a sociedade de forma geral (CHANEY, 1979, p. 42 apud FURLONG e RIGGS, 1996, p.634).

Este conjunto de elementos são fundamentais para as mulheres quando chegam a esfera pública, porque de saída há um viés dado pela cultura, que constrói o papel feminino como o de não apta à liderança em comparação aos seus colegas homens, criando, assim, a

³⁴ Neste ponto é preciso apontar que apesar de útil para o que queremos abordar nesta seção, a perspectiva das autoras está em consonância com uma perspectiva hegemônica sobre as relações de gênero que acaba generalizando a experiência das mulheres como se fosse uma só. Em contraposição a isso, no final dos anos 1980-1990, autoras como Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins e Bell Hooks expoentes do que mais tarde seria chamado feminismo negro, começaram a teorizar demonstrando que algumas expectativas e padrões “sobre as mulheres” não se aplicam às afrodescendentes, por exemplo.

expectativa que elas ocupem posições subalternas a eles não só na esfera privada mas também na pública³⁵.

Em continuidade a estes estereótipos, uma discussão importante de ser tangenciada aqui é a do patriarcado. Em uma tradição liberal clássica, este conceito é formulado a partir da contribuição weberiana que entende o fenômeno como característico de um momento histórico pré-desenvolvimento capitalista no qual a autoridade emana da tradição e da propriedade (que compreende escravos/as, esposa e filhas/os) e repousa no chefe de família. Defende-se que a racionalidade-legal, com o desenvolvimento capitalista e da democracia liberal, seria a nova forma de dominação em detrimento desta dominação tradicional patriarcal.

Entretanto, teóricas feministas apontam que essa superação sugerida na produção weberiana não ocorreu, ao invés disso ocorreu uma reacomodação das relações, gerando novas modalidades de subordinação feminina que ficam ocultas sob a égide da igualdade formal. Uma das que teorizam sobre o tema é Sylvia Walby (1990). A autora define seis áreas nas quais o patriarcado se sustenta— como o modo de produção, o trabalho doméstico não-remunerado, as instituições culturais, a sexualidade, a violência masculina e no Estado - e conceitualiza o patriarcado privado e o público (Walby, 1990). No modelo privado, a mulher é restringida ao lar com um homem —geralmente o pai ou o marido- na posição de opressor e beneficiário da sua subordinação. No patriarcado público, por sua vez, as mulheres começam a se inserir em determinados espaços públicos —como a política- e quem passa a ser o opressor é a sociedade inteira.

Tendo estes elementos em vista, podemos partir para a discussão de ambição com o recorte de gênero. Os trabalhos que contém esta abordagem usualmente tentam captar o momento do *surgimento* da ambição, ou seja, quando a/o agente decide deixar de estar na condição de eleitora ou militante para se candidatar. Fox e Lawless (2012) fizeram um estudo sobre este momento de surgimento da ambição: através do método reputacional³⁶, selecionaram uma amostra de pessoas com destaque nos campos do direito, negócios, ativismo e educação, e, portanto, com potencial para ser candidatas. Os autores encontraram

³⁵ Outra discussão proposta por Saint-German (1993), foi relacionar a esfera pública com os valores dos colonizadores tais como a força, a virilidade e a força militar e a esfera privada com a dos povos conquistados como o cuidado, o sacrifício e o altruísmo (Diaz, 1966; Stevens, 1973; Goldwert, 1985; Elias, 1988; Kovel, 1988 apud SAINT-GERMAN, 1993).

³⁶ O método consiste em solicitar que informantes qualificados indicam potenciais candidatos/as. Apesar de usar este método os autores apontam algumas limitações dele, por exemplo, pode haver um viés das/os informantes que não apontem mulheres como possíveis candidatas, o que dificultaria a comparação estatística (Fox e Lawless, 2012, p. 134)

um maior percentual de homens que estavam considerando disputar algum cargo (59% entre eles e 43% entre elas). A conclusão foi que o que separa as mulheres nessa decisão política são os mecanismos de socialização tradicionais de gênero, que não as atraem para a disputa eleitoral.

Os autores avaliaram que uma das variáveis que incide fortemente na falta de ambição política das mulheres é uma baixa avaliação da sua própria qualificação. Na pesquisa eles encontraram mulheres e homens com qualificações semelhantes, mas com uma auto-avaliação feminina muito pior em relação a suas capacidades de ocupar cargos públicos. Eles também encontraram que homens que se consideram pouco ou nada qualificados tendem a considerar a possibilidade de se candidatar muito mais do que as mulheres que se avaliam da mesma forma³⁷.

Uma das explicações esboçada para este fenômeno por Miguel e Biroli (2011) é que o fato de os homens estarem mais presentes em rodas de poder, os faz ter uma visão mais realista do que é preciso para ser político, e, portanto, exigem menos quando vão se auto-avaliar. Neste sentido, a questão do capital familiar é central para muitas mulheres, que assim tem a chance de observar a política mais de perto e também de herdar redes de apoio de outros familiares – geralmente de pais e maridos. Outra variável adicionada pelos autores é que “grupos subalternos” quando ingressam em espaços privilegiados são exigidos uma super qualificação (MIGUEL E BIROLI, 2011, p. 94).

Além disso, vale reforçar o que foi apontado por Furlong e Riggs (1996). Há características pessoais que são socialmente reconhecidas como necessárias para fazer política que não são estimuladas entre as mulheres:

³⁷ Um dado que corrobora essa afirmação que a percepção feminina sobre si mesmas é muito mais exigente do que a masculina é uma recente pesquisa realizada por Andrei Cimpian, docente de Psicologia na New York University, e Sarah-Jane Leslie, docente de filosofia e diretora do programa de Ciência Cognitiva e linguística em Princeton, que demonstra que meninas de apenas 6 anos tendem a se ver como menos brilhantes que os meninos. Entre os vários experimentos feitos na pesquisa um nos chamou atenção: foram apresentados dois jogos de tabuleiro para um grupo de crianças de 6-7 anos, cuja metade era composta por meninos e a outra por menina. Um jogo foi apresentado como para crianças muito inteligentes e outro para crianças que se esforçavam muito. Na sequência foram feitas perguntas para medir o interesse nos jogos. Quando o jogo foi apresentado como “para crianças muito inteligentes” as meninas demonstraram menos interesse que os meninos, e isso não tinha nada a ver com o jogo em si por que quando eles o apresentaram como “para crianças que se esforçam” as meninas ficaram tão interessadas quanto os garotos. A conclusão dos autores é que estes estereótipos, uma vez internalizados, começam a enfraquecer os interesses femininos por atividades que são percebidas como “não adequadas pra elas”. Se crianças de 6-7 anos já tem estes estereótipos definindo o interesse delas, é possível que ele seja estruturador nos interesses das mulheres adultas que não percebem a política como uma atividade possível. Disponível em: <https://mobile.nytimes.com/2017/01/26/well/family/why-young-girls-dont-think-they-are-smart-enough.html?smid=fb-nytimes&smtyp=cur&r=0&referer=http://m.facebook.com/>. Acessado em 03 de fevereiro de 2017.

Além disso, enquanto os homens são ensinados a serem confiantes, assertivos e a se auto-promoverem, as atitudes culturais dirigidas às líderes políticas continuam a deixar a ideia –mesmo que sutilmente– que é inapropriado ou indesejável que mulheres possuam estas características (LAWLESS, 2012, p. 58)³⁸.

Essas características, que também já foram tangenciadas quando trouxemos a contribuição de Pierre Bourdieu sobre o *habitus*, são imprescindíveis no campo político, e como Lawless (2012) identifica geralmente são desencorajadas entre as mulheres de maneiras explícitas ou sutis diversas vezes ao longo da vida.

Miguel e Biroli (2011) apontam que há três recursos que são necessários para a participação política: dinheiro, tempo e rede de contatos. A presença ou ausência destes recursos influenciam a construção da ambição. O capital familiar, como vimos anteriormente, é uma chave central para criar referências e fazer as mulheres superarem a questão da rede de contatos. Mas ele também pode ser útil no que tange ao financiamento por que através de uma rede de contatos políticos sólida é mais provável que a agente consiga fundos de campanha.

No que se refere ao tempo, é possível dizer que ele é um dos recursos mais citados na literatura quando abordamos o ingresso de mulheres na política, por que em geral elas não o têm. Intui-se que a principal causa disto ainda é a famigerada divisão desigual do trabalho doméstico. Apesar de ser repetida à exaustão, essa desigualdade que concentra o cuidado das crianças e os afazeres domésticos na mulher dificulta o envolvimento destas em atividades políticas (MARQUES, 2012, p. 36). Marques (2012) ressalta que, mesmo nos arranjos familiares mais contemporâneos, a função masculina é a de “ajudar” e não de se responsabilizar igualmente por uma atividade que continua sendo vista como feminina.

Reforçando este dado, a questão do estado civil pode ser um indicador também do impacto do casamento na carreira das mulheres. Os dados relativos às eleições de 2006 no Brasil, por exemplo, demonstram que, quando desagregavam o número total das candidaturas por sexo, 65,8% dos homens eram casados, enquanto apenas 45,3% das mulheres eram. Quando o foco estava sobre as eleitas/os a diferença reduzia, mas ainda se mantinha: 79% dos homens, contra 64,3% das mulheres. Entre as/os eleitas/os, o dado que é ainda mais interessante é o que demonstra que a diferença aumenta conforme o cargo é mais alto na

³⁸Tradução livre da autora: “Further, whereas men are taught to be confident, assertive, and self-promoting, cultural attitudes toward women as political leaders continue to leave an imprint suggesting to women – even IF only subtly- that is often inappropriate or undesirable to possess these characteristics” (Lawless, 2012, p. 58).

carreira política: 19% de diferença entre as/os candidatas/os ao poder legislativo estadual e 23,9% para as/os candidatas/os à Câmara Federal³⁹ (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 100).

Miguel e Biroli (2011) mencionam ainda que a sobrecarga da dupla jornada ainda é acelerada por um escrutínio consistente à aparência física, o que possivelmente influa na forma com que as agentes conduzam suas carreiras profissionais e, assim, impacte na construção da ambição política feminina⁴⁰. A pressão social sobre todas as mulheres para se encaixar em um determinado padrão de beleza as fazem gastar tempo, dinheiro e energia nisso. Mas, além disso, este padrão também vira a régua que mede sua relevância nos espaços políticos, tornando possíveis assédios envolvendo sua aparência. A ocorrência destes assédios pode vir a desencorajar ainda mais as neófitas a querer ingressar nestes espaços.

Em um texto mais recente, Lawless (2012) tenta elencar quais são as dificuldades que mulheres, negras/os e latinas/os tem para se tornar candidatas/os. Para compor o cenário, a autora aponta que no seu contexto uma variável que impacta na sub-representação destes grupos é a vantagem do incumbente, e que isto inibe ainda mais as oportunidades eleitorais de quem é historicamente excluído. A autora aponta que nos Estados Unidos os incumbentes buscam reeleição em 75% dos casos (tanto no Senado quanto na Câmara) e vencem em 90% dos casos. Em 2010, uma eleição que ficou conhecida como “anti-incumbente”, demonstrou que dos 435 deputados somente 37 não buscaram reeleição, e dos que tentaram somente 58 não foram eleitos. Em resumo, 340 deputados eram os mesmos da legislatura passada, ou seja, não é a derrota dos incumbentes a forma que novas forças entram no Congresso.

Como pudemos ver nesta sessão a ambição política na literatura pode ser abordada desde o momento que a/o candidata/o pensa em ingressar na carreira política até nos cálculos que são feitos para ascender uma vez que já esteja nela. No capítulo cinco trataremos esta última abordagem para analisar a carreira das entrevistadas de Brasil e Costa Rica.

³⁹ No que se refere aos cargos ainda mais altos da hierarquia política a diferença não se mostrou relevante mas vale mencionar que são pleitos com poucos candidatos, e exatamente por estar no topo geralmente há poucas mulheres.

⁴⁰ Sobre este tema é preciso mencionar o aporte do documentário *Miss Representation*⁴⁰ o qual propõe a discussão de como a imagem depreciativa das mulheres na mídia é parte estruturante da pressão social que recai sobre a aparência feminina. Isso obstaculiza o crescimento da ambição política uma vez que não nos sentimos poderosas o suficiente para ocupar cargos de liderança. O documentário conta com a participação de políticas, pesquisadoras renomadas- como Jennifer Lawless- ativistas sociais, jornalistas e atrizes e além de abordar como a ambição política entre as meninas e adolescentes é desencorajada traz temas específicos do universo da representação política feminina tais como: a exigência de super qualificação de mulheres, o escrutínio da sua aparência quando são candidatas e até mesmo quando ocupam cargos de destaque, o enquadramento negativo da mídia quando vai narrar a atuação feminina entre outros. O documentário pode ser visualizado em <https://vimeo.com/72015293>.

3 APÊNDICE METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Com o tema da inserção feminina nas câmaras baixas no Brasil e Costa Rica, a presente pesquisa tem como objetivo geral o mapeamento do perfil e das carreiras políticas das parlamentares dos países supracitados, com enfoque em comparar como a desigualdade de gênero opera em diferentes sistemas políticos.

É válido lembrar que nenhuma pesquisa compara países inteiros, o que nós comparamos são questões específicas – no caso carreiras políticas- em diferentes contextos nacionais. Como mencionamos na introdução, apesar de serem países radicalmente diferentes acreditamos que a comparação entre Brasil e Costa Rica é interessante para possivelmente indicar caminhos para aprimorar a participação feminina legislativa brasileira, levando em conta os melhores resultados obtidos pela Costa Rica. Além disso, o exercício de comparação entre essas duas nações é fecundo para o campo de estudos latino-americanos, primeiro ao se propor analisar experiências de dois países da região e principalmente por ser uma comparação com um país centro-americano, os quais geralmente não são muito estudados no contexto brasileiro. Apesar das grandes diferenças, os dois países apresentam algumas semelhanças que facilitam nossa comparação: ambos possuem democracias presidencialistas; têm eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados/*Asamblea Legislativa*; são multipartidários e possuem fragmentação partidária.

A pesquisa conta com três objetivos específicos. Com o primeiro, em uma perspectiva mais panorâmica, identificaremos se existem padrões nas carreiras políticas que deputadas (2002-2010) de ambos os contextos tiveram antes de ingressarem na Câmara dos Deputados e *Asamblea Legislativa*. O segundo objetivo é comparar estes resultados entre parlamentares homens e mulheres para identificar se existem diferenças. Nesta etapa da pesquisa, temos três hipóteses: 1) Existem padrões de carreira política nos dois contextos; 2) Os padrões de carreira política nos dois países não são extremamente diferentes entre homens e mulheres e 3) Estes padrões são moldados pelas estruturas institucionais.

Os dados quantitativos necessários para realizar estes objetivos são do Observatório de Elites Parlamentares da América Latina (Elites)⁴¹, que está vinculado ao Observatório de Instituições Representativas (OIR) do *Instituto de Iberoamerica* da Universidade de

⁴¹Um centro de informação e difusão cujo objetivo é aprofundar o conhecimento sobre as elites parlamentares latino-americanas a fim de avaliar a qualidade dos regimes democráticos na região.

Salamanca. Para tanto, desde 1994 têm sido realizadas pesquisas em 18 países⁴². Apesar de as coletas terem começado nos anos noventa, no Brasil os trabalhos se iniciaram nos anos 2000. Por essa razão, o período de nossa análise é o compreendido entre 2002 e 2010, representando duas legislaturas do Brasil (Banco de Dados 55: 2003-2006 e Banco de Dados 75: 2007-2010) e duas legislaturas da Costa Rica (Banco de Dados 43: 2002-2006 e Banco de Dados 56: 2006-2010).

Nesse projeto, as/os entrevistadas/os foram escolhidas/os de forma aleatória a partir de uma amostra feita com base na representação dos partidos na Câmara em cada uma das legislaturas. No Brasil, na legislatura de 2002-2006 foram entrevistadas/os 134 parlamentares (26,1% da Câmara dos Deputados), na legislatura de 2007-2010, 129 casos (25,1%). Já na Costa Rica, provavelmente por serem menos deputadas/os, foi possível entrevistar 89,5% da *Asamblea Legislativa* na legislatura de 2002-2006 e o universo de 57 parlamentares nas legislaturas de 2006-2010⁴³.

Os dados supracitados foram coletados através de um *survey*, composto por questões relativas ao perfil social e a carreira política dos parlamentares. Para fins de comparação, foi criado um único banco de dados com variáveis como idade, estado civil, escolaridade, profissão, a primeira organização que militou, mandatos anteriores como deputada/o na esfera nacional, ocupação de outros cargos eletivos e presença de capital familiar. Essas variáveis eram comuns às quatro legislaturas e posteriormente foram analisadas através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), um pacote estatístico específico para as Ciências Sociais.

Já o terceiro objetivo específico é analisar, em uma perspectiva mais qualitativa, os capitais políticos de um grupo de 17 deputadas (11 no Brasil e 6 na Costa Rica), com suas percepções mais subjetivas sobre a construção de suas carreiras e de sua ambição política.

A pesquisa tinha por objetivo entrevistar mulheres diversas. Neste sentido, quando foi planejada, utilizamos como critério para definir quem seriam as entrevistadas a diversidade dos partidos representados na Câmara/*Asamblea*, a diversidade provincial/estadual, a diversidade etária e também a racial. No entanto, na prática, o processo de conseguir entrevistas nunca é fácil. A *Asamblea Legislativa* da Costa Rica, ainda que não tão suntuosa

⁴²Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

⁴³Cabe a ressalva de que a amostra brasileira, ainda que proporcional à representação dos partidos e de sexo na Câmara é limitada. Por essa razão, ela representa a si mesma e não pode ser generalizada como padrão de toda a Elite Parlamentar do período em análise.

quanto o Congresso Nacional Brasileiro, é repleta de seguranças, guaritas de identificação, assessores e impedimentos que blindam as/os deputadas/os. Com alguma dificuldade, somente o critério de diversidade partidária⁴⁴ e o de diversidade racial foram mantidos.

Na Costa Rica foi possível entrevistar uma representante dos principais partidos: uma deputada do PLN, duas do PAC (o partido da situação e que historicamente mais elegeu mulheres) e uma do PFA. No entanto, foi necessário flexibilizar o critério para conseguir abarcar o PUSC e PML em nossa análise. A agente que é identificada como representante do PUSC é, atualmente, vice-presidenta e a que está identificada como representante do PML atualmente é uma deputada independente. Acreditamos que esta flexibilização se justifica por que em ambos os casos as respondentes tiveram longas carreiras nos respectivos partidos e foi neles que elas geraram o capital necessário para ser eleita para os seus respectivos mandatos.

O processo para definir quem seriam as entrevistadas no Brasil foi um pouco mais complexo tendo em vista o número maior de deputadas e a alta fragmentação partidária da Câmara dos Deputados. No fim, entrevistamos onze respondentes: uma do PCdoB, PDT, PMDB, PP, PR, PRB, PSB, PSD, PSDB e duas do PT. Tentamos entrevistar duas deputadas em cada um dos partidos que têm mais que 50 parlamentares (PSDB, o PT e o PMDB), no entanto, só foi possível fazê-lo no PT. Com exceção do DEM, todos os partidos com bancada maior que 20 parlamentares tiveram uma parlamentar entrevistada. Os que tinham menos que 20 parlamentares não foram incluídos, com exceção do PCdoB que é o único partido que metade dos parlamentares é mulher, o que se torna relevante para presente pesquisa⁴⁵. Com estes critérios, foi possível manter um número viável de entrevistas⁴⁶.

A categorização dos tipos de capital político foi feita inspirada na literatura (Pinheiro, 2006; Marques, 2012 e Miguel et al, 2015). Estamos considerando: 1) *Capital político do próprio campo*: cargos eletivos e não-eletivos no âmbito local, estadual e nacional; 2) *Capital familiar*: ter familiares como cônjuge, pai, mãe, filhas/os, irmãs/os, avós, sogras/os); 3) *Capital*

⁴⁴ No Brasil a ideia de identificar as deputadas pelo nome gerou desconforto, por tal razão ao longo do capítulo 5, as deputadas de ambos os países são identificadas pelo partido que participam.

⁴⁵ Apesar de selecionado, vale ressaltar que a paridade na representação deste partido não é vista de forma ingênua. Não está no escopo deste trabalho, mas uma pesquisa qualitativa que analise a preparação das candidaturas é necessária para entender melhor se de fato existem incentivos efetivos da organização nos processos de formação e investimento em candidaturas femininas ou se as deputadas eleitas são na verdade figuras históricas com capital político tão consolidados no interior da máquina partidária e com tanto reconhecimento pelo eleitorado que não poderiam ser ignoradas nem se a máquina quisesse. Para exemplificar é possível dizer de saída que três das cinco parlamentares da atual legislatura se encaixam neste padrão: Jandira Feghali, que está no 6º mandato, Alice Portugal no quarto mandato e Jô Moraes, no terceiro mandato, as três militantes históricas do partido.

⁴⁶ Os seguintes partidos não continham parlamentares mulheres: PEN, PHS, PMB, PROS, REDE e SOLIDARIEDADE.

partidário: cargos do primeiro escalão dentro da máquina partidária; 4) *Capital de movimentos sociais*: presidência ou cargos de direção em movimentos; 5) *Capital midiático*: propriedade de mídia ou atividade em TV, rádio, outras mídias; 6) *Capital religioso*: posição de liderança em instituição religiosa; 7) *Capital de ONG*: fundadora, presidência ou cargos de direção em ONG e 8) *Capital de sindicatos*: presidência ou cargos de direção sindicais.

Sobre o processo das entrevistas, cabe mencionar que em ambos os contextos a maioria das entrevistas efetivamente executadas foram marcadas por funcionários ou contatos pessoais, que muitas vezes queriam que fossem entrevistadas as deputadas de quem eram mais próximos, as mais ativas na pauta de gênero ou as com renome no contexto nacional. Tivemos isto em mente enquanto as entrevistas eram executadas. Neste sentido, vale reiterar que cada trajetória representa a si mesma, não podendo ser generalizada nem para o grupo de parlamentares da legislatura, nem mesmo para o partido que a respondente pertence.

O roteiro da entrevista semi-estruturada foi inspirado no trabalho de Pinheiro (2006) e no de Marques (2012). Como é possível ver no anexo 2, ele abrangia também algumas perguntas sobre percepção da atuação política feminina, que não foram incluídas no recorte deste trabalho. Sobre o roteiro, um desafio de pesquisa, foi que algumas vezes a mesma pergunta era compreendida de formas muito diferentes nos diferentes contextos. Para exemplificar: perguntar na Costa Rica “o que uma pessoa precisa fazer para ser eleita” gerou respostas como: “ser bem conhecido” e “ter atividade partidária consistente”. Já no Brasil, essa mesma pergunta gerou respostas “politicamente corretas” como “cumprir promessas de campanha”. Tivemos isso em vista quando selecionamos os dados que vieram para essa dissertação.

4 UM OLHO NO TELESCÓPIO: O PERFIL E A CARREIRA POLÍTICA DE PARLAMENTARES DE BRASIL E COSTA RICA (2002-2010)

Com um intuito de dar um panorama dos dois contextos, neste capítulo apresentaremos os dados quantitativos referentes ao perfil e carreira política das/os parlamentares de Brasil e Costa Rica entre 2002-2010. Temos três hipóteses: 1) Existem padrões de carreira política nos dois contextos; 2) Os padrões de carreira política nos dois países não são extremamente diferentes entre homens e mulheres e 3) Estes padrões são moldados pelas estruturas institucionais de cada país.

Contamos com 371 casos, sendo no Brasil um total de 263 casos (238 homens e 25 mulheres) e na Costa Rica 108 (67 homens e 41 mulheres). Primeiramente, apresentaremos o perfil social com dados sobre idade, estado civil, escolaridade e profissão. Para, na sequência, entrar nos dados sobre carreira e capital político propriamente ditos, com variáveis como a primeira organização que militou, mandatos anteriores como deputada/o federal, ocupação de outros cargos eletivos com especial atenção a presença de familiares na política.

No que tange a idade das/os eleitas/os não há diferenças entre homens e mulheres que sejam estatisticamente significativas em nenhum dos países. No Brasil a maior concentração se dá na faixa dos 51 a 60 anos para ambos os sexos (37,9% das/os respondentes). No entanto a despeito de não ter significância estatística essa faixa etária é mais recorrente entre as mulheres, somando 56%, enquanto entre os homens 36% dos respondentes estavam nessa faixa etária, o que pode sugerir, como veremos em alguns casos no capítulo cinco que muitas mulheres tendem a adiar a carreira para se lançar em um momento em que seus companheiros e filhos não precisem mais delas.

Já no caso da Costa Rica a maior concentração é na faixa dos 41 a 50 anos com 39,8% das ocorrências, sendo 36,6% entre as mulheres e 41,8% entre os homens. Nos dois países a idade mínima para ser deputada/o é 21 anos de idade, sendo assim a concentração de agentes nas faixas etárias mais avançadas demonstra que uma trajetória de vida mais longa é necessária para ser eleita/o.

Quando a variável sob análise é o estado civil das/os respondentes a relação é significativa estatisticamente em ambos os países (sig 0,000). Na Costa Rica a relação foi mais forte, com Coeficiente de Contingência (CC) 0,396. Já no Brasil a relação foi um pouco mais fraca com Coeficiente de Contingência (CC) 0,283.

Tabela 1: Estado Civil por país (Brasil e Costa Rica -2002-2010)

		Brasil			Costa Rica		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Casada/o	N	183	10	193	55	18	73
	%	77,20%	40,00%	73,70%	82,10%	43,90%	67,60%
	R	0,6	-2		1,4	-1,8	
Divorciada/o ou separada/o	N	25	10	35	7	9	16
	%	10,50%	40,00%	13,40%	10,40%	22,00%	14,80%
	R	-1,2	3,6		-0,9	1,2	
Solteira/o	N	18	4	22	5	9	14
	%	7,60%	16,00%	8,40%	7,50%	22,00%	13,00%
	R	-0,4	1,3		-1,3	1,6	
União estável/ livre	N	8	0	8	0	1	1
	%	3,40%	0,00%	3,10%	0,00%	2,40%	0,90%
	R	0,3	-0,9		-0,8	1	
Viúva/o	N	3	1	4	0	4	4
	%	1,30%	4,00%	1,50%	0,00%	9,80%	3,70%
	R	-0,3	1		-1,6	2	
Total	N	238	25	262	67	41	108
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares

Como podemos observar na tabela acima as respondentes que não se declararam casadas ou em união estável são a maioria em ambos os países (respectivamente 60% e 53,8%), enquanto entre os homens estar casado é a realidade da esmagadora maioria dos respondentes (77,2% e 82,1%). No caso do Brasil o percentual de mulheres casadas é o mesmo de divorciadas e ambas as categorias apresentam resíduos padronizados (R) ⁴⁷. A primeira categoria (R: -2,0) tem sinal negativo, o que denota ausência de casos. Já a categoria divorciadas/separadas (R: 3,6) demonstra uma alta concentração de casos.

Na Costa Rica a concentração na categoria divorciada/o ou separada/o não é tão evidente quanto no Brasil (22%). As respondentes estão divididas também na categoria

^{47cc}A análise de resíduos padronizados só pode ser feita quando a relação é significativa (sig 0,05), ela se refere aos valores que sobram quando a distribuição não é aleatória na relação o observado e o esperado. Ao se estabelecer 95% de intervalo de confiança, essas chances de ocorrência são de $\pm 2,5\%$. Elas servem de pontos de corte para o nível de significância de falta ou excesso de ocorrência entre as variáveis. Assim, ela permite distinguir as relações de ocorrências casuais das não-casuais. Como o valor na tabela para o intervalo de confiança de 95% é de 1,96, pode-se considerar que valores de resíduos padronizados acima de + 1,96 ou abaixo de - 1,96 apresentam excessos de casos, sendo, portanto, causas das relações não-aleatórias apontadas pelo qui-quadrado” (CERVI, 2011).

solteira (22%) e viúva (9,8%), está última única categoria com resíduos relevantes no país em questão (R: 2,0).

Evidentemente, este dado não simboliza que as mulheres casadas não serão eleitas ou que todos os homens casados serão eleitos, mas, como veremos ao longo do capítulo, em várias outras categorias homens e mulheres entrevistados são bastante semelhantes. Sendo assim, em consonância com o que indica a literatura (HERRERA; 1999; ARAÚJO, 2010; MIGUEL; BIROLI, 2011), essa diferença tão marcada no estado civil das/os respondentes pode indicar que as responsabilidades atribuídas às mulheres na vida conjugal como o cuidado da casa e dos filhos, bem como a priorização da carreira do companheiro tendem a obstaculizar a participação das mulheres na política⁴⁸.

Fox e Lawless (2012), em seu estudo sobre a decisão de concorrer para um cargo político a partir de uma perspectiva de gênero nos Estados Unidos, aferiram que mulheres que vivem com companheiros possuem a probabilidade sete vezes maior de serem as principais responsáveis por tarefas domésticas e cuidado com filhas/os. Salientam ainda, que 84% da amostra masculina era casada enquanto para as mulheres o dado era 66%, o que sugere que mulheres com ambição profissional alta possivelmente evitem formar uma família tradicional.

Outro dado que já é sobre a carreira parlamentar, mas que vale mencionar aqui como um indicador de como as parlamentares enfrentam dificuldades na conciliação do tempo não só quando pensam em se candidatar, mas também quando eleitas, é a variável sobre a execução de atividades remuneradas paralelas à atividade parlamentar.

Tabela 2: Faz atividade remunerada paralela? (Brasil e Costa Rica -2002-2010)

		Brasil			Costa Rica		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	N	73	1	74	31	8	39
Compatibiliza com outras atividades	%	30,90%	4,00%	28,40%	46,30%	19,50%	36,10%
	R	0,7	-2,3	-	1,4	-1,8	-
Dedicação	N	163	24	187	36	33	69

⁴⁸ Um adendo interessante a este dado sobre a dinâmica das relações entre gênero é um estudo publicado na *Harvard Business Review* que afirma que as mulheres que não estavam satisfeitas com sua trajetória profissional no mundo corporativo acreditavam que a principal razão para isso era a carreira do seu cônjuge ter sido priorizada em detrimento da delas. Jornal El País. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/09/economia/1447062347_374448.html. Acesso em 28.11.2016.

Exclusiva	%	69,10%	96,00%	71,60%	53,70%	80,50%	63,90%
	R	-0,5	1,4	-	-1	1,3	-
Total	N	236	25	261	67	41	108
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares

Tanto no Brasil quanto na Costa Rica a relação entre essas variáveis é significativa estatisticamente (respectivamente sig 0,04 e 0,05). No caso do Brasil há, inclusive, resíduos padronizados (R) negativos na categoria de mulheres que compatibilizam ser deputada com outras atividades remuneradas, o que denota uma ausência de parlamentares nessa categoria. Resultado semelhante é encontrado na Costa Rica com 80,5% das respondentes mulheres se dedicando exclusivamente ao Parlamento.

Um adendo a este dado pode ser encontrado na entrevista realizada com a deputada brasileira do PR que quando questionada sobre os possíveis encontros para articular as parlamentares ela menciona a impossibilidade de reunir todas uma vez que:

Mulher não tem só a carreira política...se nós tivéssemos só isso aqui seria maravilhoso...chegar em casa colocar as perna pra cima...no sofá...ligar a TV...né...ir lá assistir um filme...ótimo...como faz o parlamentar...chega em casa liga a TV...assiste um jornal...assiste um jogo de futebol...toma um banho e vai dormir...janta e vai dormir...não...a parlamentar não...ela tem que cuidar da casa...ela tem que cuidar do filho...ela tem que cuidar do esposo...tem que cuidar das situações dela...dos projetos dela...é uma loucura (...) então é...é extremamente estressante...pra mulher é um peso...é um peso extra...é uma coisa bem puxada mesmo (Deputada PR).

O conjunto dos últimos dados mencionados reitera o que foi indicado pela literatura (HERRERA, 1999; MARQUES, 2012) de como a divisão sexual do trabalho é uma questão central para a ascensão - e permanência - de mulheres aos postos de poder.

Voltando para os dados de perfil das/os parlamentares, no que se refere à escolaridade⁴⁹ tampouco há grandes diferenças entre os sexos. Como a literatura aponta (LOVE, 1982; CARVALHO, 2003; FLEISCHER, 1976 e 1981; PINTNER, 1980; PINTNER; ROWNEY, 1980 apud PERISSINOTO et al, 2009) é praticamente regra entre as/os parlamentares ter nível superior. As elites em questão contam com percentuais de 55% no Brasil (55,3% dos homens e 52% das mulheres) e 53,7% na Costa Rica (48,8% das mulheres e 56,7% dos homens). Além disso, ainda há as/os parlamentares que declararam possuir pós-

⁴⁹ A variável escolaridade foi categorizada de forma distinta nas diferentes legislaturas, portanto para níveis de comparação fizemos uma categorização básica que contemplasse os dados disponíveis: Primeiro Grau (completo ou incompleto), Segundo Grau (completo ou incompleto), Superior (*universitarios de grado superior*, superior completo, superior incompleto, *universitários de grado médio o asimilados*) e Pós- Graduação.

graduação, que somam 33,6% no primeiro país e 38% no segundo (aqui com 48,8% das mulheres e 31,3% dos homens). Somadas as duas categorias, as taxas das/os que possuem ensino superior em ambos os países superam os 85%.

Uma variável que usualmente é utilizada nos estudos sobre carreira política de parlamentares é a profissão que as/os eleitas tinham antes de serem parlamentares. Tanto no Brasil como na Costa Rica a amplitude das profissões é enorme, no entanto há preponderância de algumas. Lawless (2012) afirma que para o contexto estadunidense há quatro profissões que precedem a maior parte das carreiras no Congresso: direito, negócios, educação e política (LAWLESS,2012). É possível dizer que o padrão no Brasil e Costa Rica é semelhante.

Para as/os parlamentares brasileiras/os em primeiro lugar vem a profissão de Advogado, sendo 15,3% dos respondentes homens⁵⁰. O direito historicamente tem se configurado como uma profissão interessante para “formar política/os”, uma vez que torna a/o profissional hábil para lidar com leis, utiliza a retórica e insere a pessoa em um círculo social específico. Neste sentido, Santos (1997) afirma que “A notoriedade e a reputação adquiridas na atividade profissional, bem como o treinamento para o fazer político, predispõem o jovem advogado a se converter em homem político. Não há ruptura entre dois mundos, mas convergência” (SANTOS, 1997, p.92).

Outro trabalho que aborda a importância do direito é o de Messemberg (2007), o qual a partir de um método posicional analisa o perfil das pessoas que fizeram parte da “elite⁵¹ da elite” parlamentar brasileira ao longo dos anos de 1989 a 2004. A autora aponta que a média de bacharéis em direito no Congresso Nacional é de 22,7%, mas no interior dessa elite chega a 55,3%, neste sentido a autora lembra que o bacharelismo não é novidade entre as elites brasileira, do contrário, é uma característica marcante que construiu “certa homogeneidade interna, tanto em termos ideológicos quanto de interesses e habilidades” (MESSEMBERG,2007, P. 321)

A segunda profissão mais recorrente entre os parlamentares brasileiros é a de Empresário/industrial 14,5% e a terceira médico com 11,5% dos respondentes. Entre as

⁵⁰ No caso dos homens se somarmos outros profissionais do mundo do direito como Defensor Público, Procurador, Promotor e Juiz o percentual sobe para 18,7%.

⁵¹ Elite neste trabalho é considerada apenas as pessoas que tiveram destaque dentro da Câmara, tais como as que ocuparam cargos de liderança dentro da casa (presidenta/e e 1º secretárias/os das Mesas Diretoras, lideranças partidárias e de governo); relatoria e/ou autoria de projetos que viraram lei/CPIs; presidência de comissões (permanentes, especiais e parlamentares de inquérito) e parlamentares indicados como “elite” por deputadas/os entrevistados em um *survey* anterior. Com estes dados na mão eles definiram uma amostra estratificada por partido (MESSEMBERG, 2007).

parlamentares mulheres brasileiras houve apenas uma respondente que declarou ser empresária (4%). Entre elas as profissões mais comuns eram: 20% de funcionárias públicas e 12% advogadas. Em terceiro lugar estão as professoras de nível fundamental e médio com 12%. Se somarmos, no entanto, esta categoria com as professoras de nível superior a categoria fica com 20%.

Entre as/os costa-riquenhas/os, a frequência de advogados entre os respondentes homens foi de 20,9%, seguido de 17,9% de empresários/industriais e 9% de funcionários públicos. Já entre as deputadas, o primeiro lugar é a docência com 17,1%. Se somado com as professoras de nível superior temos 26,9% das respondentes. Em segundo lugar temos as advogadas que, assim como as brasileiras, totalizam 12% das respondentes e empatados no terceiro lugar estão as empresárias/industriais e as funcionárias públicas, cada categoria somando 9,8%.

De maneira geral, a diferença entre sexo não foi mais marcante, com exceção do fato de entre as mulheres à docência se destacar e entre os homens não. Por ser uma profissão relacionada ao cuidado e que coaduna perfeitamente com as expectativas e condicionantes patriarcais sobre as mulheres, à docência se construiu historicamente como um ofício que permitia a incursão feminina na esfera pública. Como vimos no primeiro capítulo, na Costa Rica desde os anos 1930 as mulheres estavam protagonizando a profissão sendo a organização delas a semente da Liga Feminista, fundada em 1923 (HERRERRA,1999). No Caso do Brasil, a partir de 1817 quando os cursos superiores surgiram os jovens começaram a se distanciar das Escolas Normais – formadoras de docentes-, além disso as mulheres não puderam entrar na universidade até 1879, com a condição que tivessem a aprovação do pai ou do marido. Estes dois motivos são parte das explicações feitas para explicar a histórica “feminização do magistério” (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Ao observarmos as profissões mais recorrentes entre as/os respondentes é possível perceber que elas possuem em comum uma familiaridade com oratória, habilidade importante neste campo. Possuem também certa flexibilidade na gestão do tempo e, além disso, se por acaso as/os agentes desistirem de se manter na política há a possibilidade de retornar a seu ofício de origem.

A primeira variável relacionada à carreira política propriamente dita que gostaríamos de explorar é o tipo de movimento ou organização em que a/o parlamentar declarou que se deu seu primeiro envolvimento.

Tabela 3: Primeira organização que militou⁵² (Brasil e Costa Rica -2002-2010)

		Brasil			Costa Rica		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Associação	N	104	8	112	16	7	23
Estudantil	%	43,70%	32,00%	42,60%	23,90%	17,10%	21,30%
Associação	ou N	9	4	13	12	3	15
movimento	%	3,80%	16,00%	4,90%	17,90%	7,30%	13,90%
comunitário							
Associação	N	5	0	5	-	-	-
Profissional	%	2,10%	0,00%	1,90%	-	-	-
Associação	N	18	2	20	-	-	-
Religiosa	%	7,60%	8,00%	7,60%	-	-	-
Movimento	ou N	7	2	9	-	-	-
Organização	%	2,90%	8,00%	3,40%	-	-	-
Social							
Associação	ou N	-	-	-	0	2	2
Movimento	%	-	-	-	0,00%	4,90%	1,90%
juvenil							
ONG	N	2	0	2	-	-	-
	%	0,80%	0,00%	0,80%	-	-	-
Outros	N	14	3	17	5	3	8
	%	5,90%	12,00%	6,50%	7,50%	7,30%	7,40%
Partido político	N	57	4	61	34	24	58
	%	23,90%	16,00%	23,20%	50,70%	58,50%	53,70%
Sindicato	N	21	2	23	0	2	2
	%	8,80%	8,00%	8,70%	0,00%	4,90%	1,90%
Total	N	238 ⁵³	25	263	67	41	108
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares.

Como podemos observar na tabela acima há diferenças consideráveis entre os países, mas com exceção das associações e movimentos comunitários que estão mais presentes entre as respondentes brasileiras, não há muitas entre sexo. No Brasil há uma concentração nas

⁵² No *survey* essa questão foi formulada de forma aberta, gerando respostas bastante diversas, especialmente no caso brasileiro. As categorias compreendem: Associação Religiosa (Grupo de jovens, pastoral, igreja, maçonaria), Associação ou movimento comunal (associação comunitária, associação de moradores, associação de bairro, cooperativismo), Associação profissional (serviço público, médica), Movimentos Sociais (movimento popular, movimento ambiental), Outros (administração da política regional de saúde, *asociación al desarrollo*, associação filantrópica, educação, escola militar, categoria dos militares, grupo de debate e produção habitacional, empresa estatal, cooperativismo, grupo de debate e produção habitacional, empresa estatal, governo estadual). Nos casos que a/o parlamentar mencionou duas organizações consideramos a primeira.

⁵³Foi incluído um respondente que não respondeu (0,4%).

associações estudantis com 42,6% das/os respondentes. Quando desagregamos este dado é perceptível que há maior participação entre os homens com 43,7% dos respondentes, enquanto as mulheres somam 32%.

Outro padrão que é muito claro é o de como a militância em partidos políticos é fundamental na Costa Rica, concentrando 53,7% das/os respondentes. Quando analisamos o percentual só das mulheres percebemos que ele é ainda maior (58,5%). Provavelmente esse dado é influenciado pelo fato da lista eleitoral ser fechada na Costa Rica. Supõe-se que neste contexto político institucional uma agente se sinta mais inclinada a dedicar seu tempo e energia para a organização, para depois converter isso em apoio (dinheiro, militância) para sua candidatura. Sendo assim ela pode ter carência de atributos e ainda assim ser eleito (SANTOS, 1997). No Brasil, como mencionamos anteriormente, as instituições partidárias não geram este tipo de “lealdade”.

Uma regra determinante que mencionamos na seção que contextualiza os dois países, é que na Costa Rica as/os deputadas/os só podem se reeleger depois de esperar uma legislatura de intervalo. Isso gera uma casa totalmente renovada a cada quatro anos e faz a hierarquia da carreira ser diferente da brasileira. Neste contexto, 89,8% das/os respondentes deste país estavam em sua primeira legislatura, sendo o percentual entre as mulheres de 95,1% e entre os homens 86,6%. Já no Brasil 61,1% das/os respondentes já tinham sido deputadas/os antes. Quando desagregamos este dado por gênero não há diferenças significativas: 52% das mulheres e 62% dos homens. No entanto tendo em vista a presença feminina pífia que o Brasil teve na Câmara historicamente quando comparamos o número de mandatos exercidos há diferenças: são 13 mulheres que exerceram mandatos anteriormente sendo que 9 (69,2%) exerceram um mandato, 2 (15,4%) dois mandatos e outras 2 (15,4%) três mandatos. Já entre os homens os percentuais são mais distribuídos uma vez que eles sempre foram a esmagadora maioria na composição da casa: dos 147 que exerceram mandatos anteriormente, 57 (38,8%) exerceram um mandato, 40 (27,2%) exerceram dois mandatos e 50 (34%) exerceram três mandatos.

Uma questão complementar a da ocupação de cadeiras no legislativo nacional anteriormente, e que a literatura indicou como um capital político recorrente no contexto brasileiro, é a que indica a ocupação de outros cargos eletivos. A relação entre o capital proveniente da ocupação de outros cargos eletivos e do sexo não foi uma relação estatisticamente significativa em nenhum dos países. Contudo, há diferenças grandes entre os

dois países, sendo que no Brasil 71,5% das/os eleitas/os já haviam ocupado outros cargos eletivos, sem diferença entre homens e mulheres.

Tabela 4: Ocupação de cargos eletivos (Brasil e Costa Rica -2002-2010)

		Brasil			Costa Rica		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Não	N	68	7	75	41	33	74
	%	28,60%	28,00%	28,50%	61,20%	80,50%	68,50%
Sim	N	170	18	188	26	8	34
	%	71,40%	72,00%	71,50%	38,80%	19,50%	31,50%
Total	N	238	25	263	67	41	108
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares

Já no contexto da Costa Rica, há praticamente uma inversão nos valores, sendo o percentual das/os parlamentares que ocuparam algum cargo eletivo de 31,5%. No entanto, aqui a intensidade da diferença é maior entre homens e mulheres. Enquanto 61,2% deles nunca tinham ocupado cargo eletivo o percentual entre elas era de 80,5%.

O banco de dados não nos permite afirmar isso para este período, mas essa aparente falta de experiência em cargos eletivos das carreiras femininas da Costa Rica na verdade podem ocultar experiências políticas relevantes em cargos de indicação. No trabalho de Herrera (1999), por exemplo, das nove entrevistas, seis tinham tido cargos e quatro destas foram cargos de indicação como embaixadora e vice-ministra. Indicações que dependem muito do desempenho e dos recursos que a/o agente possua dentro do campo político. Outro ponto é que, como veremos no próximo capítulo, as mulheres ocuparam cargos ou tem um capital político gerado dentro da máquina partidária e que isso é o capital que mobilizam para ser colocadas nas listas. Já no Brasil o capital primordial na construção da carreira é a experiência em cargos eletivos no próprio campo. Para entender melhor a intensidade da participação em cargos nos dois países comparamos os percentuais do número de cargos ocupados segundo o sexo da/o respondente:

Tabela 5: Número de cargos eletivos progressos por sexo (Brasil e Costa Rica - 2002-2010)

		Brasil		Costa Rica			
		Homem	Mulher	Total	Homens	Mulheres	Total
1	N	94	9	103	20	5	25
	%	55,00%	52,90%	54,80%	76,90%	62,50%	73,50%
2	N	60	5	65	6	2	8
	%	35,10%	29,40%	34,60%	23,10%	25,00%	23,50%
3	N	17	3	20	0	1	1
	%	9,90%	17,60%	10,60%	0,00%	12,50%	2,90%
Total	N	171	17	188	26	8	34
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares

Quando comparamos entre países vemos que é muito mais comum no Brasil os parlamentares terem passado por 2 ou 3 cargos, enquanto na Costa Rica 76,9% dos homens e 62,5% das mulheres haviam ocupado apenas um cargo. De maneira geral vemos que entre as/os que possuem experiências progressas – percentual que no Brasil é similar entre homens e mulheres e na Costa Rica tem uma preponderância entre homens - não há grandes discrepâncias. Nos dois casos é possível dizer que as eleitas, em termos de experiência política são tão qualificadas quanto os homens. No entanto é necessário lembrar que o N de mulheres que ocupou cargos é muito pequeno em si, e no caso da Costa Rica causa uma distorção visto que apenas uma mulher ter ocupado três cargos significa 12,5%.

Outra variável que consideramos importante mencionar é, entre as pessoas que se elegeram anteriormente, que tipo de cargos elas ocuparam. No Brasil houve destaque - no que se refere ao primeiro cargo- para os postos que representam os degraus anteriores da carreira legislativa: 32,7% (56) dos homens e 41,2% (7) das mulheres foram deputadas/os estaduais e 31,6 (54) e foram 29,4% (5) vereadoras/es, respectivamente. Há ainda os que exerceram o mandato de deputada/o federal que somam 11,1% (19) e 17,6% (3). Percebe-se que só aí somamos 75,4% dos homens e 88,2% das mulheres, mostrando que a experiência legislativa é uma característica marcante desta elite. É relevante mencionar ainda que 15,2% dos homens e 11,8% das mulheres tiveram experiência como prefeita/o⁵⁴. Em consonância com o fluxo de carreira propôs por Miguel (2003a), vale mencionar que seria preciso identificar se a/o agente

⁵⁴ O excedente dos homens foram: 2 vice-prefeitos (1,2%), 6 senadores (3,5%), 1 governador (0,6%), 1 presidente da Câmara (0,6%), 2 presidentes sindicais (1,2%), 2 secretários de estado, 2 secretários municipais (1,2%), 1 secretário da fazenda (0,6%).

foi prefeito de um município grande, médio ou pequeno para entender de fato o impacto do cargo em sua carreira.

No caso da Costa Rica a relação entre sexo e o tipo de cargo foi significativa estatisticamente (0,007) com coeficiente de contingência de 0,602. O dado que explicita essa relação é o N de deputados que ocupou o cargo de vereador que foi 84,6% e o de vereadoras que foi 37,5%. Entre os respondentes houve ainda um deputado nacional (3,8), dois prefeitos (7,7%) e um presidente municipal. Já entre as mulheres houve duas ministras (25%), uma defensora dos habitantes (12,5%) e uma representante provincial de mulheres (12,5%).

O fato de ter poucas mulheres ocupando cargos, especialmente o de regidora-, um equivalente a vereança, pode fazer a leitora indagar se na Costa Rica, como no Brasil, há poucas mulheres eleitas na esfera local⁵⁵. Mas em consonância com o contexto nacional, nas eleições de 2016 40,4% das 505 pessoas eleitas para o cargo de *regidoria* 40,4% eram mulheres. Na verdade, já em 2002, 40,8% das/os ocupantes do cargo eram mulheres, demonstrando que a presença feminina tem sido constante na esfera local⁵⁶.

Esta não ascensão das *regidoras* demonstra que a carreira na Costa Rica não é hierárquica como a brasileira, o que indica que começar a carreira a nível *cantonal* não gere o capital necessário para disputar eleições nacionais. Neste sentido possivelmente as agentes que tenham interesse em ascender se dediquem aos partidos, sendo indicadas para cargos comissionados. Além disso, como foi apontado pela literatura, na esfera subjetiva da construção da ambição progressiva, talvez não seja interessante para as *regidoras* o deslocamento para a capital, por que isso pode custar mais para quem é sistematicamente responsabilizada pela manutenção da casa e cuidado de filhas/os (MIGUEL e BIROLI, 2011)

Um dado que pode nos ajudar a entender melhor primeiramente a relação dos agentes com os seus respectivos sistemas políticos e partidários e também as diferenças de percepção segundo o gênero do respondente é a variável que aborda a razão que atribui ter sido eleita/o. Quando comparamos as médias dos países percebemos que na Costa Rica as opções que colocam centralidade nos partidos (a ideologia política, o líder, o programa) somam 43,9%, enquanto no Brasil as mesmas três totalizam 14% dos respondentes. No Brasil há certo destaque para a opção que dá centralidade para as campanhas (27,6% contra 14% na Costa

⁵⁵ No Brasil a sub-representação feminina não se dá apenas na esfera federal. Segundo a coletânea “+ Mulheres na Política- retrato da sub-representação feminina no poder”, lançada em 2016, a média de vereadoras por estado varia entre 9% no Espírito Santo e 21% no Rio Grande do Norte. (PROCURADORIA DA MULHER DO SENADO FEDERAL, 2016)

⁵⁶ Dados extraídos do website do *Tribunal Supremo de Elecciones-TSE*. Disponível em: http://www.tse.go.cr/estadisticas_elecciones.htm . Acesso em 12 de março de.2017.

Rica). No entanto há algo em comum: na média dos dois países a opção que foi mais mencionada foi ter experiência anterior em outros cargos (37,2% em Brasil e 28% na Costa Rica), demonstrando que a experiência no próprio campo é fundamental na narrativa da construção destas carreiras.

Tabela 6: Razão que atribui para ter sido eleito/o (Brasil e Costa Rica - 2002-2010)

		Brasil		Costa Rica			
		Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média
À ideologia política de seu partido	N	6	3	9	9	6	15
	%	2,60%	13,60%	3,60%	13,40%	15,00%	14,00%
Pelo líder de seu partido	N	15	1	16	14	8	22
	%	6,60%	4,50%	6,40%	20,90%	20,00%	20,60%
A seu mandato anterior como deputado	N	32	1	33	-	-	-
	%	14,00%	4,50%	13,20%	-	-	-
À sua campanha eleitoral realizada	N	66	3	69	11	4	15
	%	28,90%	13,60%	27,60%	16,40%	10,00%	14,00%
A sua experiência anterior em outros cargos políticos e/ou públicos	N	81	12	93	17	13	30
	%	35,50%	54,50%	37,20%	25,40%	32,50%	28,00%
À sua simpatia pessoal	N	14	0	14	10	1	11
	%	6,10%	0,00%	5,60%	14,90%	2,50%	10,30%
À tradição familiar do eleitor	N	6	0	6	0	4	4
	%	2,60%	0,00%	2,40%	0,00%	10,00%	3,70%
Ao programa de seu partido	N	8	2	10	6	4	10
	%	3,50%	9,10%	4,00%	9,00%	10,00%	9,30%
Total	N	228	22	250	67	40	107
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatórios de Elites Parlamentares.

No caso brasileiro há uma diferença interessante entre as pessoas que atribuíram à experiência progressiva com 35,5% e quase 20 pontos percentuais a mais entre as mulheres (54,4%). Parte desta diferença está entre os respondentes homens que atribuíram à experiência específica da Câmara dos Deputados (14%). O que foi comum nos dois contextos foi mais respondentes do sexo masculino atribuírem a eleição à sua simpatia pessoal, bem como mais respondentes do sexo masculino atribuírem à campanha como essencial para sua eleição. Ainda que sejam percentuais pequenos, sugestões possíveis de interpretação é a tendência a

menos investimentos nas campanhas femininas, bem como um comportamento feminino de não admitir seus feitos, o que possivelmente impacte na construção da baixa ambição política identificada nas mulheres de forma geral.

Por fim, gostaríamos de apresentar alguns dados sobre capital familiar. Como mencionado anteriormente, está disseminado na literatura, e no senso comum, que as mulheres que ingressam na arena política o fazem com o apadrinhamento de famílias que já possuem tradição política. No entanto, como identificamos na seção anterior, grande parte dos trabalhos afirmam isso sem comparar efetivamente os resultados de ambos os sexos.

Tabela 7: Tinha familiar político? (Brasil e Costa Rica -2002-2010)

		Brasil			Costa Rica		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Não	N	109	36	121	36	17	53
	%	46,00%	54,50%	46,20%	54,50%	41,50%	49,50%
Sim	N	128	30	141	30	24	54
	%	54,00%	45,50%	53,80%	45,50%	58,50%	50,50%
Total	N	237	25	262	66	41	107
	%	100,00%	100,00%	100%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares

Contrariando essa máxima, a partir da tabela acima, é possível afirmar que possuir capital familiar é um padrão recorrente para todo o grupo das/os parlamentares de Brasil (53,80%) e Costa Rica (50,5%). No Brasil há inclusive uma preponderância de homens (54%). No entanto vale ressaltar que Miguel et al. (2015), em uma pesquisa com o universo de parlamentares brasileiras/os, identificaram que em 2002 51,2% das mulheres e 31,1% dos homens tinham presença de familiar na política e em 2006 respectivamente 55,6% e 41,5%. Tendo isso em vista, nesta variável provavelmente o dado do Observatório de Elites Parlamentares possui uma distorção da amostra em relação à realidade.

Já no caso da Costa Rica, que conta praticamente com o universo das/os parlamentares, há 58,5% das parlamentares com capital familiar enquanto 45,5% dos homens alegaram o mesmo.

Um dado que gostaríamos de agregar aqui é o número de familiares que as/os respondentes declararam possuir na política. Se considerarmos o total de mulheres costaricenses 17 (41,5%) não tinha nenhum parentesco, 9 (22%) tinham um familiar, 12 (29,3%) tinham dois e 3 (7,3%) tinham três familiares. Já os homens deste país eram 36(54,5%) com nenhum parente, 20 (30,3%) com um, 6 (9,1%) com dois e 4 (6,1%) com três. Há predominância dos homens com um parente, e as mulheres estão em maior número na categoria de 2 e 3 parentes, o que pode sugerir que neste contexto, em proporção, existam mais mulheres que venham de clãs políticos, com diversos membros ocupando cargos na burocracia nacional. No caso brasileiro não há grande diferença em percentuais entre homens e mulheres: 109 (46%) e 12 (48%), respectivamente, com nenhum parente, 58 (24,5%) e 7 (28%) tinham um familiar, 37 (15,6%) e 5 (20%) tinham dois e 33(13,9%) e 1 (4%) tinha três familiares.

Um dado interessante para complementar esta informação é qual o parentesco do familiar que a/o parlamentar mencionou. No banco de dados em questão a/o parlamentar podia mencionar até três familiares que ocuparam cargos políticos. A seguir listaremos a/o primeiro familiar mencionado.

Tabela 8: Grau de parentesco (Brasil e Costa Rica -2002-2010)

		Brasil			Costa Rica		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Avô/a	N	11	1	12	3	1	4
	%	8,50%	7,70%	8,50%	10,00%	4,20%	7,40%
Cunhado	N	1	0	1	-	-	-
	%	0,80%	0,00%	0,70%	-	-	-
Esposo/a	N	1	2	3	0	6	6
	%	0,80%	15,40%	2,10%	0,00%	25,00%	11,10%
Filho/a	N	7	2	9	-	-	-
	%	5,40%	15,40%	6,30%	-	-	-
Irmão/a	N	22	0	22	5	5	10
	%	17,10%	0,00%	15,50%	16,70%	20,80%	18,50%
Mãe	N	1	0	1	0	4	4
	%	0,80%	0,00%	0,70%	0,00%	16,70%	7,40%
Outros	N	6	1	7	3	2	5
	%	4,70%	7,70%	4,90%	10,00%	8,30%	9,30%
Pai	N	54	5	59	13	5	18
	%	41,90%	38,50%	41,50%	43,30%	20,80%	33,30%
Primo/a	N	13	1	14	2	0	2
	%	10,10%	7,70%	9,90%	6,70%	0,00%	3,70%

Tio/a	N	13	1	14	4	1	5
	%	10,10%	7,70%	9,90%	13,30%	4,20%	9,30%
Total	N	129	13	142	30	24	54
	%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fonte:	Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares						

O parentesco mais comum no contexto brasileiro foi o de pai, mencionado por 38,5% das respondentes e em 41,9% dos respondentes. Em segundo lugar para os homens estava o parentesco de irmãos com 17,1% e para as mulheres o de filho e esposo, cada um com 15,4%.

Na Costa Rica, entre os homens há uma concentração entre os parlamentares que declararam ter pais na política, com 43,3%. A distribuição entre as mulheres é um pouco mais dispersa, sendo as que declararam ter esposos na política 25%, as que declararam ter pais 20,8%. Curiosamente, quatro deputadas (16,7%) declararam que a mãe havia ocupado algum cargo político. Se somarmos as que mencionaram a mãe como segundo e terceiro parente na política no total foram 6 (25%) de 24 parlamentares. No contexto costa-riquenho, tendo em vista que os pais não foram mencionados como segundo ou terceiro parente, o número das parlamentares com mães na política supera a das que tem pais.

A partir das tabelas acima podemos afirmar que o capital familiar é uma constante para ambos os sexos nas duas nações e em geral ele é delegado pelo pai das/os respondentes, com exceção das deputadas costa-riquenhas, que tem predominância dos esposos na política, com 25%.

Em síntese, no que se refere as hipóteses é possível afirmar que existem padrões de carreira política nos dois contextos (1) e que alguns pontos podem ser influenciados por regras institucionais (3). No que tange a primeira organização que militou, no Brasil a resposta predominante são os movimentos estudantis e na Costa Rica os partidos, o fato da maioria dos respondentes do segundo país começarem nos partidos provavelmente é influenciado pelo tipo de lista ser fechada e o partido ter muito mais poder na disputa eleitoral.

Quanto à ocupação de mandatos anteriores como deputada/o nacional, as/os brasileiras/os ocupam muito mais que as/os costa-ricenses provavelmente por conta da não reeleição consecutiva na Costa Rica. Quando o tema é a ocupação de outros cargos eletivos há um padrão de diferença marcante entre Brasil e Costa Rica: enquanto no primeiro a maioria ocupa, no segundo é a minoria. Este dado sugere que a chegada no parlamento da Costa Rica segue um padrão diferenciado do brasileiro, com os agentes ocupando menos cargos eletivos

no legislativo. De maneira geral, os padrões de carreira política nos dois países não são extremamente diferentes entre homens e mulheres, a única diferença que precisa ser marcada é no caso da Costa Rica com a diferença relevante estatisticamente em que 38,8% dos homens ocuparam cargos antes, contra 19,5%. Entre eles 84,6% foi regidor e entre elas apenas 37,5%.

Quadro 1: Síntese dos dados sobre parlamentares de Brasil e Costa Rica (2002-2010)

	Brasil		Costa Rica	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	(N: 238)	(N: 25)	(N: 67)	(N: 41)
Idade Padrão de meia idade em ambos os países	Faixa dos 51 a 60 anos inclui 36% das respondentes	Faixa dos 51 a 60 anos inclui 56% das respondentes, pode indicar que mulheres adiem o ingresso/ascensão por conta das responsabilidades com a esfera privada	Faixa dos 41 a 50 anos inclui 41,8% dos respondentes	Faixa dos 41 a 50 anos representa 36,6% dos respondentes
Estado Civil Relação significativa estatisticamente nos dois países CC-BR: 0,283 e CC-CR: 0,396	Os que não se declararam casados ou em união estável são 22,8%	As que não se declararam casadas ou em união estável são 60%. A responsabilidade com a esfera privada e a priorização da carreira do companheiro pode ser um obstáculo.	Os que não se declararam casados ou em união estável são 17,9%	As que não se declararam casadas ou em união estável são 53,8%. A responsabilidade com a esfera privada e a priorização da carreira do companheiro pode ser um obstáculo.
Atividade Remunerada Paralela Relação significativa estatisticamente nos dois países.	69,1% era exclusivamente parlamentar	96,0% era exclusivamente parlamentar	53,7% era exclusivamente parlamentar	80,5% era exclusivamente parlamentar
Escolaridade Padrão de alta escolaridade em ambos os países.	55,3% com nível superior, 33,8% com pós-graduação	52% com nível superior, 32% com pós-graduação	56,7% com nível superior e 31,3% com pós-graduação	48,8% com nível superior e o mesmo percentual com pós-graduação
Profissão Nos dois países o mais comum foram ofícios reconhecidos pela literatura como típicas de recrutamento político. Nos dois países a docência é marcante só para as mulheres	Advogado (15,3%), Empresário/industrial (14,5%); Médico (11,5%).	Funcionárias públicas (20%), docentes de todos os níveis (20%) e advogadas (12%).	Advogados (20,9%), Empresários/industriais (17,9%) e funcionários públicos (e 9%).	Docentes de todos os níveis 26,9%, advogadas 12% empresárias / industriais (9,8%) e as funcionárias públicas (9,8%).

<p>Primeira organização que militou Diferenças marcadas entre países com o Brasil sendo predominante em Movimentos Estudantis e Costa Rica em partidos.</p>	<p>43,7% dos respondentes começaram em Movimentos Estudantis.</p>	<p>32% das respondentes começaram em Movimentos Estudantis.</p>	<p>50,7% em partidos políticos, mostrando como a acumulação de capital dentro da máquina é fundamental.</p>	<p>58,5% em partidos políticos, mostrando como a acumulação de capital dentro da máquina é fundamental</p>
<p>Mandatos anteriores como deputada/o federal/ nacional Em acordo com a regra de não reeleição consecutiva na Costa Rica há diferenças marcantes entre os países.</p>	<p>62% estavam em seu primeiro mandato. Mas dentre os que foram eleitos antes 34% já tinham exercido três mandatos e 27,2% dois</p>	<p>52% estavam em seu primeiro mandato. Como a presença feminina é mais recente na esfera pública 69,2% das que haviam sido eleitas antes foi por apenas um mandato.</p>	<p>86,6% estavam em seu primeiro mandato</p>	<p>95,1% estavam em seu primeiro mandato</p>
<p>Ocupação de outros cargos eletivos Diferença marcante entre países. No Brasil a maioria ocupou, na Costa Rica a minoria, com diferenças significativas estatisticamente entre os sexos (CC: 0, 602).</p>	<p>71,4% dos respondentes ocuparam. Carreira no legislativo é característica da elite (75,4%): 31,6% vereador, 32,7% foram deputados estaduais e 11,1% deputado federal.</p>	<p>72,0% das respondentes ocuparam. Carreira no legislativo é característica da elite (88,2%): 29,4% vereadoras, 41,2% foram deputadas estaduais e 17,6% deputadas federais</p>	<p>38,8% dos respondentes ocuparam, quase o dobro do que as mulheres do país. Diferença marcante em relação às mulheres: 84,6% dos que ocuparam cargos foi como regidor (vereador).</p>	<p>19,5% ocuparam, (metade do % dos homens). Possivelmente as mulheres ocupem cargos comissionados ou na burocracia partidária. Diferença marcante em relação aos homens: apenas 37,5% das que ocuparam cargos como regidora (vereadora). Possivelmente regras do sistema combinadas com elementos culturais podem limitar às mulheres a esfera local.</p>
<p>Razões do por que foi eleito Maior centralidade das campanhas no Brasil e dos partidos/líderes do partido na Costa Rica. Em comum: houve destaque para ocupação de cargos políticos.</p>	<p>35,5% atribuíram a sua experiência anterior em outros cargos políticos e 28,9% atribuiu à campanha eleitoral. Homens nos dois contextos atribuíram mais à sua simpatia pessoal (6,1% contra 0%)</p>	<p>54,4% atribuíram a sua experiência anterior em outros cargos políticos e/ou públicos</p>	<p>25,4% atribuíram a sua experiência anterior em outros cargos políticos e/ou públicos. 20,9% atribuíram ao líder do partido. Homens nos dois contextos atribuíram mais à sua simpatia pessoal (14,9%</p>	<p>32,5% atribuíram a sua experiência anterior em outros cargos políticos e/ou públicos. 20% atribuíram ao líder do partido</p>

			contra 2,5%)	
<p>Capital Familiar Nos dois países a maioria tem capital familiar derivado de pais e maridos. As mães das respondentes costaricenses.</p>	<p>54% tinham familiares na política (distorção da amostra). Parentesco mais comum: 41,9% era o pai</p>	<p>45,5% tinham familiares na política. Parentesco mais comum: 38,5% era o pai</p>	<p>45,5% tinham familiares na política. Parentesco mais comum: 43,3% era o pai</p>	<p>58,5% tinham familiares na política. Parentesco mais comum: 25% era o marido, 25% as mães e 20,8% os pais</p>

5 UM OLHO NO MICROSCÓPIO: PERCEPÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE CARREIRAS POLÍTICAS FEMININAS EM NO BRASIL E COSTA RICA

“Yo no estoy aquí porque ningún caballero me acercó la silla, yo estoy aquí porque le tomé la silla que pertenencia a un hombre”

Ana Elena Chacón, vice-presidenta da Costa Rica

O presente capítulo consiste na principal contribuição deste trabalho. Aqui analisaremos o perfil e a trajetória política de 17 entrevistadas (11 do Brasil e 6 da Costa Rica) que estão ocupando o cargo de deputada na atual legislatura⁵⁷. Diferentemente do capítulo anterior, aqui serão privilegiadas as percepções mais subjetivas das entrevistadas de como construíram suas carreiras.

Antes de partir para os dados da carreira das entrevistadas, gostaríamos de dar um panorama geral dos seus perfis no que se refere à idade, escolaridade e estado civil. No grupo das entrevistadas, a média de idade é 55 anos no Brasil, sendo os extremos uma deputada de 44 anos e a outra de 74. Na Costa Rica a média é 56, sendo a mais jovem com 47 anos e a mais velha com 63 anos.

Em ambos os países a regra era ter nível superior. No Brasil, das onze apenas uma possuía ensino médio completo, duas tem nível superior incompleto, oito tem ensino superior completo e, destas, duas tem pós-graduação. Na Costa Rica as seis possuem nível superior e, destas, três têm pós-graduação.

No que se refere ao estado civil das respondentes brasileiras, o resultado foi diferente do que encontramos como padrão no capítulo anterior: das onze, sete são casadas, duas divorciadas e uma é solteira. No contexto costa-riquenho, das seis apenas a deputada do PAC (2) e a do PML eram casadas. A primeira se casou ano passado, sendo a segunda a única que construiu sua carreira estando casada.

O capítulo será estruturado em quatro subseções: Na primeira sintetizaremos informações sobre o background político dos núcleos familiares aos quais as deputadas pertencem, bem como suas formações; Na segunda seção abordaremos como começou suas carreiras políticas e como foi à decisão, além dos capitais políticos mobilizados na primeira candidatura; Na terceira parte analisaremos suas carreiras de forma geral, destacando os

⁵⁷ Com exceção da respondente identificada como “deputada PUSC”, que como explicamos na seção metodológica, atualmente é a vice presidenta do país.

desafios dos cargos e os capitais mobilizados para ascensão. Finalizaremos com uma subseção sobre as expectativas de cada deputada de continuar no campo político.

5.1 Background familiar e escolha da graduação

Nesta seção abordaremos duas questões importantes: a de background social, no sentido de perceber se a política esteve de alguma forma presente na socialização primária das respondentes, e também de captar como foi a escolha da profissão das respondentes.

Começando pelo background familiar das deputadas da Costa Rica: A deputada do PUSC destacou que pelo fato de ter um familiar ascendente que foi ativo na política formalmente - inclusive tendo destaque na política partidária e ocupando cargos eletivos- ela foi exposta às atividades políticas desde muito nova:

Cada vez que vinha as eleições [...] tinha algum candidato na minha casa...conversando de política [...] quando aprendo a ler e escrever...com sete anos...então me diziam que tinha que ser cívica e participar no dia das eleições...então sempre era recepcionista...era das que tavam na entrada da escola e dizia “senhora...senhora...já sabe pra quem vai votar?”[...] E nisso era treinada desde os sete oito anos...já tinha estes níveis de participação... (Deputada PUSC).

O excerto acima demonstra que a deputada foi inserida nos meandros da política partidária e eleitoral ainda na infância. Essa é uma socialização privilegiada que pode ser um bom estímulo para o crescimento da ambição política por haver uma perspectiva positiva da política partidária e, principalmente, por trazer para o dia-a-dia uma rede de contatos útil e também a prática de fazer articulação política.

No que tange às demais entrevistadas, com exceção da deputada do PLN que declarou vir de um contexto de extrema pobreza sem nenhuma aproximação com a política, deixaram implícito que vinham de núcleos familiares em que a política estava de alguma forma inserida. A representante do PAC (1), também destacou o contexto de dificuldades em que cresceu, mas comentou que seu pai tinha grande admiração por Dom Pepe⁵⁸, “*el caudillo*”, e colaborou na revolução de 1948 não como soldado, mas ajudando na comida. A representante do PAC (2), por sua vez, apontou que seu pai “esteve mais ou menos perto de se envolver” na política partidária. Já a deputada do PFA mencionou que a despeito da família não estar envolvida com política eleitoral é ativa em movimentos sociais de pautas ambientalistas. Por

⁵⁸ A entrevistada se refere ao líder José Figueres, já mencionado no capítulo um, líder político que ganhou muito prestígio na Revolução de 1948. Ele também foi mencionado como inspiração pela deputada do PLN.

fim, a deputada PML mencionou que “desde muito pequena meu pai me levava nas atividades... manifestações”, sendo o pai filiado à partido político.

Assim como as costa-ricenses, entre as brasileiras há diversidade de backgrounds familiares, no entanto, novamente, a maioria teve acesso a algum tipo de exposição – ainda que não institucional – à política, a espaços de poder, movimentos sociais, associações comunitárias ou à política partidária propriamente dita⁵⁹.

A candidata do PCdoB, filha de um estivador e uma professora primária, declarou que sua família era de um contexto de muita pobreza, mas seu irmão foi prefeito da cidade em que ela nasceu. Apesar de participar dos comícios, ela apontou que não foi ativa na campanha dele: “Eu era nova e com pouca ligação com a vida política...”. A deputada do PDT, por sua vez, declarou que além do esposo político ninguém na sua família esteve envolvido.

A deputada do PMDB, que declarou que sempre foi muito envolvida em atividades de representação política como grêmios estudantis, atribuiu à sua família, especialmente às mulheres a inspiração para este protagonismo:

Na minha família as mulheres tem um traço muito forte ligado a essas questões comunitárias [...] mais voltada na área educacional... mostrando todo um diferencial [...] pelo lado de mãe a minha bisavó materna...que eu não convivi [...] ela é uma grande referência na família...ela foi candidata a vereadora da cidade de _____[...] não conseguiu exercer o mandato por que foi caçada na época do comunismo [...] pelo lado paterno eu tive um avô que foi senador da república [...] mas assim essas pessoas tem uma referência de trabalho mas não influência do convívio diário...(Deputada PMDB)

Essa socialização da deputada do PMDB é muito rica em termos de referência, além de denotar um perfil social privilegiado, uma vez que é extremamente atípico, mesmo entre elites políticas, haver referenciais de mulheres que se candidataram.

A deputada do PP, por sua vez, disse ter um tio distante que ocupou o cargo de vereador em outro estado da federação brasileira, mas, de forma geral, mesmo o pai não tendo ocupado cargos, ela sentiu que ele criou uma referência de admiração por quem era representante político. Considerava que o pai “era de luta” e uma inspiração na vontade de trabalhar pela coletividade.

A deputada do PR tinha um pai desembargador, o que possivelmente lhe garantiu um capital cultural diferenciado. A deputada do PSDB afirmou que seu pai foi vereador em 1989, mas desistiu no meio do mandato por que percebeu que política não era para ele. Apesar de ter um familiar direto que ocupou cargos, a deputada identifica que isso não estimulou ou

⁵⁹ A deputada do PSD não respondeu esta questão.

facilitou seu ingresso no campo, por que era muito nova quando ele concorreu e ele tinha uma representação negativa da política partidária que era a que ela tinha até se envolver também.

A deputada do PT (2) apontou que ninguém na sua família ocupou cargos, mas eram ativos em movimentos sociais. A deputada do PT (1), assim como a do PCdoB, destacou o histórico de extrema pobreza de sua família, tendo tido que trabalhar como empregada doméstica e superar a fome. No entanto, destaca também que a despeito das limitações materiais, a família tinha referências políticas:

Mas minha família lidava... minha mãe lidava muito com políticos... iam muito político na minha casa... minha mãe era getulista... meu pai... todo mundo.. sabe... tempo de Getulio né? Todo mundo na favela tinha um retrato do velhinho na parede... entende? [...] minha bisavó ia pra lá contava... aquelas história [da escravidão]... então eu tive uma formação na faculdade da vida muito interessante.. (Deputada PT [1])

Duas deputadas demonstraram não ter tido nenhum estímulo ou presença de política de qualquer forma na sua socialização primária: a do PSB e a do PRB. A primeira era uma das nove filhas de um casal de comerciantes e apontou que seu contexto não lhe forneceu nenhuma referência com política, nem com nenhum tipo de movimento ou organização social. A deputada do PRB, por sua vez, vindo de um contexto de extrema pobreza, com mãe doméstica e pai alcoólatra, além de ter muitas dificuldades materiais, disse que a política era um universo paralelo ao qual só foi ter referências na vida adulta.

Neste ponto, gostaríamos de fazer uma primeira consideração sobre capital familiar. Tendo em vista a tradição de famílias políticas em ambos os contextos que identificamos no capítulo anterior, as perguntas sobre isso eram respondidas de forma incisiva: ou com a negativa ou nos casos que possuíam com justificativas como: “eu trabalhei muito para estar aqui”. No caso brasileiro, no balanço da legislatura, a maioria tem capital familiar. Entre as entrevistadas, somente as deputadas do PT (1), PT (2), PRB e PR declararam não ter familiares na política.

Dentre as que possuem parentes que ocuparam cargos antes delas estão as deputadas do PSDB, cujo pai foi vereador, a do PCdoB, que o irmão foi prefeito e a do PP, que um tio foi vereador. No entanto, nestes casos não consideramos o capital familiar como estruturador da carreira por que foram mandatos pontuais muitos anos antes que as agentes se envolvessem no campo político. Já as deputadas do PMDB, PSD, PDT são as que possuem o capital familiar estruturador da carreira: as três com companheiros que ocuparam cargos, a do PDT e PSD como prefeito e do PMDB como deputado federal. Os maridos possuíam poder em seus

respectivos partidos e foram apoiadores ativos nas campanhas delas. Como mencionamos antes, a representante do PMDB tem um capital familiar ainda mais “consistente” que as outras, uma vez que destacou ter parentes de outras gerações que ocuparam cargos.

Comum perceber também que, com exceção da referência da deputada do PMDB, que mencionou uma avó que se candidatou a vereança, por conta do número pífio de representantes mulheres no poder de forma geral, não foi possível encontrar mulheres geradoras de capital familiar. Neste sentido, é válido mencionar como o quadro já começou a mudar com o caso da deputada do PSB que ao longo da entrevista apontou que, depois de seu ingresso na Câmara, seu marido foi eleito. Ainda neste sentido, a deputada do PR, que fez a maior votação em seu estado, comentou que tem um filho que ela gostaria muito que se envolvesse com a política.

Partindo para o próximo ponto dessa seção, a formação educacional das entrevistadas, foi constatado que, entre as entrevistadas costa-riquenhas, as seis possuíam nível superior, três delas com Pós-Graduação. As formações eram em Serviço Social (PAC 1), Economia (PAC 2), Relações Internacionais (PUSC), Direito (PLN) e Educação (PML e PFA).

Quando foram questionadas sobre as motivações que as levaram⁶⁰ para estas carreiras, é possível perceber alguns fatores que viriam a sustentar os seus trabalhos com a política. A deputada do PAC (1), que estudou serviço social, optou pelo curso em um primeiro momento por que tinha sensibilidades sociais; a do PAC (2), formada em economia, indicou que percebia que este campo de conhecimento era fundamental para compreender o Estado e a dinâmica da sociedade em que vivia; a do PUSC, internacionalista, escolheu a profissão por que já tinha muito interesse em política e história. As outras duas representantes escolheram seus respectivos cursos pelas suas condições: a do PFA indicou que escolheu o campo da educação por ser mãe e que naquela época era uma profissão compatível com sua dupla jornada; a do PLN indicou que o direito lhe pareceu uma forma de se defender da discriminação e a falta de oportunidades que tinha.

No Brasil, no que se refere à escolha profissional, há deputadas com formação em serviço social (2), em pedagogia (1), medicina (1), direito (4), educação física (1) e administração de empresas (1). No que se refere às motivações⁶¹ que as levaram para estas áreas, elas atribuíram, com exceção da respondente do PSDB, às razões que podem demonstrar inclinação ao universo da política⁶². A deputada do PCdoB iniciou a formação em

⁶⁰ A deputada do PML não respondeu esta questão.

⁶¹ A deputada do PDT, PSD e do PSB não responderam essa questão.

Serviço Social, mas por conta da ditadura teve que sair e não finalizou o curso. Atribuiu o desejo de começar o curso em decorrência de uma família muito sensível às necessidades de sua comunidade e a uma formação em escola religiosa. Já a respondente do PMDB, formada em direito, atribuiu a sua escolha a ter se envolvido com grêmio estudantil ao longo da vida e por isso querer se envolver no combate às injustiças na escola. A representante do PP se tornou radialista após um convite feito durante a sua adolescência e acabou seguindo por essa carreira. Mais tarde, já como deputada, começou uma graduação em direito, que pausou para vir exercer o mandato atual.

A deputada do PRB é formada em direito, mas antes tinha feito um curso de auxiliar de enfermagem enquanto trabalhava como auxiliar de serviços gerais. Seu sonho na verdade era ser médica, mas enveredou pelo direito por que começou a trabalhar para um deputado - como assessora - e ele a instigou a seguir a carreira jurídica, sugerindo que seria fundamental para o trabalho dela no legislativo. A deputada do PR, a única respondente sem nível superior, declarou que tinha o sonho de ser juíza, mas por ter sido criada de forma bem tradicional o pai achava que o direito não era ambiente para mulher e a induziu a estudar Belas Artes, porque o sonho dele era que ela fosse uma musicista.

A respondente do PSDB declarou ter feito Administração de Empresas com o foco em desenvolver seus conhecimentos em gestão empresarial para qualificar sua participação no setor privado. A deputada do PT (1) só conseguiu entrar na universidade aos 40 anos e mencionou que foi fazer serviço social estimulada por uma colega e também pela impossibilidade de cursar medicina. A deputada do PT (2), por sua vez, escolheu a pedagogia, pela capacidade de transformação que acreditava que o magistério possuía.

Em consonância com o que é identificado de forma geral na literatura (LAWLESS, 2012; MARQUES, 2012), as profissões mais comuns nos dois contextos são as que são consideradas como “criadouros” políticos, como a educação e o direito. Como no caso das mulheres há uma divisão sexual do trabalho incidindo, soma-se a isso as profissões ligadas ao cuidado, como é o caso do serviço social.

5.2 O princípio na política, ingresso no partido e o lançamento da primeira candidatura

Esta seção foi pensada para entender melhor como é o primeiro momento em que as deputadas ingressam na carreira política e quais capitais mobilizam, visto que, por ser um

cargo importante na carreira política, em ambos os países, quando ingressam na Câmara/*Asamblea* muitas contam com **capital de ocupação de cargos políticos** fazendo parecer que as carreiras são mais homogêneas do que realmente são.

Entre as entrevistadas da Costa Rica tivemos diversidade em relação aos recursos mobilizados para ingressar e começar a disputar espaços na política partidária. A representante do PUSC possuía **capital familiar**: por ter crescido em um lar de lideranças partidárias, a política sempre foi parte do horizonte, mas, pela posição de destaque do pai, a deputada teve a oportunidade de aprender muito do dia a dia de um político, tendo o acompanhamento em campanha com apenas 19 anos, e, assim, conhecendo as comunidades e um contexto social que não era o seu e, principalmente, se tornando conhecida.

O fato de um parente próximo não necessariamente significa o apoio aberto deste familiar. Neste caso específico, ao ver a filha se envolvendo por conta própria na política partidária – inclusive apoiando pré-candidatos que não eram os que ele apoiava -, o pai demonstrava certa reticência por que achava “a política rude demais para as mulheres”. No entanto, com o apoio ou não do familiar, o principal já havia sido adquirido: o *know how* da política, que, mais tarde, foi fundamental para articular a sua primeira candidatura, que foi para o cargo de deputada:

Eu ganhei na assembléia nacional do partido por unanimidade... eram 81 assembleístas nacionais pelos 81 *cantones* do país...e eu tinha contra mim a presidenta e o secretario geral do partido...por que eles estavam acostumados a ligar e dizer “coloquem fulana” [...] bom quem iria votar em mim? Estes 81... isto queria dizer que eu teria de ir de norte a sul...de leste a oeste...fui na casa de todos eles bati na porta e disse “vim pedir seu voto”...quando ligaram para apoiar outra pessoa eles responderam “Não...a Ana já veio e nós já nos comprometemos com ela [...] Então...eu me inscrevi e me disseram “um monte de gente vai se candidatar também”...quando disseram “candidaturas para o segundo lugar de São José” levantei e fui pra lá e aí disseram “mais candidaturas” e eu vendo assim “agora todos que me ameaçaram que iam se candidatar vão levantar a mão aqui” e ninguém levantou a mão...então a presidenta disse “Bom, fica a _____ por aclamação. (Deputada PUSC)

A deputada do PAC (1) é fundadora do partido que participa. No contexto de luta contra a privatização da eletricidade no país no ano 2000, um grupo na Faculdade de Ciências Sociais, na qual ela era diretora, se articulou para incidir na causa. Através de um **capital convertido do campo acadêmico**, a deputada mesmo articulou seu ingresso na política partidária. No entanto, seu primeiro contato com a política não se deu aí, mas, sim, durante a sua graduação nos anos 1970, quando como aluna do curso de Serviço Social entrou em

grupos políticos de esquerda. Seu capital político não vem desta experiência por que sua participação foi interrompida:

As mulheres eram responsáveis por uma tarefa que não achávamos que era uma tarefa de direção... mas sim uma tarefa secundária...vender um jornal que produzíamos e fazer outras coisas...então apresentamos a assembleia geral do nosso partido...que era conduzida só por homens...que queríamos participar do processo de tomada de decisões...como não aceitaram fomos todas embora...abandonamos o partido político...só ficou uma companheira...essa é a razão que eu saio da vida política da esquerda...e começo a participar como professora em outro nível...o de eleição de autoridades universitárias e é no Partido Ação Cidadã...no ano 2000...que eu encontro um espaço político para trabalhar⁶³. (Deputada PAC (1))

Na trajetória política da deputada do PAC (1), ser mulher limitou suas possibilidades de atuação política. A oportunidade de atuar na política partidária veio apenas 30 anos mais tarde. É interessante salientar ainda que os movimentos estudantis são partes relevantes dos caminhos que levam a carreira parlamentar: como vimos no capítulo quatro, na Costa Rica, no balanço do período, o mais comum era que a primeira militância política fosse em partidos políticos, mas o segundo movimento com mais relevância era os Movimentos estudantis. O primeiro cargo eletivo que esta deputada concorreu foi o atual, que, por ter sido indicada pelo candidato à presidência para o posto, não enfrentou grandes dificuldades.

Assim como a deputada do PAC (1), a deputada do PFA foi uma das fundadoras de seu partido. Com uma longa trajetória de militância, ela já veio com um **capital de sindicatos**. Ela destacou que “sempre estive na esquerda”.O primeiro cargo eletivo que ela concorreu foi o equivalente a vereadora no contexto brasileiro (*regidora*), na legislatura anterior a atual. Para este cargo, como o partido ainda era muito pequeno, houve uma articulação para alcançar o posto: foi feita uma coalizão local com partidos pequenos que a colocaram como primeira na lista.

Já a deputada PAC (2) também possui **capital de movimentos sociais**. Por se destacar neste campo, ela foi convidada a compor os quadros do partido. A princípio, ela demonstra que queria muito mais estar influenciando na política do que estar na política partidária de fato:

⁶³Tradução livre de: “ *A las mujeres nos tocaba una tarea que nos parecía que no era la tarea de dirección...sino que era una tarea secundaria vender un periódico que producíamos y hacer otras cosas...entonces planteamos ante la asamblea general de nuestro partido que era conducida solo por hombres...que queríamos participar del proceso de toma de decisiones...y como no se nos acepto nos fuimos todas y abandonamos el partido político...solamente una compañera se quedo...esa es la razón por la que yo me salgo de la vida política de la izquierda...y empiezo a participar ya como profesora en otro nivel digamos... en la elección de autoridades universitarias y es en el partido acción ciudadana en el año 2000 donde encuentro un espacio político para trabajar*” (Deputada PAC [1]).

Tinha reservas com a política por que tinha a sensação que os políticos... que as pessoas que estão na política nunca fazem suficiente...que sempre estão pensando nelas mesmas...minha decisão de entrar se fundamentou [...] em ser uma grande oportunidade que fosse eu que tomasse decisões [...] A política bateu na minha porta e eu disse que sim⁶⁴ (Deputada PAC [2])

Entre as nossas entrevistadas, a deputada do PAC (2) foi a única que exerceu um mandato como deputada nacional anteriormente (2002-2006), sendo aquela a sua primeira disputa eleitoral. Sobre este pleito anterior, ela declarou não ter tido a necessidade de fazer nenhuma grande articulação, uma vez que como foi convidada pelo partido, foi colocada com muita facilidade na lista.

A deputada do PLN foi recrutada jovem e ingressou no seu partido aparentemente como militante sem destaque. Por ser mulher e negra, foi muito discriminada quando era jovem e se sentiu inclinada a ingressar na política, especialmente na ideologia social democrata. Uma vez nas listas do partido, era sempre convidada para participar dos eventos e aí foi se tornando ativa na máquina partidária. Apesar de já ser filiada, atribui sua ascensão dentro da máquina por ter sido assessora legal de um Ministro por mais de 16 anos. É possível dizer que ela tinha **capital delegado do campo político**. Como assessora, ela começou a conhecer os agentes destacados no campo e aprendeu o *know how* da negociação política. Ela destacou a importância do apoio que recebeu:

Alguns setores dentro do meu partido gostavam do meu trabalho... estavam me olhando... e foram surgindo diferentes padrinhos e madrinhas... eu os chamo assim agora mas naquela época pessoas que gostavam de como eu atuava...meu trabalho...minha trajetória⁶⁵. (Deputada PLN)

O primeiro cargo eletivo que a deputada do PLN concorreu foi à vice-prefeita, mas ela, em consonância com as algumas das deputadas entrevistadas do contexto costa-riquenho, disse que só foi colocada na lista, sem grandes dificuldades.

A deputada do PML, por sua vez, indicou que era ativa na política desde a adolescência. Em meados de 2008 ela foi convidada para participar do Movimento Libertário, um partido que, em suas palavras, tinha uma visão “um pouco mais machista”, mas que ela

⁶⁴Tradução livre de: “*Tenia reserva a la política porque tenía como la sensación de que los políticos...y la gente que está en la política nunca hace lo suficiente...que siempre están pensando en ellos mismos...mi decisión de entrar se fundamentó [...] era una gran oportunidad que fuese yo la que pudiera tomar decisiones [...] la política tocó a mi puerta y yo le dije que sí*” (Deputada PAC [2]).

⁶⁵Tradução livre de: “*Algunos sectores dentro de mi partido les gustaba mi trabajo...me estaban mirando...y me fueron saliendo diferentes padrinos y madrinhas...les llamo así ahora pero en este tiempo...personas que les gustaba mi actuar...mi trabajo...mi trayectoria...*” (Deputada PLN)

acreditava na ideologia. A deputada não mencionou na entrevista, mas seu marido havia sido prefeito pelo mesmo partido, o que, possivelmente, lhe garantiu **capital familiar** para disputar dentro da máquina partidária. Ela entrou já bastante ativa e foi galgando cargos no interior da máquina partidária, na formação das estruturas políticas de base e conseguiu chegar a ser candidata em segundo lugar da lista de sua província⁶⁶. Não venceu, mas continuou na articulação.

Entre as costa-riquenhas, metade teve o primeiro contato com o mundo político em instituições partidárias (PUSC, PLN, PML) e a outra metade em movimentos sociais e sindicatos (PAC 1, PAC 2 e PFA). É interessante destacar que, como mencionamos no capítulo um o PLN e PUSC, reconhecidos como partidos tradicionais, são mais antigos na cena nacional. Com um recrutamento mais sólido ao longo do tempo, possivelmente, são mais atraentes – e suficientes - como espaço para ascender politicamente. Já o PAC e PFA, ambos fundados nos anos 2000, são novos e se construíram como oposição à forma “tradicional de fazer política”. Possivelmente por isso são formados por agentes que já estiveram ou estão ativos em movimentos sociais e sindicatos.

Já entre as brasileiras, o primeiro envolvimento efetivo com o mundo político se deu primordialmente em movimentos sociais e associações comunitárias (PCdoB, PT [1], PT [2]), grêmios estudantis (PMDB, PSDB), partidos (PDT⁶⁷, PSD, PP), organizações religiosas (PRB) e também em ONGs (PSB e PR), em condições muito específicas, como veremos a seguir.

Partindo para o contexto brasileiro: o primeiro contato da deputada do PCdoB com a política foi enquanto estudante secundarista, parte da juventude estudantil católica, que se organizava em movimentos revolucionários nos quais ela militou ativamente no contexto da ditadura, chegando a viver de forma clandestina por vários anos. Quando questionada sobre como decidiu entrar na carreira parlamentar a deputada respondeu:

Não é bem assim por que eu decidi... as circunstâncias da vida política conduzem você dentro de um projeto coletivo a assumir tarefas...então do período que eu era clandestina eu trabalhava muito na comunicação[...] e no período quase no final da clandestinidade...antes da anistia...eu já estava trabalhando numa associação comunitária numa creche [...] nesse período também eu integrei a luta...o movimento de luta contra a eucaristia...e nessa atividade foi se aproximando surgiu um movimento de mulheres no Brasil...e eu fui me identificando mais com a atividade de mulheres...é...dentro disso...eu...é...num momento determinado já em 1972 eu

⁶⁶ Essa deputada não foi perguntada se a iniciativa de sua candidatura era sua.

⁶⁷ Essa deputada declarou ser inspirada pelo Movimento Estudantil, mas não declarou ser militante. A do PDT também declarou “que fazia trabalho social” mas sem especificação nenhuma de ser alguma organização, então incluímos ambas começando em partidos.

filei ao PCdoB...e a partir daí nós fomos crescendo o debate em torno da questão da mulher...e nas circunstâncias de _____na disputa de 1997 o partido me indicou para ser uma das candidatas... (Deputada PCdoB)

A deputada entrou na política partidária com um **capital de movimentos sociais**. Ela reiterou mais de uma vez que a iniciativa foi do partido que sempre procurou – em especial depois dos anos 80- buscar o protagonismo das mulheres. Como ela era um quadro antigo e que passou pela “luta política” foi convidada, ela se dispôs.

A representante do PDT, por sua vez, atribuiu a sua entrada na política, em um primeiro momento, ao marido:

Eu comecei nova ainda... trabalhando...através até do meu esposo que foi prefeito né...municipal....a gente já tinha um trabalho social já que fazia parte de nossa vida e que nós acompanhávamos...e ele passou a querer estar na política...e como esposa eu acabei acompanhando...eu gostei...me identifiquei com o trabalho...e nós fomos assim traçando nossa própria carreira. (Deputada PDT)

Com o **capital familiar**, os primeiros cargos que esta respondente teve foram os de Secretaria Municipal, ocupação que foi lhe garantindo a geração de um **capital de ocupação de cargos no próprio campo**, que foi decisivo para o convite para a sua primeira candidatura, de deputada estadual:

Foi uma decisão tomada pelo partido... não foi uma decisão pessoal [...] **[Foi por conta das cotas?]** Não...não...não[...] foi pela força que o nome tinha...a possibilidade que tinha...na época estávamos em um município grande [...] todos achavam que eu era o nome que no momento tinha mais potencial para poder ser eleita. (Deputada PDT)

No momento em que concorreu ao primeiro cargo, ela declarou que o marido não só apoiou sua candidatura, como “tava decidido antes de mim né?”. A única resistência, de saída, foi a dela mesmo: por ter experiência de muitas campanhas, achava que seria muito cansativo ela e o marido estarem de dois em dois anos se dedicando a isso. Mas na máquina partidária em si não teve nenhuma resistência, não teve que articular nem forçar nada. No entanto, o mesmo capital familiar que é um facilitador por um lado, gera algum desconforto ao longo da campanha:

Eu sofri muito preconceito na primeira eleição por que era esposa de prefeito [...] mas aí depois foi consolidando por que outras esposas de prefeito não foram reeleitas e eu fui a mais votada então isso foi diferenciando o nosso trabalho né [...] muitos perguntavam “Mas você não acha que o fato de você estar aqui é por que...” e a gente sempre respondia: todo político homem também ele tem um cabo

eleitoral... ele tem um coordenador de campanha...ele tem um companheiro político...tem um prefeito que apóia... agora nós mulheres por que o prefeito é marido... aí já...todos os deputados a mulher apóia também....e nessa época nós tínhamos dois deputados que a mulher era prefeita...mas ninguém questionava... (Deputada PDT)

A deputada do PMDB, também dotada de **capital familiar** gerado da participação de seu **esposo** na política, por uma predileção pessoal com liderança e representação política – mais especificamente em grêmios estudantis- declarou que sempre se interessou por política:

Eu sempre fui muito militante política... por conta de grêmio [...] mas nunca me vi como candidata...mas sim como defensora dessa importância do processo político...depois de um certo tempo eu fui uma incentivadora do meu marido ser candidato a deputado federal [**Você incentivou ele?**] ele não queria ser...eu que incentivava por que eu achava que o perfil profissional dele além do trabalho dele na área educacional [...] mostravam...num é por que ele era meu marido não...a importância dele no parlamento[...] nunca me filiei a partido....só me filiei quando meu marido foi candidato [...] foi nos anos 1980... (Deputada do PMDB)

Apesar de sentir que a política era parte constitutiva de si mesma, ela optou por estimular o marido. O ingresso na política partidária efetivamente se deu apoiando ele. Ela só foi concorrer nos anos 2000. Como a deputada do PDT que também possuía capital familiar proveniente do esposo, ela destacou - em mais de uma oportunidade - que sua carreira política era um empreendimento seu:

Não me via no quadro legislativo... mas eu sempre tive um perfil muito executivo...então no ano de 2000 eu disputei como primeira mulher a prefeitura de Niterói a cidade que eu morava [...] essa sim foi uma experiência direta forte...minha....isso foi assim fatal para mudar a minha visão para estar mais ainda dentro da política....e quero fazer um parêntese que a base eleitoral do meu marido é em outra cidade...que também as vezes as pessoas dizem assim “ah ela é mulher de deputado”...a gente convive junto...tem os ideais juntos...mas a minha base política era diferente dele nesta época...(Deputada PMDB)

A deputada do PP, a única com **capital convertido do campo midiático**, não tinha vida política ativa antes de ser convidada por um partido para lançar sua primeira candidatura para vereadora:

Apresentava um programa de televisão [...] dentro de um determinado momento acabei sendo convidada em 1996 para ser candidata a vereadora [...] eu de fato nunca tinha pensado na política... eu fazia um trabalho até social mas não como militante...eu fazia...a própria característica do meu programa...na época apresentando...tinha este lado de ouvir as pessoas...[...] eu não fazia parte de nenhum partido...recebi um convite...acabei me filiando né... e no ano posterior da eleição fui convidada para ser candidata... só que eu nem imaginava o que seria ser candidata...então acabei aceitando e depois entendi que eu tava ali preenchendo

cota...eles precisavam de mulheres e pela minha atividade [...] o fato de estar na comunicação eu penso que também me chamaram muito mais por isso [...] Eu não entrei mas comecei a querer entender melhor o processo político...inclusive a nossa participação na política...o que nós queremos? [as mulheres]. (Deputada PP)

O caso da deputada do PP demonstra claramente a racionalidade dos partidos de trazerem mulheres, e no caso dela com o adendo de ser alguém na mídia, que possivelmente poderia atrair muitos votos, para ocupar o espaço de candidata, mas sem dar o suporte necessário. Apesar de ter sido convidada, ela apontou que não foi tão fácil disputar a vaga internamente dentro do primeiro partido que se lançou porque por ser comunicadora entendiam que ela teria mais facilidade de alcançar as pessoas. A deputada perdeu a primeira eleição, mas esta primeira derrota teve o efeito de atraí-la para o campo da política.

O primeiro contato com a política da deputada do PRB, além da assessoria ao deputado que mencionamos, foi em um grupo de jovens evangélicos que atuava em ações comunitárias para outros jovens. Ela passou a liderar este grupo e eles perceberam que precisavam de mais apoio. Assim, este grupo sugeriu que ela se lançasse como vereadora, configurando-se, portanto, como um **capital do campo religioso**. No início ela disse que resistiu por que pensava que a política era coisa de ladrão, mas depois acabou aceitando. Com isso, ela buscou um partido e se lançou. Quando questionada sobre como foi a sua primeira incursão na política partidária ela declarou:

Difícil viu... você já viu que eu tenho todas as agravantes reunidas né? difícil por que o partido... eu to falando aí de 1995...os partidos[...] não tinham a figura da mulher é...como essência para tar alí disputando a eleição...e era aquela coisa quase que a mordada mesmo...você pedia a palavra era ignorada[...]queria falar passava batido...ou então queria zombar... “você não entende nada... você não sabe de nada”... então foi uma experiência muito difícil...e além do que a gente tem outras agravantes...tenho a agravante de ser mulher preta...mulher evangélica...e pobre...então tipo assim eu era uma candidata sem voz [...] eu não fiquei satisfeita e eu passei pro outro partido. (Deputada PRB)

Apesar desta dissertação não ter como variável central o debate racial, estava entre os objetivos entender como mulheres diversas constroem suas carreiras. Uma vez dada a palavra às deputadas negras (duas em cada país), como no excerto acima, o racismo apareceu como limitador. Neste sentido a fala desta deputada nos leva a considerar na análise destas trajetórias, ainda que tangencialmente, o conceito de **interseccionalidade**. Cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989 *apud* OGANDO E ASSIS, 2013) ele foi formulado pensando exatamente que a produção teórica feminista formulava conceitos que limitavam a explicação da realidade das mulheres negras. A perspectiva demonstra que nem sempre lidamos com

grupos diferentes, mas também com grupos sobrepostos, sendo o conceito então um instrumento que permite entender as conseqüências de diversas formas de subordinação.

Uma pergunta que foi feita mas não foi incluída neste trabalho, por ser mais relacionada a atuação das parlamentares, foi as possíveis discriminações que as deputadas tenham sofrido no parlamento especificamente por ser mulher. A utilizaremos a título de exemplificação dos efeitos da intersecção porque o tema de assédio sexual apareceu apenas duas vezes, com uma deputada negra de cada país. No caso da brasileira, ela mencionou que em seu primeiro mandato os colegas parlamentares apostavam quem iria dormir com ela antes. Já a deputada da Costa Rica disse que o tema da sexualização sempre está presente. Adicionou ainda o recorte de idade, porque quando os parlamentares consideram as mulheres como parte do mercado da sedução, o tratamento é um, e quando te enquadram na categoria “senhora” o tratamento é outro. Inclusive, segundo a deputada costa-ricense, as vezes ocorre desqualificação por isso.

A presença dessa narrativa especificamente com essas deputadas negras evoca a questão da hiper-sexualização de tais mulheres. Uma construção que em contextos coloniais vem desde a escravidão, momento em que os corpos das mulheres negras eram posse e estavam disponíveis a qualquer momento. A partir dessa disponibilidade, criou-se este mito, que vem se recriando de diferentes formas no período pós-escravidão. (COLLINS, 2000 apud OGANDO E ASSIS, 2013).

Vale adicionar ainda que a intersecção específica apontada pela respondente do PRB de raça, classe, gênero e religião é especialmente fecunda para o caso brasileiro, uma vez que está presente nas trajetórias das três deputadas que se declararam pretas – em seus registros de candidaturas no TSE.

Voltando às trajetórias, a entrada da deputada do PR foge um pouco da regra de mulheres vindas de movimentos sociais *versus* capital familiar que usualmente aparece na literatura (PINHEIRO, 2006). Por ter uma vítima de uma fatalidade em sua família, ela criou uma ONG para articular formas de ajudar as famílias que passaram pela mesma situação. Com o tempo percebeu que precisava se tornar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para poder receber fundos do governo e financiar as ações empreendidas pela organização. A princípio, ela achou que sendo filiada seria mais fácil conseguir os financiamentos. Assim, por iniciativa própria, ela procurou e ingressou em um partido. Sua candidatura à Câmara, no entanto, adveio de um estímulo externo:

Eles me procuraram. Eu não queria...tanto é que faltava 20 minutos para encerrar as inscrições para deputada federal [...] estava só apenas filiada...e daí o jovem chegou pra mim e falou Dona _____ vamo sair? e eu falei pra ele “não... não vamos sair por que isso não é pra mim...a política não é pra mim...eu to aqui no meu canto fazendo a minha política pura ajudando as pessoas”...mas cê precisa...a gente precisa de gente como a senhora...a senhora vai poder fazer muito mais “...daí eu olhei pra ele e ele falou assim pra mim...” que duro né? quem pode não faz e quem quer fazer não pode fazer” ... e daí aquilo me machucou por que eu tinha perdido meu pai há 6 meses e meu pai falava muito isso [...] e aí eu falei ah me dá esse papel aqui, assinei e ele levou e deu no que deu... (Deputada PR)

A deputada do PSB tem uma trajetória semelhante à do PR: era totalmente alheia a política até que passou por uma tragédia familiar. Com este revés da vida, ela e seu esposo fundaram uma ONG para trabalhar com famílias que passavam pela mesma situação e também para pressionar o poder público. A princípio, com a visibilidade das ações, foi convidada por vários partidos, mas só se interessou em se candidatar mais tarde:

Só depois né de muito tempo...acho que dá uns quatorze anos...que eu vi que as coisas não tavam indo muito bem né a gente...por parte de algumas autoridades aí tratavam muito mal as famílias vítima de violência...e aquilo eu tomei como...sabe? defesa mesmo das vítimas. (Deputada PSB)

A primeira candidatura já foi para deputada. Ela escolheu o partido que mais se identificava e declarou que não recebeu muito apoio para lançar a candidatura:

Eles não deram valor pra mim...eu queria que eles me ajudassem pra mim erguer a minha campanha né? Mas eles falaram...eles falaram...não vou investir...eles não acreditaram em mim e no meu marido...mas aí assim foi a campanha mais barata do Brasil...foi com voluntários...sabe? as mulheres saíam nas ruas pedindo votos...a gente via que...quando eles viram a gente sair em um minutinho lá na TV eles começaram a procurar nós [...] foi realmente uma corrente do bem... (Deputada PSB)

A deputada do PSDB atribuiu seu primeiro contato com a política ao fato de ter sido presidente do centro acadêmico de sua graduação. Seu primeiro cargo, não eletivo, foi uma indicação para ser secretária em uma pasta do seu município, mesmo sem ter história partidária. Através de um **capital convertido de outros campos**, no caso o da **gestão empresarial**, ela foi convidada pelo prefeito para compor um “gabinete técnico” em seu município. Ela participa e só no final do mandato se filia e, novamente a convite do prefeito, se lança a vereadora.

No que tange ao início na política, a deputada do PSD comentou que enquanto estudante de pedagogia teve contato com o Movimento Estudantil. Depois, por seu marido ingressar na política partidária ela foi ativa nas diversas campanhas e mandatos dele:

Eu cultivava dentro de mim desde a época do movimento estudantil...de ter uma participação política...mas a mulher...né? igual eu tinha que fazer o enfrentamento do mercado de trabalho...me formei médica...tive que trabalhar...é...ajudava o marido também...quatro filhos...tinha que ajudar...aí no momento que meus filhos já tavam crescidos...meu marido já tinha realizado sonho dele de participar...e aí eu falei..."agora é minha vez"...e aí me lancei como deputada federal e foi meu primeiro mandato [...] minha primeira campanha. (Deputada PSD)

Na trajetória dela, a questão da dupla jornada de trabalho e a priorização da carreira do cônjuge foi central para adiar o ingresso pessoal na política partidária. No entanto, assim como na trajetória da deputada do PMDB, o mesmo núcleo familiar que “retardou” seu ingresso gerou o capital político para conseguir uma candidatura facilmente:

No PSC, como era um partido pequeno e eu tinha toda essa história com política...é de já ter trabalhado com política e do meu marido ser prefeito a gente conseguiu com mais facilidade. (Deputada PSD)

A representante do PT (1) era liderança ativa e se destacava nas organizações comunitárias e no movimento negro. A política partidária foi um desdobramento dessas atividades:

Estava acontecendo muita coisa ao mesmo tempo mas tava acontecendo uma coisa nova que era a criação de um partido [...] então foram me procurar no _____ por que viam como eu era dinâmica né? eu era a secretária da associação [...] “vamo pegar a _____ para ela chefiar o departamento feminino”[...] presidente do departamento feminino das comunidades...então aquilo me fez ter uma atividade...atuação grande com a mulherada [...] chegou em 1982 foi a primeira eleição do partido...o partido tinha que ter candidatos para poder ter o seu registro ali...aí o que foi que a mulherada fez... “a _____ vai sair candidata a vereadora” ...Eu tremi na base “como que eu vou ser candidata a vereadora gente? Ninguém vai votar em mim”...”mas tem que ajudar o partido...todas as lideranças tem que ir...pro partido poder ter vez e ter voz. (Deputada PT [1])

Apesar de não acreditar em um primeiro momento, o apoio do movimento que ela liderava foi o combustível para o lançamento de sua candidatura. A deputada do PT (2), em consonância com a trajetória da outra representante do seu partido, participava de movimentos dentro do seu próprio bairro e também em movimentos estudantis no ensino médio:

O meu objetivo pessoal era participar das lutas sociais ...dos movimentos sociais...eu fazia participação militante já no sindicatos dos professores [...] eu tava dando aula já pra crianças em uma região periférica de _____ eu não tinha uma intenção pessoal de ser candidata a vereadora...mas era necessário naquele coletivo que encontrasse alguém que fosse candidato...enfim, que respondesse...pudesse representar segmentos de juventude ...na época eu tinha 24 anos eu acho...25...e entre as mulheres também...então eu fui candidata neste contexto...mas eu nem tinha uma expectativa de ser eleita [...] **[mas aí como foi ? as pessoas te estimularam a lançar candidatura?]** foi uma decisão dentro da juventude e dentro do PCdoB [...] mas eu realmente fui participar com o sentido de contribuir e organizar estes segmentos mesmo eu achando que não ia ser eleita...mas acabei sendo eleita. (Deputada PT (2))

A representante do PT (2) mencionou ainda que, quando concorreu a essa primeira vez, o seu antigo partido, apesar de muito afeito à participação feminina, priorizou a candidatura masculina que foi mais estruturada. Isso também porque seu oponente possuía mais vivência política. No entanto, ele não foi eleito.

Como pudemos ver, portanto, no lançamento da primeira candidatura, com exceção da deputada do PUSC na Costa Rica e a do PSD e do PSB no Brasil, a maior parte das deputadas em ambos os países disseram que em um primeiro momento não decidiram, por iniciativa, ir disputar cargos. A decisão foi atribuída, de maneira geral, à articulação de movimentos sociais, convites do partido ou personalidades políticas.

5.3 Chegando ao poder legislativo nacional: capital e carreira política

Esta seção é a que sintetiza a carreira política das entrevistadas, começando pela Costa Rica, na figura abaixo podemos ver o caminho que cada deputada trilhou⁶⁸. O primeiro comentário que é possível fazer sobre estas trajetórias é que até chegar na *Asamblea* todas construíram uma trajetória de intensa atividades e trocas com seus respectivos partidos.

⁶⁸ A figura foi pensada como uma forma de sistematização da carreira que a deputada declarou ter no website da *Asamblea Legislativa* que foi confirmada ao longo da entrevista. Neste sentido, foram destacados os cargos incluídos na biografia. Como era de se esperar de um sistema com lista fechada há muita participação na máquina partidária.

Figura 3: Carreira das Deputadas da Costa Rica

PAC 1	Tesoureira Nacional	Dirigente territorial	Coordenadora Nacional	Presidenta Provincial Cartago	Deputada Nacional
PAC 2	Consultora Organismos Internacionais		Deputada	Candidata a Vice-Presidência Pré-candidata à Presidência	Deputada Nacional
PFA	Comitê Executivo Provincial/Assembleia Nacional			Regidora 2010-2014	Deputada Nacional
	Sindicalista				
PLN	Ministra de Governação e Polícia	Ministra de Justiça Tribunal de Ética	Vice-Prefeita San José	Ministra da Condição da Mulher /INAMU	Deputada Nacional
PML	Representante cantonal provincial		Candidata a Deputada Diretiva da JAPDEVA	Secretária Geral do Comitê Executivo Nacional	Deputada Nacional
PUSC	Conselho Nacional de Reabilitação Educação Especial	Programa Triângulo de Solidariedade	Vice-Ministra de Segurança Pública	Deputada 2006-2010	Vice-Presidenta da República

Legenda:

Executivo	Partidários	Legislativo	Movimentos Sociais/Sindicatos Associações	Cargos técnicos acadêmicos	Empresa Pública
-----------	-------------	-------------	---	----------------------------	-----------------

Fonte: Elaboração própria com *Asamblea Legislativa* e das entrevistas.

A deputada do PAC 1, que se manteve professora universitária enquanto era ativa no partido, com o status de fundadora já começou em um posto de direção: o de Tesoureira, que está entre os três postos mais altos da hierarquia partidária. O partido tinha a paridade de gênero como prioridade dentro do estatuto e ela menciona que por isso era obrigatória a presença de uma mulher no Comitê Executivo Nacional⁶⁹. Nos anos seguintes sempre foi dirigente nos diversos níveis até que foi incluída na lista como candidata para o legislativo nacional. Ela aponta que sua indicação é fruto da possibilidade da/o candidato a presidente poder escolher quem encabeçará a lista, e por isso ela foi o primeiro lugar da província de

⁶⁹ Neste sentido vale adicionar que segundo Campos e Rodríguez (2015) o PAC é o partido que mais conseguiu chegar perto da paridade no período compreendido entre 1949-2014, tendo 47,7% das/os representantes na Asamblea sido mulheres. A título de comparação o que vem em segundo lugar é o PML com 21,7%, seguido do PLN com 17,2% e o PUSC com 16,9%.

Cartago. Neste sentido, quando questionada sobre as possíveis lutas que sua candidatura pode ter enfrentado ela responde:

Não há dificuldade...as dificuldades vêm depois para muitas outras mulheres...eu acho que sou privilegiada [...]. Não é que não tenha me custado..., mas é que o caminho estava ali⁷⁰ (Deputada PAC 1).

A deputada do PAC (2) foi convidada para o partido para compor os quadros e disse que em um primeiro momento foi muito bem aceita e se sentiu muito à vontade por que tinha uma compatibilidade de agenda com a organização. Ela rapidamente se converteu em uma das principais figuras do partido. Depois do primeiro mandato como deputada chegou a ser candidata a vice-presidência ao mesmo tempo em que foi presidenta do partido. A sua ascensão foi meteórica, no entanto, não foi ilimitada:

Tempos difíceis são a partir do momento que eu quis e me propus a ser candidata à presidência...quando...digamos...eu sai do espaço confortável de ser a segunda do líder fundador do partido e considerei [...] que para o ano de 2010 Costa Rica deveria eleger uma mulher presidenta...e eu coloquei isso diretamente a nosso líder fundador ...e ele disse que não...ele ia tentar uma terceira vez em 2010 [...] não chegamos a um acordo e depois de ser uma equipe nós nos tornamos oponentes políticos e aí digamos que começaram meus momentos mais difíceis na política porque as pessoas de alguma forma te qualificam de mal agradecida...de como...de alguma maneira...arrogante...de desconsiderada...que era a vez do outro né? E eu estava convencida de que podia executar bem e tinha conhecimento para isso e bom, eu tinha certeza do que aconteceu...em 2010 o país ia eleger uma mulher presidenta...e aí é onde começa o conflito de um partido que vai crescendo com mais nichos de poder...com mais discussões e inclusive mais contradições internas em termos ideológicos e programáticos [...] ⁷¹ (Deputada PAC 2).

Assim como a deputada do PAC (2), que enfrentou desafios quando decidiu ascender, outra deputada que enfrentou resistência foi do PML, que chegou ao extremo de levar a sua ruptura com o partido. Esta deputada foi *asambleísta* do partido em todas as instancias,

⁷⁰Tradução livre de: “Entonces no hay dificultad...las dificultades vienen después para muchas otras mujeres...yo creo que soy privilegiada [...] No es que no me ha costado, pero digamos que el camino estaba ahí” (Deputada PAC 1).

⁷¹Tradução livre de: “Tiempos difíciles son a partir del momento que yo quise y me propuse a ser candidata a la presidencia...cuando digamos me salí del espacio cómodo de ser la segunda del líder fundador del partido y consideré[...] que para el año 2010 Costa Rica debería elegir una mujer presidenta...y se lo planteé directamente a nuestro líder fundador [...] y él dijo que no...él iba por una tercera oportunidad en 2010 [...] y no llegamos a ningún acuerdo y nos convertimos después de ser un equipo en oponentes políticos y ahí digamos que empezaron mis momentos más difíciles en la política porque la gente de alguna manera te califica de mal agradecida...de cómo de alguna manera...como arrogante...de desconsiderada...que al otro era al que le tocaba verdad? Y yo estaba convencida de que lo podría hacer bien y que tenía conocimiento para hacerlo y bueno además estaba segura de lo que paso...en 2010 el país iba a elegir una mujer presidenta. Y ahí donde empieza un conflicto digamos que...de un partido que va creciendo y donde hay más nichos de poder donde hay más discusiones e incluso más contradicciones internas en términos de lo ideológico y lo programático [...]”⁷¹.

ocupou cargos no Comitê executivo nacional, e conseguiu articular estar em segundo lugar da lista na eleição de 2010 e não conseguiu a vaga por apenas 200 votos. Para a eleição de 2014, ela articulou sua candidatura e venceu o candidato que tinha “a benção” da cúpula do partido e conseguiu ser a primeira da lista e venceu. Sobre esta subida ao poder ela afirmou:

No momento em que...é...como pessoa comecei a escalar nestes cargos...por que conseguia articular [...] que cheguei a ocupar inclusive a secretaria geral do partido...e que depois cheguei a ser deputada...aí eu comecei a incomodar...por que eu tinha um poder real e queria exercer⁷² (Deputada PML)

O salto que a deputada quis dar foi ser a chefe do partido na *Asamblea*. Segundo sua narrativa, o acordo foi que o líder histórico do partido seria o chefe do partido no primeiro ano e no seguinte seria ela. No ano seguinte o deputado não quis sair e declarou que ficaria durante toda a legislatura e isso desatou uma disputa que a levou a se desligar do partido e se declarar deputada independente em 2016, poucos meses antes de nossa entrevista.

Essas situações mencionadas da deputada do PML e da PAC (2) não permitem que afirmemos que mulheres tem mais resistência para ascender que homens, para isso teríamos que analisar sistematicamente as trajetórias de homens também. De saída a resposta mais plausível é que esta é a dinâmica intrínseca ao campo político⁷³. No entanto, o que estes casos nos permitem afirmar é que a ideia de não ambição progressiva feminina é discutível. Estamos vendo casos de mulheres que não só estão querendo cargos mais altos/de destaque e para isso estão disputando e arcando com o alto custo de desafiar lideranças históricas de seus respectivos partidos.

A deputada do PFA tem uma longa trajetória de movimentos sociais e é sindicalista da área educacional. Foi uma das fundadoras do seu partido e se manteve ativa ocupando concomitantemente cargos de liderança tanto nos sindicatos como no partido. Entre as entrevistadas foi a única deputada a ter ocupado o cargo de *regidora*, o equivalente a vereança no Brasil. Já para o cargo de deputada foi diferente:

A política te leva não por que eu queria chegar lá...mas por que dentro do partido...dentro das ações e decisões que se tomam me oferecem vir como

⁷²Tradução livre de: “*En el momento en que...este...como persona empecé a escalar en estos puestos...porque lograba articular [...] que llegué a ocupar incluso la secretaría general del partido...y que después llegue a ser diputada...ahí entonces empecé a estorbar...porque ya tenía un poder real y quería ejercer*” (Deputada PML).

⁷³ No contexto brasileiro impossível não lembrar do caso Andrea Matarazzo, militante histórico do PSDB de São Paulo que foi “traído” e não foi lançado como candidato à prefeitura em 2016 pelo partido em detrimento do atual prefeito de São Paulo Dória.

candidata...não para que eu fique...,mas para que o impulso que eu traga e os votos que eu consiga levem o primeiro lugar...que é um homem [...]⁷⁴. (Deputada PFA)

Em diversos momentos a deputada menciona que ela veio na lista de “recheio”. O seu partido era novo, pequeno, de esquerda e por ter tido apenas um deputado eleito na legislatura anterior não tinha nenhuma garantia que tinha potencial eleitoral para levar ninguém além da primeira pessoa da lista, ela sendo a segunda não esperava ser eleita.

A deputada do PLN, conta com uma larga trajetória política, a tônica da sua entrevista foi demonstrar que foi convidada para seus cargos como resultado do reconhecimento pelos pares: “a maioria [dos cargos] foram técnicos...os cargos políticos são os que digamos foram derivados do meu trabalho”. Tudo começou após sua longa trajetória como assessora legal:

Eu tinha trabalhado com ele [o presidente eleito]...então o convite foi ...“eu gosto do seu trabalho e gostaria que você me acompanhasse”...e eu disse “sim claro...eu quero trabalhar de assessora[...] de um presidente” e ele me disse “não...de Ministra” e eu [faz expressão de surpresa] “ eu não sou política ”... “não importa...não importa” [...] ele disse “assim como você liderou o gabinete e a mim você pode liderar um ministério”...e assim foi como eu comecei a minha carreira propriamente política [...] não é que eu não tivesse participado no partido...eu trabalhava nas eleições [...] organizava grupos ...era fiscal...ou seja eu era ativa dentro do partido...até fui membro do Tribunal de Ética do partido...⁷⁵ (Deputada PLN)

Segundo sua narrativa o passaporte que a levou para o cargo de Ministra de Governança e na sequência para o cargo de Ministra de Justiça, de vice-prefeita da capital do país (São José) e a Ministra da Condição da Mulher/INAMU foi o seu trabalho técnico. No entanto, como todas as outras, reconhece também que manteve atividade partidária ativa. Para corroborar a lógica do “seu recrutamento” para o primeiro ministério a deputada explicou como foi a articulação para conseguir o cargo no INAMU:

Fui colocada pela Ex-Presidenta Laura...ela...eu trabalhei como prefeita...e aí...inclusive antes...eu sempre dei um jeito de trabalhar...em questões de direitos humanos...pelo racismo e de gênero...por que eu sou mulher...e negra...sempre

⁷⁴Tradução livre de: “*La política te arrastra no porque quería llegar...sino porque dentro del partido...dentro de las acciones y decisiones que se toman me proponen a mí venir de candidata ...no para que quede yo...sino para que el impulso que yo traiga y los votos que yo halle lleve al primer lugar... que es un varón*”. (Deputada PFA)

⁷⁵Tradução livre de: “*Yo había trabajado con él...entonces la invitación fue... ”me gusta tu trabajo y me gustaría que me acompañaras” y yo dije “sí claro...yo quiero trabajar de asesora” [...] y me decía “no...de ministra” y yo [faz expressão de surpresa] “yo no soy política”... ”no importa...no importa” [...] él dice “así como me manejaste la oficina y me manejaste a mí puedes manejar a un ministerio”.... y ahí fue donde empecé mi carrera ya propiamente política...[...] no era que yo nunca estuve en el partido...yo trabajaba en las elecciones....en las mesas en el día de las elecciones...organizaba grupos...o era fiscal...o sea yo era activa dentro del partido...hasta fui miembro del tribunal de ética del partido.... ” (Deputada PLN).*

digo...é uma discriminação dupla [...] na prefeitura meu forte era a parte de gênero [...] eu tive muito trabalho neste sentido...e isso fez com que me conhecessem politicamente [...] Laura e eu tínhamos sido colegas quando eu fui ministra da primeira vez [...] ela não me perguntou...ela me disse “não tem escape”... [...] e eu lhe disse “não...eu quero uma embaixada” me disse “olha eu preciso que você me ajude”[...] e eu: “Como? Não... não...não...não...eu quero uma embaixada” [Laura responde] “a embaixada é um desperdício...como que você vai embora do país?”... e me colocou no INAMU⁷⁶“(Deputada PLN)

A sua trajetória demonstra como o campo privilegia a experiência em postos políticos propriamente ditos. Neste sentido, se há poucas mulheres ocupando estes postos elas serão menos “aptas” a seres consideradas para outros cargos mais altos⁷⁷ tanto por não terem podido demonstrar seu trabalho como por não serem conhecidas pelas pessoas que tem poder de decisão – que usualmente não são mulheres -. Apesar dessa deputada não destacar a importância do partido e das disputas políticas intrapartidárias para alcançar seus postos, quando questionada sobre algum tipo de discriminação que tenha sofrido ela respondeu que na organização muitas vezes questionaram por que ela era a opção para determinados cargos e indicou que uma trajetória consistente no partido é precisa para ser deputado. Para o seu mandato atual ela conseguiu ser colocada na lista pelo candidato à presidência. Sem dúvida o capital da deputada é consistente, uma vez que na segunda vez que retornamos para entrevistá-la ela tinha sido eleita chefe do partido na *Asamblea*, lembrando que é o partido com mais representantes do país (18 deputados).

Por fim, a representante do PUSC, após toda a socialização infantil e adolescente na máquina partidária a partir do **capital familiar** se tornou um quadro relevante que era acionada pelos candidatos presidenciais do partido. Após ter uma filha com síndrome de *down* ela saiu um pouco da vida política partidária, mas isto a inclinou a se tornar ativa em organizações sociais para pessoas com deficiência. Após anos nesta frente volta a apoiar um candidato à presidência e este vence e a indica como Diretora Geral do Programa *Triángulo de Solidariedad*. Após o término deste mandato foi convidada pelo presidente seguinte para

⁷⁶Tradução livre de: “Fui designada por la Ex Presidenta dueña Laura...ella...yo trabajé como alcaldesa, ahí...incluso antes...yo siempre trate de trabajar...o meterme en cuestiones de derechos humanos...por lo de racismo...y de género...porque soy mujer...y negra...siempre lo digo...es una doble discriminación [...]. en la alcaldía mi fuerte era la parte de género [...] en la alcaldía tuve mucho trabajo en este sentido...y eso hizo que me conocieran políticamente[...] Laura y yo habíamos sido compañeras cuando fui ministra la primera vez [...] no me pregunto...me dijo...”no tienes escape”...yo quería una embajada... ya había participado en la política y todo [...] y le dije que “no... yo quiero una embajada” me dijo “mira necesito que me ayudes”[...] y yo: “cómo? no nono no...yo quiero una embajada”... “la embajada es un desperdicio...como te vas a ir del país”. ..y me puso en el INAMU” (Deputada PLN).

⁷⁷ Para elucidar melhor essa questão trazemos o dado das mulheres em gabinetes ministeriais segundo os dados do Observatório de igualdade gênero da América latina e Caribe no último período a Costa Rica teve 38,1% e o Brasil 18,2%. Disponível em: <http://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-executivo-porcentagem-mulheres-nos-gabinetes-ministeriais>

ser Vice-Ministra de Segurança Pública. Meses antes de acabar renunciou e foi ser candidata a deputada com a articulação que mencionamos na sessão anterior. Neste momento o capital central se tornou o **delegado do próprio campo político** gerado pela ocupação de cargos no primeiro escalão. Ainda assim a deputada menciona que o apoio do pai foi presente em duas frentes: auxílio financeiro, já que ela era chefe da sua família, e também na campanha, que por ser um homem experimentado com poder no partido e havendo sido deputado e ministro foi relevante.

A deputada demonstra estar muito à vontade com a lógica do campo político, por exemplo lembrou que ao longo do mandato fazia encontros na casa dela às quintas feiras para tomar vinho e várias deputadas e deputados de diferentes partidos compareciam e aí entravam em acordo sobre várias questões: “Isso não é uma questão estratégia, mas sim de geração de confiança”. Neste sentido, vale trazer a importância desse tipo de artifício dentro do campo apresentando o caso de uma parlamentar brasileira entrevistada que comentou que como era a única mulher da sua bancada e esta era exclusivamente masculina ela não se sentia muito à vontade para participar dos encontros externos a Câmara e que algumas vezes por conta disso ficava um pouco atrás nos acordos⁷⁸.

Voltando a deputada do PUSC: Por ter passado por cargos muito áridos antes como ser vice-ministra de segurança nacional, a deputada não considerou a experiência na *Asamblea* tão difícil em termos de discriminação a mulheres:

“Na *Asamblea* não necessariamente...mas também tem que ver que eu estive no Ministério mais machista de todos..o Ministério de Segurança Pública...que tá a polícia [...] e por exemplo...aí era terrível a discriminação né? Era um ministério que estava costumado a ter líderes homens...homens e policiais...não uma mulher com um vestidinho rosa dando instruções...ou seja...foi muito difícil...vivi muitas coisas aí para que eles me respeitassem [...] na *Asamblea* não [...] podem te chamar de velha...louca...abortista...insultos e tudo isso...mas o poder de cada deputado é igual...pelo menos eu senti assim⁷⁹” (Deputada PUSC).

Essa fala da deputada do PUSC lembra a máxima que quando mais se sobe no poder mais difícil é primeiro para ter presença de mulheres e segundo para uma mulher estabelecer a

⁷⁸Quando a entrevista deixou de ser gravada a deputada desenvolveu um pouco melhor o assunto deixando implícito que não gostava da possibilidade de ficar com sua “honra” em jogo por sair com a sua bancada. Atribuiu isso a sua personalidade e não a expectativas de padrões de comportamento diferenciados por gênero.

⁷⁹Tradução livre de: “No necesariamente en la asamblea, pero también es que hay que ver que yo estuve en el ministerio que es el más machista de todos...es el ministerio de seguridad publica...donde está la policía [...] y por ejemplo...ahí era terrible la discriminación verdad? Era un ministerio que estaba acostumbrado a tener jerarcas hombres...hombres y policías...no una mujer con un vestidito rosado dándoles instrucciones...o sea...fue muy difícil...vivi muchas cosas ahí para que me hicieran caso [...] En la asamblea no [...] te pueden decir vieja loca abortista insultos todo eso.. pero el poder de cada diputado es igual...por lo menos yo así me sentí”(Deputada PUSC)

relação de autoridade. De certa forma o que está implícito aqui é que como nos postos anteriores ela estava nos lugares sociais “esperados” que as mulheres devem ocupar - por ser associada ao cuidado como os direitos humanos de deficientes ou combate a pobreza e participação popular- a resistência não era tanta e nem tão aberta. Agora uma vez no espaço da segurança pública, as coisas se complexificam. A deputada do PAC (1) a essa máxima quando questionada se quanto mais se sobe mais difícil é encontrar mulheres ela avaliou:

“É assim...e é mais difícil...na universidade como uma...um maior respeito aos direitos das mulheres...em geral pelos direitos humanos [...] conforme mais você sobe na escala política é claro que é mais difícil né? Em um mundo no qual a política está desenhada para que os homens e não as mulheres a exerçam”⁸⁰,
(Deputada PAC (1)).

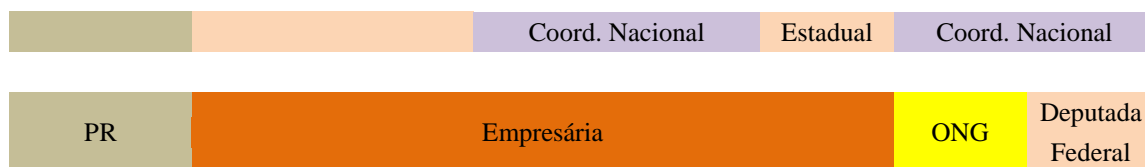
Se entre as costa-ricenses o padrão era carreiras com poucos cargos no legislativo, com destaque para cargos no interior da máquina partidária e alguns cargos de indicação do executivo nacional, vemos um cenário diferente entre as respondentes brasileiras:

Figura 4: Carreira das Deputadas do Brasil (Parte 1)⁸¹

PCdoB	Movimento de Mulheres		Vereadora	Deputada Estadual	Deputada Federal	Deputada Federal	Deputada Federal
PDT	Secretaria Municipal	Secretaria Municipal	Deputada Estadual	Deputada Estadual	Secretaria Estadual	Deputada Federal	Deputada Federal
PMDB	Advogada			Candidata Prefeitura	Cuidados com o filho		Deputada Federal
PP	Radialista			Vereadora	Deputada Estadual	Deputada Estadual	Deputada Federal
PRB	Vereadora	Vereadora	Vereadora	Deputada	Deputada Federal		

⁸⁰ Tradução livre de: “Así es...y más difícil es...si en la universidad teníamos ahí como una...un mayor respecto a los derechos de las mujeres...en general por derechos humanos[...] conforme más subes en la escala política por supuesto que es más difícil verdad? En el mundo en el cual la política está diseñada para que la ejerza los hombres y no las mujeres...”

⁸¹ Esta tabela (parte 1 e 2) foi feita com o intuito de facilitar a visualização do caminho que cada deputada percorreu para chegar à atual legislatura, no entanto vale fazer algumas considerações sobre ela: 1) Ela deve ser lida linha a linha, uma vez que a coluna não corresponde ao mesmo período nas diferentes trajetórias; 2) Para caber várias deputadas na mesma tabela optamos por fazer o tamanho dos quadrados não serem proporcionais ao tempo que ela ficou no cargo – há casos que a deputada foi eleita e saiu no ano seguinte por exemplo- o nosso foco está estritamente em demonstrar a ordem de quais cargos ela se elegeu/foi nomeada; 3) Como algumas trajetórias são muitos extensas, em termos de cargos institucionais que interessam à pesquisa, complementamos os espaços que ficariam vagos nas demais candidatas com candidaturas, ou a atividade profissional ou política que ela tenha destacado ao longo da entrevista 4) De modo geral, no caso brasileiro não foi possível incluir as candidaturas por conta do espaço, mas é um dado interessante perceber diferentemente das trajetórias da Costa Rica, elas não possuem destaque nas biografias das eleitas.

**Legenda:**

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados e das entrevistas.

Como é possível observar na tabela acima (e também na sua continuação), e também em consonância com os dados encontrados no capítulo quatro, o padrão aqui é uma carreira endógena no legislativo. Partindo para caso a caso: a representante do PCdoB tem uma longa trajetória de cargos eletivos, fazendo o caminho da carreira “ideal” no legislativo, após ser eleita vereadora, deputada estadual e somando três mandatos na esfera federal. Neste sentido quando ingressou na Câmara dos Deputados seu **capital** já era o **de ocupação de cargos no campo político**.

Quando questionada sobre as principais dificuldades de candidaturas femininas a deputada mencionou que é difícil fazer com que o partido e o entorno da candidata acreditem na candidatura, neste sentido exemplificou:

[...] A minha primeira candidatura federal...é...eu fiz por uma circunstância...um deputado federal tinha saído do PCdoB e era preciso ocupar um espaço...eu era já candidata a estadual...e aí houve a decisão “olha...vai...vai pra que o partido tenha um espaço”...mas ninguém acreditava na eleição...é...chegou no meio do caminho até de se discutir...”olha não...você vai voltar pra ser candidata a estadual” por que de fato era muito difícil...e eu tive uma excelente votação [...] (Deputada PCdoB)

Na trajetória dessa deputada, como na de outras, há a questão da “vaga” que já foi apontada pela literatura estadunidense (ROHDE,2012) como central para o ingresso de novos quadros no contexto deles, apesar de no Brasil a taxa de renovação da Câmara ser muito mais alta que a estadunidense é interessante perceber que essa lógica também está presente nas candidaturas do caso brasileiro.

A deputada se candidatou sistematicamente para cargos “melhores”, segundo a escala proposta por Miguel (2003a), que os de deputada federal (prefeitura de grande cidade e senado), no entanto sempre atribuiu ao partido a iniciativa dessas candidaturas. Ela não demonstrou ter dificuldades de disputar estes cargos que concorreu, isso provavelmente se deve ao fato, que já mencionamos antes, de ser um quadro histórico e com muito capital

dentro da máquina partidária, corrobora essa hipótese o fato de ela já ter sido da Direção Nacional e Presidente Estadual da organização.

A representante do PDT, com **capital familiar** começou em cargos de indicação e com o capital gerado por eles se elegeu quatro vezes, as duas primeiras como deputada estadual e agora está no seu segundo mandato como deputada federal, formando assim um **capital de ocupação de cargos no campo político**. A deputada não teve dificuldades em lançar suas candidaturas dentro dos dois partidos que participou por que conseguiu fazer excelentes votações. No entanto quando questionada sobre a diferença de apoio de candidaturas femininas e masculinas de forma geral ela expressou que existiu sim alguma resistência a sua ascensão, não na eleitoral, mas na de exercício de poder efetivo dentro da Assembleia:

Percebo [diferenças]...eu...quando eu sai do primeiro partido eu...até na época foi um momento difícil...quando eu fui a mais votada na reeleição...eu pedi ao partido...consultei para que eu fosse candidata a presidente da Assembleia [...] mas infelizmente tinha outro candidato escolhido né? Que teve um trabalho com o apoio do governo entorno dele...mas eles falaram “não...pode ir...seja candidata”...e eu pra ter uma candidatura forte em todas as entrevistas eu afirmava “ah mas e se você for vice? E se te oferecem isso...” e eu falei: não...eu não vou negociar...eu entrei para ser candidata a presidente...meu projeto é a presidência...se eu não for eu não vou ser nada” e eu mantive isso...e aí no final eles tentaram compor de todo jeito...e eu não aceitei...e aí eu lancei minha candidatura simbólica [...] eu ainda tive quatro votos ainda...e eu fiz lá um pronunciamento falando da minha candidatura simbólica...bem amigável...desejando os parabéns ao candidato que ganhou...e bem tranquilo mas colocando que nunca teve uma mulher candidata a presidência e que eu queria deixar registrada essa minha candidatura...não eleita mas pelo menos a candidatura de uma mulher presidenta da Assembléia...e aí...logo depois a gente começou a sofrer retaliações do partido...mesmo não tendo sido agressiva...só pelo fato de eu ter mantido a candidatura...e eu não gostei...achei muito ruim...sofri muito...e aí logo me convidaram pra ser secretária...e eu não queria ser... eu acabei indo até pra sair daquele tipo de [...] A mudança de partido veio de uma ação que eu considero machista do partido... (Deputada PDT)

Essa fala da deputada demonstra primeiramente que existe um desejo de ocupar cargos de destaque no campo, demonstra também que a despeito das votações garantirem certa facilidade para o lançamento das candidaturas elas não se traduzem necessariamente em um capital válido para galgar cargos importantes dentro do campo. Neste sentido vale lembrar que a Câmara dos Deputados nunca teve nenhuma presidenta.

A respondente do PMDB, por sua vez, após concorrer ao primeiro cargo passou por uma fatalidade com seu filho o que a levou a pausar sua carreira:

Como todas as mulheres você faz uma escolha entre as questões familiares e as questões sociais...e eu costumo dizer que a base da sociedade é a família...a

sociedade é uma célula cujo núcleo é a família...eu não estaria inteira na minha segunda família...que é a sociedade...se eu não tivesse dando conta do que eu tive que enfrentar [...] e ali eu me afastei das atividades não só políticas como profissionais [...] nós enquanto mulheres somos muito demandadas e foi uma escolha assim muito plena...sem a menor dúvida do que estava fazendo...e a partir daí a minha visão de ser candidata se afastou de vez ...(Deputada PMDB)

A deputada ficou mais de uma década se dedicando a questão familiar, neste sentido é interessante pensar como a naturalização dos lugares sociais de gênero, especialmente nas atividades relacionadas a maternidade e ao cuidado, torna a escolha de abdicar da disputa política uma “escolha plena” mesmo para pessoas que declaram que a atividade política é constitutiva de si mesmo. A deputada complementa demonstrando a centralidade da aprovação de seu núcleo familiar:

Em 2014 meu marido me chama e diz que se eu quisesse ser candidata eu teria total apoio dele...e pra mulher no processo político é muito importante você ver que a família tá entendendo...por que você se doa muito...tira muito do teu tempo...e ele colocou isso pra mim e eu refleti muito sobre isso [...] ele não vinha mais candidato...ele não me pediu pra ser...ele falou que se eu quisesse ser eu teria o apoio dele [...] Eu falei que ia disputar e estou aqui. (Deputada PMDB).

A deputada complementou ainda que “nada impediria se fosse os dois, mas só que é incompatível em uma família você conciliar tanto...pelo menos na minha...pelas atividades”. O fato de a deputada categorizar a presença de ambos na Câmara como incompatível e só ir efetivamente concorrer quando o marido a estimula é mais um exemplo da máxima de priorização da carreira masculina em detrimento da feminina. No entanto, o mesmo núcleo familiar que adiou o seu ingresso na vida pública, gerou o capital familiar que, nas palavras muito diretas da deputada, na hora que ela decidiu entrar facilitou o desenvolvimento da sua carreira:

A dificuldade da campanha na minha foi menor [...] eu particularmente não tive...aí sim por que por meu marido ter um mandato eu acabei tendo um espaço de mídia que era um espaço dele...como diferencial...eu tive atenções do eleitor dele por que como mulher de deputado eu era uma mulher também atuante...então eles me conheciam através do trabalho dele...então somou o meu trabalho...mais o reconhecimento do que eu fazia também para dar suporte ao trabalho dele...então por esse aspecto de já estar credenciado meu trabalho no meio político eu sofri menos por exemplo...do que sofre uma mulher que simplesmente queira começar a disputar uma eleição... (Deputada PMDB).

A deputada do PP, após o convite do partido e a primeira derrota nas urnas se sentiu atraída pelo campo político, e o resultado foi o seguinte:

Na eleição... quatro anos depois a decisão não era mais se alguém me convidou...eu tomei a decisão...eu me preparei, não é? Eu comecei a me preparar para poder estar realmente...como candidata oferecer meu nome a apreciação, mas acima de tudo...de ser uma decisão minha...eu queria poder decidir...não é? Naquele momento um pouco lá atrás eu recebi um convite e acabei indo..., mas não era assim uma decisão que eu tivesse planejado...conversei muito com a minha família...com meu marido que é um grande...certamente um grande parceiro que me motiva para estar na política... (Deputada PP).

A deputada, como a representante do PCdoB, conseguiu fazer a “carreira legislativa ideal” passando pelos cargos de vereadora, de deputada estadual –por duas vezes- chegando a Câmara Federal já com o **capital** gerado pela **ocupação de cargos no campo políticos**. Neste sentido, outro ponto que ela tem em comum com a respondente do PCdoB é o fato de ter recebido o convite do partido por conta de uma “cadeira vaga”:

Como que eu chego aqui na Câmara dos deputados...era quase algo impossível...aos olhos humanos... quase algo impossível ...primeiro por que você discutir com o seu partido para você ser ou estar candidata para a Câmara Federal já não é uma tarefa tão fácil...mas nós tínhamos uma deputada federal...[...] ela acabou indo para ser candidata a vice de uma chapa ao executivo então o PP ficaria sem nenhum representante no estado do Amazonas...e umas das articulações era justamente “poxa, tem que mandar alguém pra cá”...pro estado não ficar sem representatividade...e...acabou que o partido me fez...praticamente não foi nem um convite...era quase uma imposição...[...] e todo mundo dizia que deputada estadual né a gente certamente [...] depois de dois mandatos a população avaliava dentro das pesquisas que estes dois mandatos me reconduziriam novamente pro terceiro mandato...então assim você largar entre aspas o certo pelo duvidoso era um pouco duvidoso (Deputada PP).

O caso da deputada do PP demonstra o efeito indicado pela literatura (MIGUEL *et al*, 2015) do calendário eleitoral brasileiro na ambição dos agentes, uma vez que as eleições para deputada federal e estadual acontecem ao mesmo tempo o custo de arriscar a ascensão é mais alto do que o de se aventurar, como vereadora, a disputar o pleito para a Câmara. No último caso, na pior das hipóteses há mais dois anos de mandato. Este é mais um caso que demonstra como a racionalidade que guia as candidaturas depende de muitas variáveis. De qualquer forma, é necessário ter um bom trânsito dentro da máquina partidária para se “aproveitar destas vagas”. Neste sentido, vale mencionar que a deputada em questão ocupou alguns cargos como o de 2ª Vice-Presidente Regional; Presidente e membro da executiva nacional das mulheres.

A representante do PRB também fez o caminho da “carreira ideal legislativa”, sendo eleita vereadora três vezes, deputada estadual por um mandato para chegar a seu primeiro mandato na Câmara Federal com **capital delegado do campo político pela ocupação de cargos**. Além disso, ela concorreu a cargos mais altos como o Senado, enquanto ainda era

deputada estadual, e a prefeitura de sua cidade. A respondente fez o seguinte balanço do papel do seu partido em sua ascensão:

Através tanto do meu partido...que me dá a oportunidade de ser uma fundadora...de ser representante na minha cidade...ter sido candidata a prefeita [...] ao senado...talvez em outra agremiação de grande porte...de grande nome...ou mais antiga ou mais forte eu jamais teria conseguido uma vaga ao senado...em alguma outra agremiação mais forte...mais antiga...de grande porte...eu não seria candidata a prefeita de uma cidade de mais de um milhão de habitantes...meu partido me dá a oportunidade de sonhar em fazer políticas públicas boas [...] é um partido que dá a oportunidade. (Deputada PRB).

Este excerto, somado ao da deputada do PCdoB e do PP que apontaram que foram indicadas por haver uma “vaga”, percebemos a importância de a priorização do partido para a candidatura ser competitiva. No caso da deputada do PRB, ela construiu ocupou cargos dentro da máquina partidária também sendo presidente do diretório local e coordenadora Nacional da pasta de juventude e da pasta de mulheres do seu partido atual.

A deputada do PR, por sua vez, como mencionamos na sessão anterior entrou no cargo de deputada “crua”, sem experiência na dinâmica do campo:

Nada nem vereadora...eu fui direto...eu sai da cozinha...de uma panela normal...para uma panela de pressão...eu digo que Deus me tirou da frigideira e me colocou na panela de pressão [...] cheguei aqui obviamente não conhecia nada...não sabia quem era quem...o nome de ministro né?eu não entendia nada...era um mundo a parte para mim... e quando eu cheguei rapidamente eu tive que correr atrás [...] aí eu aprendi o jogo...cê quer alguma coisa deles [dos deputados] tem que ir acima...vai no presidente deles...faça amizade com os presidentes dos partidos... faça amizade com o líder entendeu? Que daí você tem a pessoa na mão...é a melhor coisa...a gente vai aprendendo...aqui é tudo um jogo, o jogo é lícito...tem os bons e os maus jogadores...você escolhe de que lado quer jogar (Deputada PR).

Em consonância com o que a literatura aponta (BOURDIEU, 1989) é preciso um determinado conhecimento especializado para se inserir no campo político, por isso a deputada teve que aprender passo a passo as estratégias e lógicas do campo. Nesse aprendizado ela mudou de uma agremiação menor para uma com mais relevância na Câmara e pelo fato de ter sido bem votada tem sido cotada como senadora o que a faz ter “tratamento VIP” dentro do partido atual.

Figura 5: Carreira das Deputadas do Brasil (Parte 2)

PSB	Comerciante		ONG		Deputada Federal		Deputada Federal		
PSD	Médica				Chefe de Gabinete		Deputada Federal		
PSDB	Analista de sistema/Gestora			Secretaria Municipal	Vereadora	Secretaria Municipal	Deputada Federal		
PT (1)	Vereadora	Dep. Constituinte	Dep. Federal	Senadora	Vice Governadora	Ministra	Secretaria Estadual	Dep. Federal	Dep. Federal
PT (2)	Vereadora	Vereadora	Deputada Estadual	Deputada Federal	Vice-Pres	Exec. Nac.	Dep. Federal	Ministra	Dep. Federal

Legenda:

ONGs	Executivo	Partidários		Legislativo		Movimentos Sociais Sindicatos	Profissão
------	-----------	-------------	--	-------------	--	-------------------------------	-----------

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados e das entrevistas.

A deputada do PSB, após ter se eleito a primeira vez conseguiu a reeleição para um segundo mandato, desta vez com um maior apoio do partido. Com experiência política limitada a sua própria ONG, ela aponta que o começo foi difícil pela falta de familiaridade com a dinâmica do campo político:

Confesso pra você que quando eu cheguei aqui realmente eu falei nossa o que eu estou fazendo aqui? [...] Eu via o pessoal com aqueles termos políti...jurídicos...politizado...né? Mas aí tomei um banho e falei não...se eu estou lá é por que eu preciso estar lá...e hoje nós temos o maior carinho...eu adoro o que eu faço... (Deputada PSB).

No que tange a carreira da deputada do PSDB, ela foi a única que mencionou a política de cotas como estímulo para o partido convidá-la:

Eu resisti até a última hora para não ser candidata por que eu era vereadora e queria ficar...então realmente eu fui candidata por que aceitei um desafio e achei que eu poderia ir ...tanto que eu falei pro meu partido que se eu fosse eu lutaria para chegar e não pra preencher uma cota do gênero (Deputada federal - PSDB).

No caso da deputada supracitada, ela comentou que aceitou se candidatar pela possibilidade de medir o seu patrimônio eleitoral. Como iniciante no partido ela declarou que

ainda “não tinha toda a força política”, mas agora, como eleita, tem se demonstrado ativa dentro da máquina sendo atualmente membro da Executiva Nacional (como suplente).

A deputada do PSD, que tinha **capital familiar**, ocupou apenas um cargo no *campo político* que foi como chefe de gabinete do seu marido. Nessa sua primeira legislatura, como mencionamos na sessão anterior, a iniciativa de se lançar foi dela, mas com grande estímulo de outros agentes no campo:

A primeira dificuldade antes até mesmo do partido foi convencer a minha família que eu seria candidata...[**você quis ser candidata ou te chamaram?**] eu queria ser candidata a deputada é...estimulada...por que como eu trabalhei na prefeitura da minha cidade [...] Várias lideranças políticas entre elas vereadores...presidente de câmara...falaram comigo “você tem que ser a nossa deputada” [...] eu fui estimulada primeira por eles...pediram...e eu tive vontade...e aí eu fui fazer o convencimento primeiro da minha família...que cê tem que conquistar sua família...e aí falou assim “seu marido já é político pode gerar um ciúme a esposa do prefeito ser candidata”...então tive que transpor mais isso ainda...fazer esse convencimento...mostrando pra eles que era importante ter essa representação...que era importante ter a participação da mulher...que eu tinha esse desejo de participar...que já tinha ajudado a eleger muitas pessoas e que era minha vez...transposto isso fomos pensar no partido...e aí escolhi o PSC...na época era um partido menor...e aí veio o medo na eleição...[...] eu ia trabalhar muito durante a campanha mas eu tinha um friozinho na barriga de que a gente não fizesse o número de votos suficientes... (Deputada PSD).

Esse trecho além de reiterar o que já comentamos na sessão anterior da centralidade da aprovação da família está tangenciada também a questão de o quanto estar em uma agremiação pequena ou grande impacta na campanha, uma vez que o número de votos pode ser grande, mas o quociente necessário para aquela coligação ou aquele partido pode não ser alcançado.

As deputadas do PT, possivelmente por serem quadros importantes do partido que esteve nos últimos dezesseis anos no poder executivo nacional, foram as únicas das entrevistadas que ocuparam cargos de ministras, ambas também passaram pela vereança. Partindo especificamente para a trajetória da deputada PT (1), uma vez no campo político como vereadora, ficou estimulada a alçar vôos mais altos e se candidatou a deputada constituinte, no entanto sentiu alguma resistência:

Também tivemos alguns questionamentos...por que aí entra um pouco a questão do preconceito...preconceito intelectual...não é só preconceito de raça não... intelectual...achavam o seguinte...que tudo bem que eu fosse vereadora e tudo...mas quanto a ser deputada federal ia ser uma outra coisa...e eu dizia o seguinte...“gente deixa arriscar...eu tenho mais dois anos de mandato de vereadora...se eu ganhar pra

deputada federal eu fico...se não ganhar eu continuo como vereadora"...mas aí eu fui desestimulada por muita gente...a não ser federal (Deputada PT [1]).

A deputada demonstra que a racionalidade de ascender sem o “custo” de perder o cargo atual facilita muito a decisão de concorrer. Outro ponto que ela aborda é a dificuldade que as mulheres vão encontrando quando ascendem:

Quanto mais ascensão você tem...parece que você tá tomando lugar de alguém ...a disputa contigo é mais acirrada...a disputa já é acirrada com a mulher...principalmente a mulher que se coloca (Deputada PT [1]).

No que tange a ascensão em carreira política talvez esta deputada seja uma das mais experientes do Brasil. Após ser deputada constituinte e exercer mais um mandato na Câmara federal houve uma curva de ascensão na sua carreira: ela passou pelo senado, pela vice-governança de seu estado - tendo exercido o cargo interinamente por um ano - e o ministério. Depois foi para o executivo estadual sendo alocada em uma secretaria estadual e eleita mais duas vezes para a Câmara Federal. Em consonância com a discussão interseccional vale mencionar que na passagem por todos estes cargos a deputada identificou o racismo como um empecilho tanto por parte dos colegas como dos eleitores:

[...] E eu considerando-me mulher negra e da favela...eu tive...passei por discriminação quando estava vereadora... passei por discriminação enquanto federal...[pelos eleitores ou aqui na casa?] passei na casa...passei na rua...passei em tudo...quando eu estava governadora...passei em tudo...é impressionante...essa coisa aqui é muito forte [aponta para a pele] além de ser mulher...gênero...isso aqui é muito forte por que ainda temos muito preconceito...machismo e racismo no Brasil” (Deputada PT [1]).

Quanto a isso a deputada destacou que mesmo no partido ela identificava o racismo “não deixei de ter alguns momentos de grandes dificuldades...até mesmo partidário [...] o partido somos nós...pessoas...então é evidente que também você percebe nas disputas que isso existe”, um padrão que ela identifica que não existe só no partido dela, mas na maioria.

A deputada do PT (2) tem a carreira legislativa ideal, foi vereadora por dois mandatos, se tornou deputada estadual e foi quatro vezes seguida deputada federal. É ativa na máquina partidária já tendo sido vice-presidente da agremiação bem como parte da executiva nacional. Ela tentou ascender na hierarquia da carreira tendo sido candidata a vice-prefeita e prefeita de uma grande cidade. Quando questionada sobre a aceitação das suas candidaturas no partido atual ela disse que sempre foi muito “tranquilo”, mas que percebe que as candidaturas na

agregação atual são menos partidárias: são muito mais individuais onde cada candidata/o tem a chance de fazer sua própria plataforma (dentro de diretrizes gerais do partido).

Para finalizar esta seção, vale demarcar alguns pontos sobre as carreiras nos dois contextos. Demonstrando como o campo político é endógeno, nos dois contextos o capital mais comum anterior a entrada na Câmara /*Asamblea* era o de ocupação em cargos políticos. Foram oito de onze respondentes no Brasil e quatro de seis na Costa Rica.

No contexto da Costa Rica, a centralidade do partido na construção da carreira ficou clara tendo em vista que grande parte das deputadas ocuparam cargos dentro da máquina partidária, inclusive em casos como a do PAC (1) e PML sendo os únicos cargos ocupados. Além disso, as deputadas do PUSC e PLN, as que ocuparam cargos no executivo demonstraram ter sido muito ativas e “amadrinhadas” em suas respectivas organizações. Esta combinação de casos nos fez considerar o capital partidário como relevante neste país.

Já no Brasil, com as instituições partidárias sendo menos centrais na disputa, o capital mais comum entre as entrevistadas é o de ocupação de cargos políticos anteriores. O padrão de carreira mais comum seria com cargos no legislativo em âmbito municipal e também estadual. Inclusive, cinco das onze deputadas tem a carreira legislativa ideal (vereadora-deputada estadual – deputada federal). Das onze entrevistadas seis estão em seus primeiros mandatos, mas destas apenas a do PMDB, a do PSD e a do PR nunca haviam ocupado cargos políticos antes. Dentre estas três, as duas primeiras têm capital familiar.

Como a literatura afirma (MIGUEL et al, 2015), o capital familiar opera como um facilitador no ingresso das deputadas na disputa. Entre as quatro respondentes que o detém (PDT, PSD e PMDB no Brasil e PUSC na Costa Rica), só a da Costa Rica demonstrou precisar fazer mais articulação para lançar sua candidatura e ainda assim o fez com a estratégia e segurança de quem já tem uma socialização desde a infância no âmbito político.

No entanto, o capital familiar também tem seus efeitos negativos. Duas das três, respondentes brasileiras deram a entender que adiaram seu ingresso efetivo na esfera pública para priorizar o projeto político do marido. Outro ponto que apareceu nas entrevistas sobre o capital familiar, especialmente no contexto brasileiro, é que ele pode ter efeitos negativos também na atuação das mulheres na casa. Neste sentido, vale mencionar uma reflexão formulada pela deputada do PT (2), quando questionada a respeito da atuação de mulheres em temas mais duros, como a política econômica, discussão orçamentárias entre outros:

Eu acho que estes espaços mais duros são extremamente disputados dentro do parlamento. Se nos observarmos que uma grande parte das mulheres parlamentares

também aqui se encontram por que tinham relações familiares com outros que ou já ocuparam postos de deputados ou de relevância política...nós vamos ver que isso muitas vezes pode trazer as mulheres em uma condição secundarizada...e aí pra disputar um espaço deste tamanho na questão orçamentária...na política mais dura...é uma afirmação...depois que tu tá aqui dentro a afirmação num é tu é filha de quem...A afirmação é qual é a capacidade que tu tem de exercer aquilo ali...e de furar os bloqueios superando os preconceitos que existem por ter sido...chegado como filha de alguém... Então eu vejo como mais difícil para as mulheres acessarem estes espaços...mas pela estrutura da câmara não pela competência delas (Deputada PT [2])

5.4 Algumas Considerações Sobre Ambição Política⁸²

As entrevistadas foram questionadas também sobre em que lugar gostariam de chegar em suas carreiras políticas com o intuito de avaliar sua ambição política. Usualmente, na literatura essa ambição para as agentes que já estão ocupando cargos é medida pelo lançamento da próxima candidatura propriamente dita (ROHDE, 2012; SANTANA, 2006), mas acreditamos que, tendo em vista que estamos falando de mulheres que usualmente são caracterizadas como “com pouca ambição”, é válido medir a intenção das respondentes.

Araújo (2010) abordou essa questão em sua pesquisa comparada entre figuras políticas brasileiras e argentinas e encontrou entre as deputadas dos dois contextos e afirmou que “o poder não se apresentou como um desejo marcante ou como um projeto ao qual se aspirava” (ARAÚJO, 2010, p. 580). No Brasil, a autora afirmou que enquanto os homens entrevistados eram mais afeitos a afirmar que tinham desejo de ser político, as respondentes atribuíam as candidaturas às circunstâncias.

No contexto costa-ricense, quatro das cinco respondentes indicaram que estão satisfeitas com o que conquistaram até agora:

Vou te falar o que sempre digo...tenho 63 anos [...]16 anos na política desde a fundação do partido até agora...fiz o melhor que pude e acho que é hora de descansar [...] também vou te dizer o que meus filhos dizem: “mãe não acreditamos” (risos)...não é? por que é muito difícil quando você já está aqui...mas acho que depois daqui vou colaborar com meu partido no que for possível...talvez não com a mesma força nem a mesma energia de 16 anos atrás...mas farei minha parte...tenho um compromisso com meu partido e com meu país...isso é o que a gente tem até a morte⁸³. (Deputada PAC [1])

⁸² A deputada PML e do PT (1) não foram perguntadas sobre essa questão.

⁸³Tradução livre de: “Voy a decirte lo que siempre digo...tengo 63 años [...] tengo 16 años de estar desde la fundación del partido hasta ahora...he hecho la tarea lo mejor que he podido y creo que es hora de descansar [...] también voy a decirte lo que dicen mis hijos “mamá no te creemos” ...verdad? porque es muy difícil cuando uno ya está aquí...pero creo que después de aquí voy a colaborar en mi partido en lo que sea posible... quizás no con la misma fuerza ni la misma energía de hace 16 años...pero hare mi parte...en lo que me corresponda...tengo un compromiso con mi partido y con mi país...eso es lo que uno tiene hasta que se muere” (Deputada PAC[1]).

Até aqui [...] nem tomando o governo nós tomamos o poder [...] a gente faz mais na rua do que na *Asamblea* tentando mudar as coisas⁸⁴. (Deputada PFA)

Eu acredito que já cheguei o suficiente...já estive em vários cenários...eu já não...o que eu quero é continuar...eu gostaria de ser parte da preparação da próxima geração...eu quero ver mais mulheres...falar mais com elas e sobre a necessidade que participem da política...que ocupem cargos e que elas podem...que elas podem ajudar a transformar a sociedade...⁸⁵ (Deputada PLN)

Eu acho que já cheguei (risos)...eu não desejava ser vice- presidenta...eu não tinha isso na agenda...eu queria muito chegar a dirigir a instituição que trabalha temas de pobreza [...] mas eu acho que se eu me aposentar aqui eu me aposento bem...⁸⁶ (Deputada PUSC)

Alguns elementos precisam ser levados em conta para explicar a não ambição progressiva das nossas entrevistadas no contexto costa-ricense: O primeiro é o fato de a nossa pesquisa ter entrevistado mulheres que já ocuparam cargos de destaque. O caso evidente é o da deputada PUSC que mirou em um ministério, mas acabou chegando a vice-presidência do país. A deputada do PLN, com vasta experiência no primeiro escalão do executivo, tendo sido ministra mais de uma vez, também se demonstrou satisfeita com o que já adquiriu e com um olhar prospectivo na formação de novos quadros.

Outro fator que pode impactar é a idade. A representante do PAC (1), com 63 anos e carreira de 16 anos na máquina partidária, atribuiu a isto uma possível saída da política, mas deixou em aberto. Possivelmente o fato de ser parte do partido que está no poder e uma possível reeleição do partido no poder executivo nacional expanda a possibilidade de ocupar ministérios no executivo, por exemplo. O fator idade pode ter impactado também na resposta da deputada do PLN que ao longo das entrevistas reiterou diversas vezes que já contava com uma longa trajetória.

O caso da deputada do PFA é mais específico: ela desenvolveu uma linha de raciocínio embasada em suas convicções ideológicas de esquerda, onde não adianta estar ocupando cargos na máquina estatal, quando todos os outros cargos, bem como a estrutura em si, são baseados nas regras “da direita”. Neste sentido, a deputada foi muito explícita em dizer

⁸⁴Tradução livre de: “*Hasta aqui [...] Nosotros ni tomando el gobierno tomamos el poder [...] hacemos más desde la calle...que desde la asamblea tratando de cambiar las cosas*” (Deputada PFA).

⁸⁵Tradução livre de: “*Yo creo que ya llegue lo suficiente...ya he estado en muchos escenarios...yo ya no...lo que quiero es continuar...me gustaría ser parte de la preparación de la generación de relevo...yo quiero ver más mujeres... hablarles más y más sobre la necesidad que participen en la política...que ocupen puestos y que ellas pueden...que ellas pueden ayudar a transformar la sociedad en que vivimos*” (Deputada PLN).

⁸⁶Tradução livre de “*Yo creo que ya llegue (risa)...yo no deseaba ser vice presidenta...yo no tenía esto en mi agenda...yo quería mucho llegar a dirigir la institución que trabaja temas de pobreza [...] pero me parece que si me retiro de aquí me retiro bien*” (Deputada PUSC).

que na *Asamblea* não se muda as coisas. Ao longo da entrevista demonstrou também certa tensão com a cúpula e a bancada do seu partido.

Outro fator que pode impactar é o fato de não haver cargos eletivos mais altos na esfera provincial, como o de senadora e governadora no Brasil. Neste sentido, o cargo eletivo a seguir seria o de presidência da república que, como vimos até agora, exige em primeiro lugar uma articulação e capital político muito grande dentro do partido para articular a candidatura e depois muito trabalho duro para alcançar a/o eleitor/a. A deputada do PAC (2) foi a única que manifestou interesse em ser presidenta do país e que, como vimos em sua carreira, dedicou algum tempo a articular essa ascensão.

Eu espero chegar a ser presidenta deste país...não sei quanto tempo mais eu vou querer tentar...mas acho que estou capacitada...tenho a força...o caráter...e a energia para dirigir um país como este e fazer este país um exemplo para a região e para o mundo⁸⁷. (Deputada PAC [2])

No caso brasileiro, entre as dez deputadas que responderam esta questão quatro deram respostas que induzem a interpretação de que não possuem planos de continuar galgando cargos:

Onde Deus...quiser né? Acho que o nosso trabalho...nunca foi assim só pensando no próximo...a gente faz o nosso trabalho e as coisas vem naturalmente...eu acredito muito nisso...enquanto vier e coisa tudo bem...o dia que achar que num é...tudo bem também [...] sabendo que a gente passa...e que Deus sabe o que ele quer de nós durante nossa vida [...]. (Deputada PDT)

Aonde eu desejo chegar? Eu não sei te dizer...mas como eu desejo chegar eu sei dizer...em paz...respeitando e sendo respeitada. (Deputada PP)

O tempo vai me levando [...] pra mim é o agora...eu me dedico ao agora...com o maior carinho...não importa lá na frente... (Deputada PSB)

Eu diria que já cheguei...já...acho que dedicar ao debate das coisas do meu país enquanto deputada federal...poder dividir minha vida e estas preocupações com as pessoas no dia a dia...eu sinto que eu já cheguei onde deveria chegar ... (Deputada PCdoB)

Com uma retórica marcada pela “falta de ambição” usando termos alheios ao poder como “a gente passa”, “paz” e “carinho”, as deputadas do PDT, PP e PSB deram respostas que não permitem avaliar sua real disposição à ascensão política. A deputada do PCdoB, por sua vez, deu uma resposta que pode ser entendida como não ambição, mas também pode ser

⁸⁷Tradução livre de: “*Yo esperaría llegar a ser presidenta de este país...no sé cuanto tiempo más quisiera intentarlo...pero yo creo que estoy capacitada...este...que tengo la fuerza...y el carácter y la energía para dirigir un país como este y hacer de este país un ejemplo para la región y para el mundo*” (Deputada PAC [2]).

uma ambição estática, a de se manter no cargo, uma vez que ela não rechaçou a possibilidade de continuar onde já está. Além disso, no caso dela o fator idade e longa trajetória política – com vários mandatos na Câmara e já havendo sido candidata ao senado - pode ter influenciado.

É possível afirmar que a deputada do PT (2) apresentou uma ambição estática também após uma trajetória bem diversificada em que demonstrou ambição progressiva. Ela declarou interesse de continuar na Câmara:

Eu já quis mais coisas...eu queria por exemplo...eu queria muito ser prefeita de _____ e aí eu concorri a prefeita...eu concorri a vice prefeita numa chapa...depois eu concorri a prefeita e não ganhei...fui pro segundo turno e não ganhei...hoje eu já fico pensando assim eu gostaria de ao concluir o meu trabalho aqui na Câmara dos Deputados é...de continuar sendo deputada...para concluir alguns projetos de lei que eu apresentei [...] (Deputada PT [2])

As outras cinco deputadas demonstrarem querer ascensão, mencionando a possibilidade de concorrer a cargos de senadora e/ou governadora:

No máximo que eu puder...máximo que eu puder...eu acho assim...eu não consigo me enxergar “Ah vou ser deputada a vida inteira”...eu vou ser deputada enquanto eu achar que posso contribuir e aí o que vai ser eu também não sei... (Deputada PMDB)

Será que eu consigo ser presidente da República? Que quê você acha? Você votaria em mim? [sorriso] [...] O mandato pertence ao meu ver a Deus e o povo...se o povo e Deus quiser que eu me reeleja a federal ou prefeita ou governadora eu estarei a disposição... (Deputada PRB)

Eu não tenho um sonho de se dizer assim “ai eu quero ser governadora”...não...eu simplesmente eu estou aqui porque eu sei que tem um propósito de Deus pra tudo isso... tem um propósito...eu não tô aqui por acaso...e aonde Deus me levar eu irei...então se Deus quiser que eu vá ao Senado eu vou ao Senado..se ele quiser que eu continue como Deputada Federal eu continuo...nós vamos fazer as pesquisas né? Pesquisa de campo...o partido acredita...acredita que eu devo sair a Senado por que agora são duas vagas no _____mas nós estamos pesquisando... (Deputada PR)

Eu jamais imaginei chegar a Câmara Federal...cheguei...e eu pretendo um dia ainda buscar um senado...mas isso a longa distância... até por que ainda vou buscar muitas reeleições... (Deputada PSDB)

Eu quero crescer na política né? Eu acho que por exemplo...o meu estado...a minha região no norte de Minas nunca tinha tido uma deputada federal mulher...eu já consegui conquistar este espaço...acho que é precoce falar isso mas assim...você tem que ter um norte né? Nós não tivemos ainda uma representação da minha região do norte de Minas...que corresponde a quase um dos estados do nordeste brasileiro...uma senadora por exemplo...uma governadora...então..o futuro pertence aos homens a forma como eles vão trabalhar...Deus que nos orienta né...eu acredito...sou uma mulher de fé...mas é nessa perspectiva de trabalhar...é precoce ainda...eu tenho que concluir o meu mandato...ou um novo mandato...(Deputada PSD)

As cinco deputadas que expressaram o desejo de continuar ascendendo são de primeiro mandato e, com exceção da deputada do PSDB que foi bem direta, elas “deram volta” para expressar seu desejo de se manter na política. Apesar disso, é interessante perceber que apesar da maioria em um primeiro momento não ter planejado a sua primeira candidatura, uma vez inseridas no campo elas têm clareza que querem se reeleger, o que demonstra que estar no *campo político* –por diversas razões- gera o ímpeto de se manter nele.

No contexto brasileiro também saltou aos olhos o fato de quatro das dez deputadas mencionarem Deus quando articulam seu desejo – ou a falta dele – de galgar cargos políticos. Destas quatro, três deputadas manifestaram ambição progressiva. Tendo em vista que as mulheres usualmente são associadas a uma política “desinteressada” e sem apetite pelo poder, mencionar Deus pode ser um artifício para não admitir – para si e para o outro- que já introjetou e está reproduzindo a lógica do campo de se manter nele. Além disso, isso é só mais um elemento que demonstra como a religião é um fator estrutural e estruturante no contexto brasileiro e é ainda mais interessante pensar que na Costa Rica, que é um estado confessional, nenhuma deputada mencionou Deus para articular seu desejo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação visou mapear o perfil e carreira de parlamentares de Brasil e Costa Rica, atentando para a desigualdade de gênero. O fizemos com um “olhar no telescópio” – atentando para dados quantitativos gerais – e à luz do conceito de capital político, com um “olhar no microscópio”, analisando mais detidamente as carreiras de 17 deputadas.

No capítulo quatro, com o objetivo de fazer um panorama, foram comparados dados quantitativos sobre o perfil e a trajetória política de deputadas/os (2002-2010). No que se refere aos perfis, em consonância com o que os estudos de elites indicam, encontramos um padrão de meia idade e de alta escolaridade entre as/os respondentes de ambos os contextos. No que tange ao estado civil em ambos os contextos, a relação foi estatisticamente significativa: mais da metade das mulheres não se declararam casadas ou em uma relação estável.

O capital familiar foi uma constante para ambos os sexos nas duas nações. No que se refere as hipóteses sobre a carreira política propriamente dita, é possível afirmar que existem padrões nos dois contextos (hip. 1) e que alguns pontos podem ser influenciados por regras institucionais (hip. 2). No referente à *primeira organização que militou*, no Brasil a resposta predominante são os movimentos estudantis e, na Costa Rica, por sua vez, os partidos. O fato de a maioria das/os respondentes do segundo país começarem nos partidos provavelmente é influenciado pelo tipo de lista fechada e o partido ter muito mais poder na disputa eleitoral.

No que tange à *ocupação de mandatos anteriores como deputada/o nacional*, as/os brasileiras/os ocupam muito mais que as/os costa-ricenses, provavelmente por conta da não reeleição consecutiva na Costa Rica. Quando o tema é a *ocupação de outros cargos eletivos* no Brasil, a maioria ocupa. Na Costa Rica, entretanto, poucas/os ocupam. À primeira vista, este dado faz parecer que a chegada no parlamento não envolve uma carreira estruturada, mas os dados qualitativos do capítulo cinco nos fazem sugerir que, na verdade há um padrão das/os agentes se envolverem com cargos políticos não eletivos na estrutura partidária ou indicados pelo executivo.

Quanto à hipótese dois, de maneira geral, os padrões de carreira política nos dois países não são extremamente diferentes entre homens e mulheres: a única diferença que precisa ser marcada é que no caso da Costa Rica, com a diferença relevante estatisticamente,

38,8% dos homens ocuparam cargos antes, contra 19,5%. Entre eles, 84,6% foi regidor e entre elas apenas 37,5%. Esse dado possivelmente seja explicado por uma tendência cultural feminina de ficar na esfera local.

Com a abordagem do capítulo cinco, mais qualitativa, confirmou-se o que os dados quantitativos sugeriram: há um padrão de carreiras, com centralidade do poder nos partidos na Costa Rica, onde grande parte das entrevistadas ocuparam cargos específicos na máquina, e o de ocupação de cargos eletivos no Brasil, com a maioria tendo uma carreira “legislativa”. O capital familiar, que como vimos no capítulo quatro é comum nas duas elites, opera como um facilitador para articular a candidatura e fazer a campanha competitiva.

O ideal seria que esta etapa da pesquisa, a exemplo de como foi feita com a quantitativa, também tivesse abordado parlamentares homens para comparar as especificidades. No entanto, os relatos compartilhados pelas deputadas entrevistadas, já possibilitam indicar como os sustentáculos da desigualdade de gênero moldaram, adiaram e dificultaram a suas escaladas ao poder. Apesar do lugar de liderança que elas ocupam, elas continuam mulheres, e, portanto, são definidas e/ou influenciadas pelos lugares sociais esperados que estas ocupem socialmente. Os exemplos de limitações abundaram nas entrevistas: limitações na hora de decidir qual profissão exercer (PR, PFA), resistência dos colegas quando elas ascendiam na carreira (PT 1, PML, PAC2, PDT), a priorização dos filhos e da carreira política do companheiro (PMDB, PSD), dificuldade de exercer autoridade (PUSC), assédio sexual (PT 1) ou ser categorizada a partir do seu lugar “no mercado da sedução” (PAC 2), entre outros.

Outra discussão abordada na pesquisa foi a ambição política das entrevistadas. É interessante perceber que a esmagadora maioria das deputadas, dos dois contextos, não lançou a primeira candidatura por iniciativa própria, sendo, nos termos usados por Araújo (2010), a política muito mais uma circunstância do que um projeto. Em geral, elas atribuíram a decisão ao partido ou aos grupos que elas lideravam/representavam.

No se refere à ambição prospectiva, somente uma respondente na Costa Rica declarou querer ascender. No entanto, essa aparente “falta” de ambição pode ser uma distorção de nossa “amostra” de entrevistadas, porque uma não foi questionada, duas já são mais idosas, uma já está no cargo de vice-presidência e uma é ideologicamente mais afeita a movimentações políticas de base.

Já no Brasil, das dez respondentes, quatro deixaram em aberto a possibilidade de concorrer ou não, uma declarou querer se manter no cargo e outras cinco, todas de primeiro

mandato, expressaram o desejo de continuar ascendendo. A peculiaridade do contexto brasileiro é que muitas atribuíram à vontade de Deus a continuidade na política.

Foi perceptível ao longo das entrevistas que a despeito da maioria não ter declarado ter ingressado na política institucional por iniciativa própria que a narrativa sobre os passos seguintes de suas carreiras já incluía mais agência das entrevistadas. Uma demonstração da capacidade do campo de gerar um “apetite” pelo poder, atraindo, treinando e mantendo as agentes.

É interessante mencionar que o fato de haver sub-representação feminina, especialmente no Brasil, em cargos eletivos possivelmente estagne o crescimento de mulheres em altos postos da burocracia de maneira geral. O raciocínio é que se há poucas mulheres ocupando estes postos elas terão menos experiência em articulação e disputa política, não terão tido a oportunidade de demonstrar seu trabalho e não terão contatos das pessoas que tem poder de decisão – que usualmente não são mulheres.

O processo de execução desta dissertação gerou várias questões para agendas futuras de pesquisa. A primeira delas, especialmente no contexto da Costa Rica, é continuar mapeando para quais cargos as entrevistadas irão após o presente mandato, tentando assim captar os fluxos da carreira política neste país. Outro possível avanço deste trabalho é analisar os resultados das construções das carreiras segundo o bloco ideológico do partido da respondente. Tendo em vista que a hipótese disseminada na literatura é que partidos de esquerda tendem a eleger mulheres com maior participação em movimentos sociais enquanto os de direita concentram mais agentes com capital familiar possivelmente com esta subdivisão na análise identificaríamos padrões de carreira específicos.

O trabalho também gerou diversas questões de pesquisa relacionadas ao impacto das lideranças e das instituições partidárias nestas construções de carreiras das mulheres. No caso da Costa Rica com a lista fechada e a possibilidade das/os candidatas/os a presidência indicar nomes para as listas torna o recrutamento “oficialmente” centralizado. No entanto no Brasil, mesmo sem estas regras, foi perceptível a centralidade do “convite” dos partidos para estas mulheres disputarem as suas primeiras eleições. Neste sentido seria valioso analisar a dinâmica de recrutamento intra-partidário da perspectiva das lideranças bem como a percepção destas lideranças sobre mulheres no poder.

Outra agenda de pesquisa que é possível se desdobrar do presente trabalho são análises interseccionais da exclusão das mulheres do Parlamento. No caso brasileiro quando se analisa a representatividade das mulheres negras, por exemplo, percebe-se que é ainda pior que a das

mulheres brancas. E com isso atentamos para a questão da representatividade em si, mas também para como ser uma mulher negra gera uma determinada posição da agente no campo tendo em vista o dado de que, entre as respondentes, as únicas que mencionaram assédio sexual foram às mulheres negras. Outra característica que denota diferença é pensar que em dois contextos de intensa tradição familiar na política, nenhuma das quatro respondentes pretas possuía tal capital.

Vale a pena ainda observar que no Brasil, entre as três deputadas que se declaram pretas na Câmara, as três se declaram evangélicas, sendo que duas desenvolveram sua ação política em atividades sociais vinculadas às suas respectivas igrejas e foram eleitas pelo PRB, partido associado à Igreja Universal do Reino de Deus. É necessário aprofundar a análise sobre esta intersecção identificando também se alguns partidos são mais afeitos à entrada de minorias raciais do que outros.

Outra variável a ser trabalhada em pesquisas futuras é como o capital religioso impacta a trajetória e a atuação das mulheres. Uma de nossas entrevistadas, que se declarou evangélica, nos indicou que a sociabilidade como liderança na igreja lhe forneceu ferramentas úteis para a política tais como o desenvolvimento da habilidade de oratória e a capacidade de mobilizar pessoas. Tendo em vista a resistência criada na socialização das mulheres à ambição, um fator importante é que esses treinamentos foram gerados sem necessariamente estar associados a disputas políticas partidárias propriamente ditas. Neste sentido cabe identificar com outras eleitas que possuam este capital se essa sociabilidade as preparou e facilitou suas disputas. Outra possível agenda é observar se a conexão com instituições religiosas tutela a atuação parlamentar das deputadas no que se refere aos direitos das mulheres.

Partindo para uma abordagem teórica mais feminista, o dado de que o percentual de mulheres políticas que não possuem companheiros/as é maior que o de homens inspira a uma discussão futura de como as relações afetivas também são influenciadas pela desigualdade de gênero. Este debate tem sido abordado de certa forma no que se refere ao preterimento da mulher negra no mercado matrimonial, que não é considerada adequada para formar família pelos homens de maneira geral e, especificamente, entre os homens negros são preteridas por que a união não significa ascensão. No caso das mulheres no poder é necessário pesquisas com enfoque de quais são os determinantes do preterimento ou dos rompimentos de suas relações amorosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina”. In: Estudos Feministas, Florianópolis: 18(2): 352, maio-agosto, 2010.

ARCHENTI, Nélide. “*El proceso hacia la paridad en América Latina. Argentina y Costa Rica, experiencias comparadas*”. In: Revista de Derecho Electoral, N. ° 17, Enero-Junio, 2014.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. “Duas Faces Do Poder”. Revista de Sociologia Política, VOL. 19, N° 40, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “*O poder simbólico*”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Jaqueline da Silva; MARTINS, Flávia Bozza. “Opinião pública e transição democrática: uma análise comparada de Brasil e Argentina” In: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol. 2 – n. 1, 2014.

CARVALHO, Liandra Lima. “Ninguém sabe! ninguém viu!”- uma reflexão sobre a ausência de mulheres afrodescendentes no parlamento nacional”. In: Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 01- N° 01/Jan-Jun, 2014.

CAMPOS, Steffan Gómez; RODRÍGUEZ, Mario Herrera. “*Quiénes han gobernado en Costa Rica? perfil de la representación política (1949-2014)*”. 2016 (mimeo).

DAHL, Robert A. “Uma crítica ao modelo de elite dirigente”, em Amorim, Maria Stella de (org.), Sociologia política, II. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 90-100, 1970.

DAHL, Robert. “*Who governs? Democracy and power in an American city*”. New Haven, London: Yale University Press, 1989.

DASILVA, Ellen; HARVEY, Isadora L. “A política de cotas na América Latina como impulsora da representação feminina na Câmara baixa”. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016.

Documentário Miss Representation <https://vimeo.com/72015293>. Acessado em 05 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, Ana Paula Lopes et al. “O perfil das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010”. In: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, v.2, n. 8, junho. p. 1-14. ISSN 2359-2826. 2015.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer. “*Entering the Arena? Gender and the Decision to Run for Office*”. *American Journal of Political Science*, vol. 48, n° 2, pp. 264-280, 2004.

FURLONG; Marlea; RIGGS, Kimberly. “*Women’s Participation In National-Level Politics And Government - The Case Of Costa Rica*” *Women’s Studies International Forum*, Vol. 19. No. 6, pp. 633-643, 1996.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. “O método comparativo e a Ciência Política”. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, N 1, Janeiro-Junho, 2008.

HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. “A democracia na América Latina após 1930” In: História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade. (Volume VI). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HERRERA, Mariela Vargas. “*Ciudadanía política de las mujeres en Costa Rica.*” Informe final do concurso: *Democracia, derechos sociales y equidad; y Estado, política y conflictos sociales.* Programa Regional de Becas CLACSO, 1999.

HTUN, Mala. “A política de cotas na América Latina”. Estudos Feministas, 2 25 1/2001.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in national parliaments: World classification.* 29.06.2015. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

LAWLESS, Jennifer L. “*Barack Obama and 18 million cracks in the glass ceiling: sex, race, and political ambition*”. IN: *Becoming a candidate: political ambition and the decision to run for office.* New York: Cambridge University Press, pp. 49-76, 2012.

MAINWARING, Scott, Brinks, Daniel, PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. “Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999”. Revista Dados, vol. 44, n. 4, Rio de Janeiro: 2001.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 22 nº. 64 junho, 2007.

MARQUES, Danusa. “Gênero e carreira política? o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias?”. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2010.

_____. “Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados”. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Brasília, 2012.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Soc. estado.*, Brasília, v. 22, n. 2, ago. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. “Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”. Revista Dados, v. 58, p. 721-747, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo:mulheres, política e mídia, capítulo 3 (“Mulheres, carreira e campo político”). São Paulo: Ed. Unesp, pp. 75-124, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003a), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro”. Revista de Sociologia Política, nº 20. pp. 115-134.

_____. (2003b), “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n° 51, pp.123-140.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MIRANDA, Cynthia Mara. “Integração de políticas de gênero no estado: Brasil e Canadá em perspectiva comparada”. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília - UNB. Brasília, 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11148/1/2012_CynthiaMaraMiranda.pdf

MORAES, Thâmara Tavares. “A institucionalização da cúpula do sistema judiciário brasileiro de 1824 a 2014”. 2016 (mimeo)

MORALES, Alejandro; ZELEDÓN, Fernando. “*Perfiles de la representación política en Costa Rica. El caso de las élites parlamentarias en el período 1970-2010*”. Disponível em: <http://www.ciep.ucr.ac.cr/index.php/component/remository/Art%C3%ADculos/orderby,6/pag e,1/?Itemid=0> (2010).

MOSCA, Gaetano. “A classe dirigente”. In: SOUZA, Amaury de (org.) – *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 51-69, 1966.

NICOLAU, Jairo. “Lista Aberta- Lista Aberta” Reforma política no Brasil / Leonardo Avritzer, Fátima Anastasia (organizadores). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NORRIS, Pippa, “*Procesos de reclutamiento legislativo: una perspectiva comparada*”. In: URIARTE, Eudurne y Arantxa ELIZONDO (coord). *Mujeres en política*. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

OGANDO, Ana Carolina Freitas; ASSIS, Mariana Prandini Fraga. “(Des)estabilizando a dicotomia público/privado? um exame crítico da categoria analítica a partir da interseccionalidade”. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

PARTIDO LIBERAÇÃO NACIONAL (PLN) <http://www.pln.org/diputaciones> Acessado em 12 de março de 2017

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB) <http://www.prb10.org.br/3> Acessado em 11 de março de 2017.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. “Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 28, p. 151-165, 2013.

PERISSINOTO, Renato, Domingos Costa, Luiz, Tribess, Camila. “Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n° 22, jul./dez. p. 280-313, 2009

PESCHARD, Jacqueline. “*El sistema de cuotas en América Latina. Panorama general*”. In: *International IDEA Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Stockholm, Sweden 2002.

PINHEIRO, Luana Simões. “Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente”. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília- UNB. Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2121?mode=full>

PROGRAMA ESTADO DE LA NACIÓN (PEN). “*La larga transición hacia la democracia en Costa Rica*” In: *Auditoria Ciudadana de la Democracia*, 2001. Disponível em: http://www.estadonacion.or.cr/files/biblioteca_virtual/otras_publicaciones/aud_cal_dcap2.pdf <Acessado em 11 de março de 2017>

PROCURADORIA DA MULHER DO SENADO FEDERAL.

“Mulheres na Política: retrato da sub-representação feminina no poder”. Brasília: Senado Federal, 2016.

OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE - <http://oig.cepal.org/pt/politicas-justas> Acessado em 11 de março de 2017

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ROHDE, David W. “Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 8, 2012.

ROSALES-VALLADARES, Rotsay. “*Problemas de la representación política y de los partidos políticos en Costa Rica: Oportunidad para un diálogo social reconstitutivo*” *Revista Derecho Electoral*, Nº20, 2015.

SAINT-GERMAIN, Michelle A. “*Paths to power of women legislators in Costa Rica and Nicaragua*”. In: *Women’s Studies hr. Forum*, Vol. 16, No. 2, pp. 119-138, 1993.

SOUZA, Sandra Duarte de. “*Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado*”. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, jul./set., 2015.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. “Mulheres no poder – Trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil”. 1 Ed, Rio de Janeiro - Edições de Janeiro, 2015

TORRES, Isabel García. “*Costa Rica: sistema electoral, participación y representación política de las mujeres*”. UN-INSTRAW, República Dominicana. Agosto, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. <http://www.tse.jus.br/> Acessado em 12 de março de 2017

TRIBUNAL SUPREMO DE ELECCIONES (TSE). “*Procesos electorales: elecciones nacionales y Municipales*” / *Tribunal Supremo de Elecciones. Instituto de Formación y*

Estudios en Democracia. -- San José, C.R.: El Instituto (Colección Capacitación Electoral), p. 75. 2015

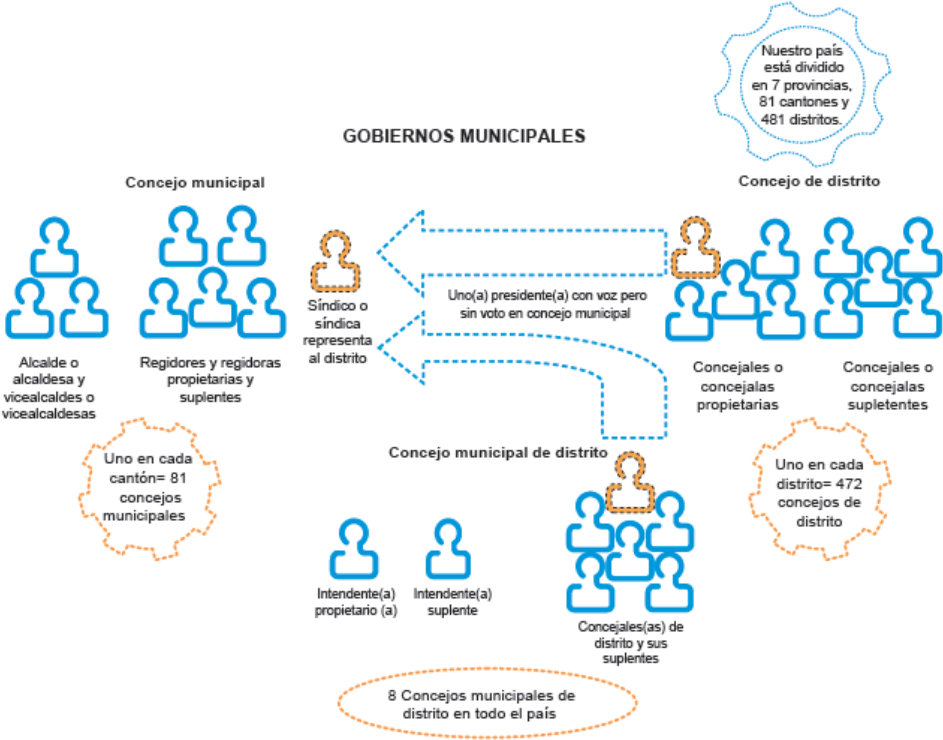
VEGA, José Enrique Molina. “*Sistemas electorales parlamentarios y modelos de representación política: efecto de los distritos electorales, la fórmula electoral y el tamaño del congreso*”. In: *Revista Derecho Electoral* In: N. ° 15, Jan/jun, 2013.

WALBY, Sylvia. (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.

ANEXOS

ANEXO 1

Organograma da esfera municipal na Costa Rica



ANEXO 2

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

Pesquisa: “*As Parlamentares de Brasil e Costa Rica: uma análise sobre trajetória política e atuação parlamentar*”

1. A senhora é (incluir a profissão) não é? O que a motivou na escolha de sua profissão?
2. O que é ser política para a senhora?
3. Como se deu seu envolvimento inicial (primeiro contato) com o mundo político?
4. Por que a senhora decidiu pela carreira parlamentar?
5. (Confirmar os cargos que ocupou). A senhora poderia comentar um pouco como construiu sua carreira política?
6. A senhora tem algum parente que exerce ou exerceu cargos políticos e que te apoiou em sua candidatura à Câmara? Qual o cargo que ele ocupava? E quando você teve o apoio dele saiu vitoriosa?
7. Como a senhora foi aceita pelo seu partido para ser candidata na primeira vez em que disputou eleições (tendo sido vitoriosa ou não)? Houve dificuldades no processo de aceitação da candidatura? Se sim, quais? (As dificuldades são as mesmas para todos os cargos eletivos?)
8. Como é o seu relacionamento com o seu eleitorado?
9. E ao longo da campanha, a senhora enfrentou algum tipo de dificuldade? Se sim, qual? E quais foram as estratégias que a senhora utilizou para contornar essas dificuldades? (Se tiver concorrido a outros cargos perguntar: As dificuldades são as mesmas para todos os cargos eletivos?)
10. A senhora percebe diferenças de apoio do partido em relação a determinadas candidaturas? (Por ser mulher sente algum tipo de diferenciação particular?)
11. O que a senhora acha que um político precisa fazer para ser eleito? O que a senhora fez?

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

12. Quais temas a senhora considera mais importantes para serem debatidos no Parlamento?

13. Quais temas caracterizam a sua atuação? (Quais temas a senhora tem atuado ao longo de sua carreira como deputada federal?)
14. Existe alguma articulação entre as mulheres parlamentares do Brasil? O que vocês fazem?
15. Qual a importância de se ter mulheres no Parlamento?
16. A senhora considera que a sua atuação parlamentar é diferenciada da atuação dos parlamentares homens? Caso sim, em que sentido? A senhora considera essa diferenciação necessária? Por quê?
17. O fato de ser mulher dificulta a ação entre os pares? De que forma? A senhora poderia citar alguns exemplos?
18. Alguma vez a senhora já sofreu discriminação (piadas, impedimentos de atuação, assédio moral/sexual, etc.) em sua atuação na Câmara dos Deputados? Como a senhora lida ou lidou com isso? Isso influenciou na sua atuação como parlamentar? Como?
19. Algumas pessoas acreditam que as mulheres quando entram na política acabam adotando algumas posturas estereotipadas para serem respeitadas, como posturas masculinizadas, maternais, etc. O que a senhora pensa sobre isso?
20. Onde a senhora deseja chegar em sua trajetória política? Qual seu maior objetivo na vida política?

Informações a ser confirmadas no fim da entrevista	
Nome	Estado civil
Idade	Religião
Partido pelo qual foi eleita	Estado onde construiu sua carreira política
Partido pelo qual exerceu o(s) mandato(s)	(domicílio eleitoral)
Estado natal	Profissão
Formação acadêmica	
Escolaridade	